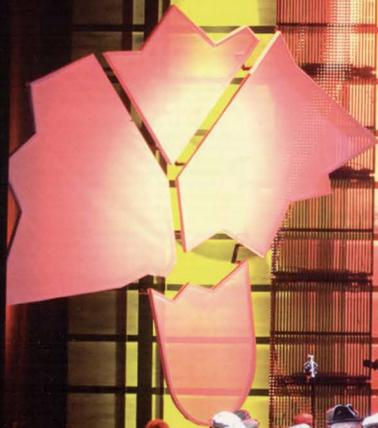


AA 25 referencial

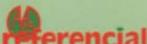
Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pizarra-Correia ■ N.º 90 ■ Abril - Junho 2008



Homenagem da A25A ao 23º aniversário

vozes
de
ABRIL
continuam
a (en)cantar





Propriedade: Associação 25 de Abril
Prensa colectiva de actividades públicas (Declaração n.º 04/2007,
200 de Junho de 2007) do IP de Lisboa - Ministério Nacional do
Ordenamento do Território e do Urbanismo

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Agência Lusa

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva,
David Martelo, Fernando da Vaza
Pinheiro, João Magalhães,
José Barbosa Pereira, José Fontão,
Luís Galvão (Bridge),
Luís Vicente da Silva (cartoon),
Manuel Loff, Maria Manuela
Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires,
Nuno Santa Clara Gomes

**Sede nacional, Administração
e Redacção**

Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E-mail: a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Telf./Fax: 22 203 11 97
E-mail: a25a.del-norte@25abril.org

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra
E-mail: a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança, Edifício 2,
Bloco 3 - loja, r/c
7560-145 Grândola
E-mail: a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontario M4M 2C9

Execução Gráfica
Estúdio Gráfico 21 - Artes Gráficas,
Lda.
Av. Irene Lisboa, 32 - Armz. F
Alto do Forte
2635-001 Rio de Mouro
Tel.: 219 199 1745
Fax: 219 199 176
contacto@estudiografico21.pt

Tiragem: 4000 Exemplares

Distribuição gratuita

Depósito legal n.º 32 998/89

Fazer memória

O ano de 2007-2008 foi, para a Associação 25 de Abril, caracterizado por ter centrado as suas atenções na celebração do seu próprio vigésimo quinto aniversário. No final desse período comemorativo e a culminá-lo, os actos evocativos conjugavam-se com o XXXIV Aniversário do 25 de Abril o que, aliás, se compreende pois, para nós, a A25A e o 25 de Abril confundem-se no nosso imaginário. Ao comemorarmos o nascimento da Associação estamos, implicitamente, a comemorar Abril, assumindo conscientemente a atitude narcisista de nos congratularmos com a nossa participação no que viria a ser o acto libertador e fundador do Portugal moderno. E, inversamente, as cerimónias e manifestações populares que anualmente revivem a euforia de Abril, porque dinamizadas pela A25A, constituem a sua autêntica prova de vida.

Esta edição de *O Referencial*, como os leitores constatarão, reflecte isto mesmo.

Compreensivelmente, o destaque é dado ao espectáculo "Vozes de Abril", que a RTP patrocinou e transmitiu no horário nobre do dia 25 de Abril, jornada inesquecível que o nosso número anterior antecipeu e que levou ao Coliseu uma multidão que, literalmente, o encheu, num ambiente em que se misturou a comoção sentida e o entusiasmo vibrante. Homenagem aos autores e intérpretes das canções de intervenção e aos que, corajosamente, naquela mesma sala participaram, no I Encontro da Canção Portuguesa promovido pela Casa da Imprensa em 29 de Março de 1974, também venceu o contributo da componente cultural para o sucesso do 25 de Abril.

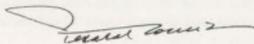
No que às comemorações do XXXIV Aniversário se refere e que, até certo ponto, é recorrente face às idênticas referências dos anos anteriores, damos conta como elas continuam a ocorrer um pouco por todo o país e pelo estrangeiro e como a A25A é, cada vez, mais solicitada para participar em cerimónias festivas em escolas, em autarquias, nas mais diversas associações culturais e recreativas.

E não tem sido fácil, à Associação, gerir as suas disponibilidades para corresponder a todas as solicitações.

Para além destas matérias, que constituem a parte substancial, destacamos dois outros temas de enorme significado.

O primeiro tem a ver com a participação de camaradas da A25A o Simpósio Internacional de Guileje, que ocorreu na Guiné-Bissau. Guileje é um nome que tem, obviamente para os guineenses, mas também para nós, portugueses, uma enorme carga simbólica. Não apenas para os militares que por lá passaram e que sabem que estiveram na, talvez, mais massacrada de todas as guarnições da guerra colonial e no teatro de operações em que a situação militar nos foi mais desfavorável, mas mesmo para a memória colectiva geral, que associa o nome à evidência de que a situação militar na Guiné se aproximava do colapso. A participação de antigos combatentes portugueses no Simpósio, incluindo alguns que viveram na pele o martírio de Guileje vem, até certo ponto, comprovar que só o 25 de Abril impediu o desenlace trágico.

Por último, uma breve referência ao texto evocativo das "Campanhas de Divulgação Cultural" abordadas numa "Visão Antropológica". A dinamização cultural constituiu uma experiência fugaz, desonestamente manipulada pelos detractores do 25 de Abril quando os ventos se lhes tornaram mais favoráveis. Não estará isenta de erros, como tudo o que foi tão dinamicamente inovador, mas os seus "pecados" terão sido, essencialmente, a ousadia e o atrevimento de ter bulido com fantasmas e mitos atávicos que continuavam a dominar a mentalidade sebastianista e inquisitorial de amplos sectores da sociedade portuguesa. É bom que, tantos anos passados, se volte, serenamente, a estes temas. ■



VOZES DE ABRIL

Canções com flores nos lábios

Lembro-me bem desse dia e do entusiasmo de ir ouvir e ver em acção o Zeca Afonso, o meu herói da canção, por razões que vão para além das militâncias e das políticas de conveniência. As suas actuações eram um caso à parte. Era sobretudo a voz, claro, que arrebatava; mas também o seu jeito sem jeito de estar no palco que o tornava cúmplice; a sua simplicidade, enfim, que comovia. Mas nesses tempos, ouvir Zeca ao vivo era empresa praticamente impossível. A censura não permitia espectáculos do género e a simples aproximação de certas datas, como o 1.º de Maio, era motivo para perseguições e rusgas, como forma de "garantir a ordem". Restavam os discos, os LPs, que, desde 1968 iam sendo lançados todos os anos, por alturas de Dezembro, e que, com os "singles", constituíam, e constituem ainda, verdadeiros objectos de culto.

Contudo, nesse final de Março de 1974, o governo de Marcelo Caetano, num gesto sem precedentes, autorizara a realização de um "canto livre", o I Encontro da Canção Portuguesa, assim chamado, que decorreu no Coliseu dos Recreios. Afinal, sempre era possível! (Uns dias antes, um mês talvez, sessão idêntica fora anunciada nos jornais, dando conta de que a mesma iria ter lugar num prédio da Rua António Maria Cardoso, uma das ruas mais conhecidas de Lisboa por nela se abrigar então a ignóbil rapaziada da Píde que uma subtil operação de "marketing" travestira em DGS. Parecia, por isso, brincadeira, mas era verdade. À hora marcada, lá fui com o José António Santos, meu companheiro destas lides trovadorescas. Na porta do prédio em questão, mesmo na esquina que, em rampa, fazia (e faz ainda) ligação com a Rua Duques de Bragança, estava afixado um aviso, onde se podia ler que a sessão já não se realizava. Preparava-me eu para me indignar, face à falta de melhores explicações, mas nem tive tempo para isso. Só ouvi o Zé António dizer-me "pira-te" e lá voltámos para trás, ao mesmo tempo que, num rápido relance, me apercebi que um pelotão de "pídes" estava a formar, preparando-se para avançar heroicamente sobre o Chiado...)

A presença de José Afonso e Adriano, a maior dupla de sempre da chamada canção de intervenção, nessa noite de 29 de Março – dois dias antes da tragédia dos 3-5 de Alvalade, em que também estive a fazer a reportagem para o "Diário de Notícias" –, foi um acontecimento inesquecível. Nunca se assistira a um espectáculo com tantos intérpretes, cujo nome constasse do index dos Serviços de Segurança, e era visível a preocupação dos zelosos censores, pouco habituados – baralhados, dir-se-ia – a estas pequenas tolerâncias do regime, caricatos no seu afã de controlar, sem matraca, as ocorrências em pleno palco. Pobres diabos!

Fez agora dois meses, a Associação 25 de Abril entendeu levar a cabo o "Vozes de Abril", também no Coliseu, recordando essa noite memorável. Em nome desses tempos e, particularmente, desse espectáculo, foi a vez do Zé António, na qualidade de elemento com ligações à organização do evento, me convidar a estar presente. Ali assistimos, quase dos mesmos lugares de há 34 anos, ao desfile de todos os cantores e demais artistas. E foram tantos que só por volta das quatro da manhã é que a função foi dada por concluída, com a exibição dos corais alentejanos e do "Grândola", como é da praxe.

Foi um prazer voltar a ouvir as vozes do Vitorino, Janita, Luís Góis, Fanhais, João Afonso e José Mário Branco, por ordem de entrada em cena e considerando a preferência do escriba que, neste momento, se vos dirige. Não que os outros não me mereçam aplauso, longe disso, todos foram brilhantes – o espanto que é a voz da Helena Vieira, por exemplo – mas porque aqueles, há muito, eram já para mim as grandes referências, com o sobrinho do Zeca a surgir depois.

Não queria, contudo, deixar de fazer uma referência também ao Manuel Freire, com a sua "Pedra Filosofal", ao Barata Moura e Carlos Alberto Moniz, ao Tordo e Carlos Mendes e até à simpática dupla Maria do Amparo (um regresso!) e Lúcia Moniz, cujo tema, tão simples, "Peguei no Cesto à Tardinha", me ficou a bailar nos ouvidos e ainda agora o trauteio quase sem dar por isso. É essa, de resto, a magia destes momentos, o reencontro com as músicas e canções que nos marcaram, a redescoberta, afinal, de um pouco das nossas vidas. Uma palavra ainda para a feliz decisão de ter trazido Patxi Andion a este espectáculo. Para além de ser o convidado especial mais adequado, o seu "Com Toda la Mar Detrás" continua a ser um hino comovido, digno de fechar a noite.

Com este "Vozes de Abril", que constituiu, de facto, um êxito, a Associação 25 de Abril e o seu presidente, coronel Vasco Lourenço, estão de parabéns. Diria mesmo que acabam de marcar um "grande golo". Para quando uma nova "jogatana"? ■

Rui Tovar



Um espectáculo de mais de seis horas terminou com grupos corais alentejanos a cantarem “Grândola Vila Morena”

Artistas e gente das baladas, declamadores e autores, resistentes e utópicos, vozes de Abril e da Liberdade desfilarão durante mais de seis horas pelo palco do Coliseu dos Recreios.

Na individualidade de cada um e no modo e no seu jeito de dizer, fez-se eco uníssono de tantas Vidas dedicadas à causa da Liberdade, da Justiça, da Paz e da Democracia.

Foram estas vidas que a Associação 25 de Abril quis homenagear por ocasião do 25.º aniversário da associação das gentes de Abril.

As imagens desta e das páginas seguintes, da autoria de Nuno Augusto, evocam os rostos que fizeram um espectáculo magnífico: dois apresentadores; quatro bandas; um grupo de bailado; seis actores; 30 artistas; 17 apresentadores pontuais; oito grupos e quatro declamadores.

São Vozes de Abril que continuam a (en)cantar!





O Compadre Alentejano: Guilherme Leite e filho



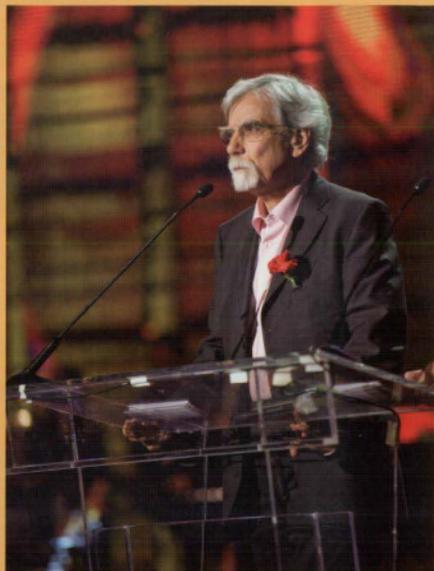
As bandas dos três ramos das Forças Armadas



Estudantina de Lisboa



Janita Salomé



José Manuel Mendes



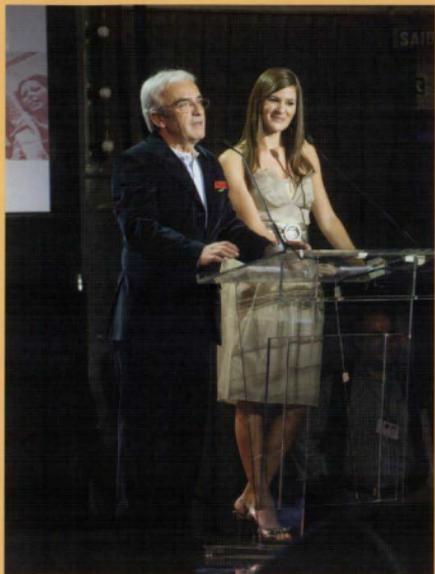
Luis Filipe Costa



Lua Extravagante



Manuel Freire



Mário Figueiredo



Adérito Lopes



Ana Sousa Dias



Helena Vieira



Helena Vieira e Ermelinda Duarte ▶



Joaquim Furtado



Waldemar Bastos



João Paulo Guerra



José Barata-Moura



Luís Thomar



Pedro Barroso



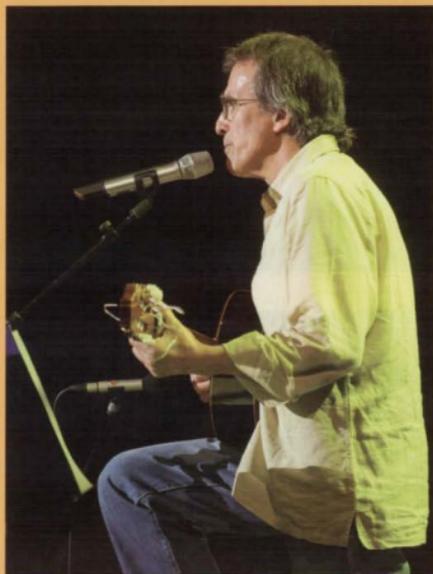
Carlos Carranca, Luís Goes, João Alvarez e Durval Moreirinhas



Samuel



Vitor Alves



Francisco Fanhais



Banda residente



Maria Barroso



Vitor Crespo ▶



Luiza Basto



José Fanha



José Jorge Letria



Carlos Alberto Moniz



Joaquim Pessoa



Carlos Mendes



Fernando Tordo



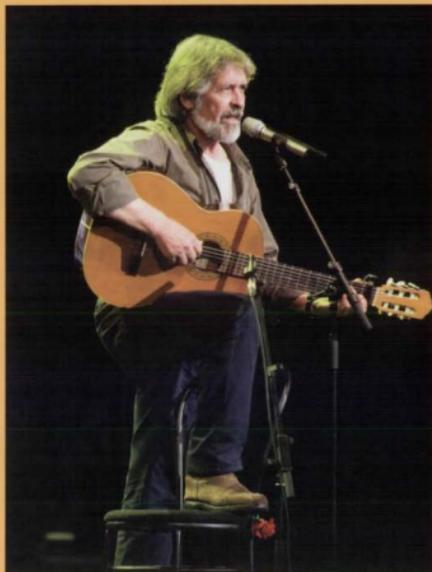
Vítor de Sousa



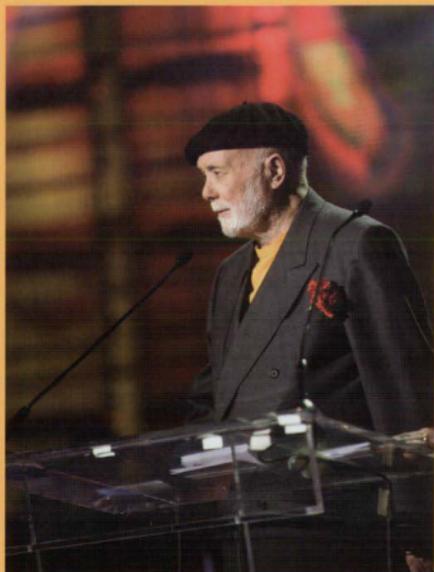
Otelo Saraiva de Carvalho



Rui Sá



Tino Flores



Alípio de Freitas



Couple Coffee



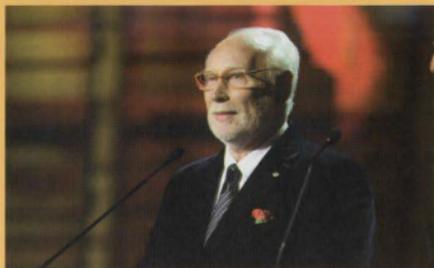
Brigada Victor Jara



Manuel Martins Guerreiro



HajaSaúde



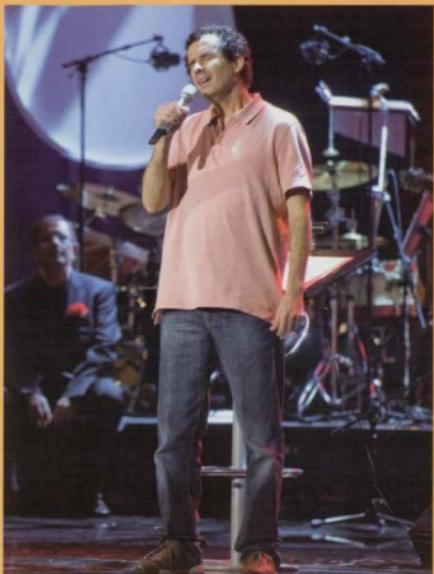
Nuno Santos Silva



Corpo de baile



Lúcia Moniz e Maria do Amparo



João Afonso



José Duarte



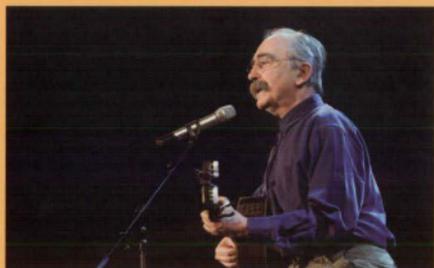
Jacinta



Susana Costa



Erva de Cheiro ▶



José Mário Branco



João Paulo Diniz



Patxi Andión



Jovens de todas as idades uniram-se em convívio inter-geracional, tornado possível com as músicas de Abril

INCURSÃO (BREVE) AOS BASTIDORES DO ESPECTÁCULO

A alegria de fazer festa

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

COM A LULA a apreciar no céu de Lisboa, a hora avançava para o início do grande espectáculo no Coliseu dos Recreios. Para lá, na noite de sexta-feira do dia 4 de Abril de 2008, estava convocada a festa do canto livre. Uma festa que iria fazer memória dos tempos idos das décadas de sessenta e de setenta e prestar tributo às Vozes de Abril.

A ansiedade dos promotores e, sobretudo, o frenesim da equipa coordenadora aumentava vertiginosamente com a aproximação da hora do início do espectáculo.

Quilómetros de cabos estendidos pelo Coliseu alimentavam câmaras, holofotes e o tele-ponto. Transportavam o sinal ao realizador e, ao mesmo tempo, estabeleciam uma ligação directa entre a realização e todos os operadores da RTP envolvidos na gravação.

Para trás haviam ficado mais de 20 horas de intensos ensaios, nos dois dias anteriores; infundáveis repetições de gestos, muitas angústias e alguns caprichos. Agora os artistas mal desfarravam o frio que lhes gelava a espinha e faziam figuras para que tudo corresse como desejavam.

O Coliseu ao rubro acolhcia uma assistência maioritariamente grisalha, mas bem composta por manchas de juventude. As Bandas da Marinha, do Exército e da Força Aérea, em palco, davam os primeiros acordes da *Marcha do MFA*. A festa estava a acontecer...

Lá atrás, nos bastidores, uma multidão imensa de artistas, operadores e outros trabalhadores do espectáculo, cirandava à mesa do "catering" em busca de aconchego para estômagos e espíritos necessitados. Enquanto isso, outros mascaravam o nervosismo de quem está prestes a subir ao palco, entre o disfarce de um sorriso forçado e sonoras gargalhadas em resposta a piadas sem graça e para as quais não havia pachorra.

Na intimidade do quarto de hotel, havia quem pedisse bife grelhado com sal e feijão verde cozido insonso, para se furtar às acotoveladas entre o "catering" e o aconchego de um canto conquistado às conversas desfiadas no tempo.

Um tempo com mais de trinta anos haveria de surpreender outros a quem encontros e desencontros afastaram da vida. E a dispensar o inevitável (re)encontro a tudo faziam para evitar que os olhares se entrecruzassem.

Na sala a festa estava a começar. Nos bastidores a azáfama já levava mais de quatro horas e pelo menos iria durar mais sete.

Uma experiência inquebrável desenhada meses atrás, no arrojado visionário da Direcção da Associação 25 de Abril e protagonizada por Vasco Lourenço quando, em Setembro de 2007, decidiu propor ao então Presidente da RTP, Almerindo Marques, uma homenagem às Vozes de Abril, a

produzir pela A25A e a gravar e transmitir pela RTP na noite aniversária do Dia da Liberdade.

Alterações na composição do Conselho de Administração da RTP e na Direcção de Produção fizeram, na mente de alguns, temer a indesejável hipótese de o tal arrojado visionário se perder entre as montanhas de projectos adiados.

Vasco Lourenço recordara-se dos seus tempos de tenente e de comandante de companhia nas Caldas da Rainha. Corria o ano de 1967. Na festa final do Curso de Sargentos Milicianos havia um recruta de nome Júlio Isidro que então organizara e apresentara o espectáculo com tanto êxito que extravasou os muros do próprio quartel e levou a que o mesmo espectáculo fosse repetido no Casino das Caldas da Rainha. Nessa altura sedimentou-se uma amizade entre o comandante de companhia e o recruta Isidro que haveria de perdurar até ao presente.

Se bem se lembrou, melhor o fez. Vasco Lourenço convidou Júlio Isidro para o projecto da A25A homenagear as Vozes de Abril e o apresentador rapidamente se transformou na verdadeira "alma do espectáculo". Foi ele o autor do guião apresentado e aceite pela RTP que mereceu o assentimento de Almerindo Marques e de Nuno Santos. Assentimento esse que, meses mais tarde, haveria de ser confirmado por Guilherme Costa e José Frágoso. Resultado: o que havia sido pensado para se realizar em seis meses teve de ser concretizado em apenas dois.

Foram definidas as responsabilidades dos parceiros. A RTP encarregou-se da realização, gravação do espectáculo, e do aluguer do Coliseu durante cinco dias; a A25A responsabilizou-se pela produção mediante um donativo assegurado pela RTP. Haveria pois que meter mão à obra. O tempo urge.

Vasco Lourenço contactou directa ou indirectamente todos os artistas e demais convidados: dois apresentadores de todo o espectáculo; quatro bandas; um grupo de bailado; seis actores; 30 artistas; 17 apresentadores pontuais; oito grupos; e quatro declamadores.

Aprovado o guião, nas suas linhas gerais e convidados todos os intervenientes no espectáculo, anotaram-se ausências por incompatibilidade de agenda de Dulce Pontes, Marisa e Paulo de Carvalho, e registaram-se recusas de Fausto e Sérgio Godinho. Falta fazer o resto — montar o espectáculo.

É aqui que entra em acção o coronel António Augusto, figura de grande discrição, a quem cabe coordenar o Grupo de Trabalho da Produção do Espectáculo de Homenagem às Vozes de Abril, em nome da Direcção da A25A.

A estrutura do espectáculo, na sua ossatura propriamente dita, teve nos autores Júlio Isidro, Carlos Alberto Moniz, Hélder Costa, José Jorge Leitria e Raul Calado a qualidade assegurada.

Ao coronel António Augusto coube o "trabalho de abelhinha" de juntar as pontas e de assegurar os mais ínfimos promotores de uma logística vasta e muito complexa.

Desde logo, marcando e promovendo reuniões do Grupo de Trabalho entre si, com a RTP e o Coliseu dos Recreios. Depois, apresentando o cronograma de acção, a sinopse e orçamento de toda a produção.

Ocupar-se, ainda e sempre, do "catering" e dos transportes. Do atendimento individual a todos os intervenientes, do acolhimento (ou não) de caprichos próprios de artistas, até à rigorosa gestão de custos e do controlo orçamental.

Para a maioria dessas tarefas, contou sempre com a preciosa e inestimável colaboração de Nunes Fortes, Sandra Isidro e de Rute Filomeno.

Ele que nunca tinha pisado terrenos desta natureza viu-se envolvido numa operação sem precedentes a que se entregou como de uma missão militar se tratasse.

Com artistas e outros intervenientes no espectáculo acordou um *cachet* simbólico e igual para todos. Júlio Isidro e Patxi Andión dispensaram-no dessa tarefa pois recusaram receber qualquer prebenda e decidiram oferecer à A25A o *cachet* que eventualmente lhes fosse atribuído.

Sem a generosa participação de todos os intervenientes não teria sido possível realizar este espectáculo. A A25A quis retribuir a nobreza de todos a quem homenageou como Vozes de Abril, no âmbito das celebrações do 25.º aniversário da Associação, oferecendo-lhes um diploma e a medalha dos 25 anos. Uma distinção especial seria conferida aos cinco autores e à RTP a quem foi entregue a medalha de prata do 25.º aniversário da A25A.

Júlio Isidro a "alma do espectáculo" haveria de ser penalizado por um incidente infeliz. Momentaneamente deixou a medalha de prata em cima de uma mesa a um canto do palco para ir apresentar o número seguinte do programa. Quando regressou para recuperar a dita medalha só encontrou o sítio. A insígnia tinha levado descaminho.

Descanse Júlio Isidro e desencanem os leitores: a Direcção da A25A ao saber do gesto de um desconhecido e indesejável "amigo do alheio" decidiu imediatamente mandar cunhar nova medalha de prata para oportunamente a fazer chegar às mãos do seu legítimo destinatário onde, justamente, deve permanecer.

Na voz e na condução de Júlio Isidro e de Sílvia Alberto o espectáculo continuava a ser apresentado. Pelo palco do Coliseu desfiliavam artistas, declamadores, cantores e baladeiros.

Os ponteiros do relógio avançavam nas horas, mas para o público grisalho o tempo parecia não desfiar, tão presentes e vivas eram as memórias e os afectos. ▶

INCURSÃO (BREVE) AOS BASTIDORES DO ESPECTÁCULO

A alegria de fazer festa

Lá atrás do palco, entre os bastidores, havia quem esperasse dez horas para apenas cinco minutos de actuação. Foi o caso dos grupos corais alentejanos que chegaram ao Coliseu dos Recreios às 19 horas e actuaram quando já se avizinhavam as quatro da madrugada.

O coronel Augusto, sempre discreto, mas de uma eficiência sem limites, circulava por espaços públicos e interditos velando para que tudo se cumprisse como fora previamente delineado.

No palco acabara de se viver um momento único. Maria do Amparo e Lúcia Moniz tinham cantado "Peguei num cesto à tardinha" em homenagem a todas as mulheres portuguesas de Abril.

A voz de Maria do Amparo não mais fora

ouvida em público desde há mais de 30 anos. Um "milagre de Abril", décadas depois, fez ouvir de novo aquela voz límpida agora ao lado da filha, tendo o pai em fundo a reger a banda residente. Emocionadas e depois de Maria do Amparo ter esboçado um aplauso na direcção da banda residente, abandonaram o palco do Coliseu debaixo de fortes aplausos e evitaram cruzar o olhar com o de Carlos Alberto Moniz.

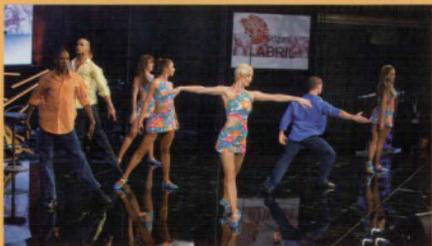
Horas depois quis um acaso fortuito que os progenitores de Lúcia Moniz se cruzassem no elevador que dos bastidores acede aos camarins. Maria do Amparo comovida abraçou Carlos Alberto Moniz e segredou-lhe: "Estiveste muito bem. Agradeço-te muito o que fizeste." Sem

lograr evitar um gesto de súbita surpresa, Carlos Alberto Moniz reagiu com simplicidade: "Também estiveste muito bem. Parabéns."

Aos trinta e quatro anos depois de Abril, em plena comemoração do 25.º aniversário da A25A, Abril continua a surpreender pelos encontros e desencontros que gera, pelos afectos e memórias que estimula, pelas esperanças e alegrias que projecta.

Talvez por isso, ou sobretudo por isso, a verdadeira "abelhinha" do espectáculo de homenagem às Vozes de Abril que foi o coronel Augusto aí esteja a reconhecer ter sido esta missão uma das mais complicadas da sua vida e a assumir também que foi a que mais gozo lhe deu.

Assim mesmo: a alegria de fazer festa. ■



Marco De Camilils coreografou



Os cravos voltaram a ser distribuídos



A RTP mobilizou uma vasta equipa de gravação



Carlos Alberto Moniz, regente da orquestra residente



A Chaimite voltou à rua



O Referencial foi uma referência do espectáculo



Cravos e simpatia para todos



Uma voz de Abril ao encontro das Vozes de Abril



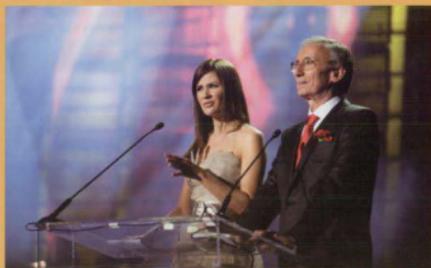
Garcia dos Santos e Vasco Lourenço



Velhos amigos reencontram-se



Cravos ao alto



Sílvia Alberto e Júlio Isidro

II Concurso Internacional de Fotografia "25 de Abril"

APÓS REUNIÃO DO JÚRI, integrado nesta edição por Eduardo Gageiro, Nuno Augusto, Eduardo Ramos, Orlando Baptista e Armando Isaac, foram atribuídos os seguintes prémios:

- 1.º Prémio, *A inocência da liberdade ao alto*, de Diana Maria Ferreira Elias;
- 2.º Prémio, *Aroma a Liberdade*, de Carlos Ezequiel Amorim Rocha
- 3.º Prémio, *Há sempre alguém que resiste*, de Gaspar de Jesus.

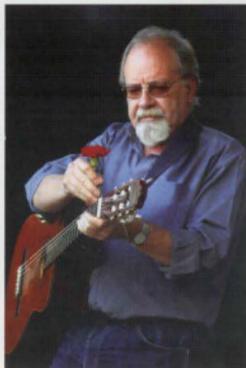
Foi ainda decidido conceder uma Menção Honrosa à obra *De geração em geração*, da autoria de Carlos Ezequiel Amorim Rocha.

Para além das obras acima mencionadas, foram seleccionadas para serem expostas de 26 de Junho até finais do mês de Julho próximo, no Fórum da Sede da A25A, as seguintes fotografias: *Revolucionário*, de Vera Alexandra Estêvão G. C. Valente; *Por onde anda Abril?*, de João Vasco dos Santos Ribeiro; *Olhar sobre a Liberdade*, de Carlos Ezequiel Amorim Rocha; *A luta continua*, de Elsa Venturini; *Cravo*, de António J. F. Marciano; *Força*, de Pedro Miguel Mateus Antunes; *Sem título*, de Pedro Miguel Mateus Antunes; *Que futuro espreita os filhos de Abril?*, de Silvino Jorge Rodrigues; *Sem título*, de Maria Lopes; *Sem título*, de Maria Lopes; *Vermelho esperança*, de José Miguel Figueiredo Marques. ■



Em cima, 1.º prémio.

Em baixo, da esquerda para a direita, 2.º e 3.º prémios e Menção Honrosa.



Celebrar 34 años de Abril



Uma data (sempre) actual

VASCO LOURENÇO

O 25 DE ABRIL mantém-se vivo no coração dos portugueses, sendo que, em momentos de dificuldades, aparece sempre com mais força. É altura de se ouvir repetir a frase já antiga de ser "necessário fazer outro 25 de Abril".

Por isso, por mais dificuldades que surjam na sua organização, as Comemorações Populares têm um lugar especial, na evocação dos aniversários do 25 de Abril.

E, por mais chuva ou calor (como aconteceu este ano) que faça, o povo anónimo comparece, participa, alheio às tricas entre os "notáveis".

Ao contrário do ano passado, os 34 anos puderam ser evocados com um apelo à participação nas Comemorações Populares em Lisboa, subscrito pela totalidade das instituições e individualidades que compõem a sua Comissão promotora. O que não evitou algumas especulações, provocando por alguns *opinion makers* que se julgavam imbuídos de uma autoridade que ninguém lhes outorgou.

Daf que, mais uma vez, assistimos a discussões bacocas, sem sentido, facilmente desmontáveis, lançadas pelos que não suportam ver juntos os que em 1974 rejubilaram com o derrube da ditadura, independentemente da evolução dos diversos percursos que se seguiram.

Porque o 25 de Abril tem tanta força que ainda consegue, pelo menos uma vez por ano, juntar do mesmo lado da barreira os que o continuam a considerar, acima de tudo, o acto libertador dos portugueses.

Acto libertador que, no essencial, se mantém, permitindo que todos continuem a poder lutar pelas suas ideias, pelos seus interesses, pelos seus ideais, sem perigo de serem imediatamente reprimidos. Sim, eu sei que há muitas formas de repressão, mas está nas nossas mãos, individual e colectivamente, fazer frente a isso. Como afirmámos, mais uma vez, na nossa mensagem, que publicamos ao lado. E encontramos as melhores soluções ...

Também em local separado, publicamos o Apelo da Comissão Promotora e a intervenção proferida no Rossio em nome da mesma, pelo Capitão de Abril, capitão-de-mar-e-guerra Mário Simões Teles. ■

Apelo à participação

UM CONJUNTO de circunstâncias para que concorrem, no plano externo, as incertezas de uma conjuntura económica, afectada pela eclosão e desenvolvimento de várias ordens de crises e, no plano interno, pela permanência dos problemas estruturais de que o País continua a padecer, fazem com que as comemorações do 25 de Abril de 2008 se processem num clima pouco desanuviado e escassamente propício à jubilação colectiva. E, não obstante isso, após trinta e quatro anos de liberdade e de democracia, constitucionalmente consagradas e, na prática mantidas, pese embora alguns incidentes de percurso, deveria haver motivos bastantes para encantar o futuro com serenidade. Contudo, não é muito líquido que tal disposição predomine em todos os portugueses, se bem que outro estado de espírito fosse essencial para o progresso do País. Importará, pois, que este 25 de Abril contribua para afirmar quanto é necessário não deixar esmorecer a esperança, quanto o uso dos direitos democráticos é condição inalienável para que os mesmos não percam a sua vitalidade, quando é imprescindível a defesa da Paz e a independência dos povos e, quanto, ainda, é primordial salvaguardar o espírito republicano e os valores matriciais que constam da Lei Fundamental.

Nesse contexto, a participação e o empenhamento dos cidadãos nas decisões políticas, quer de âmbito nacional quer local, devem ser reforçados mediante um constante aprofundamento do sistema democrático. A organização da sociedade terá de ajustar-se, cada vez mais, à

vontade livremente expressa por todos os que dela fazem parte, sem prejuízo dos costumes e ideias das minorias, sempre com respeito dos direitos humanos e a contribuição da solidariedade efectiva de cada um na repartição equilibrada da riqueza colectivamente produzida. A instabilidade, a incerteza e o medo do futuro, entendidos nas suas diversas componentes, dentro dos domínios do emprego, da segurança física e patrimonial, reflectem em boa parte o impacto das correntes neo-liberais prevalentes na economia dos países mais desenvolvidos e os efeitos negativos da globalização selvagem que se tem vindo a verificar. Este estado de coisas é gerador de mal-estar, de um acentuar das desigualdades e da falta de estímulo para intentar a regeneração necessária. Para superar esta conjuntura torna-se imprescindível seguir uma política que persiga as metas da democracia social, económica e cultural configuradas na Constituição, uma política aberta ao diálogo e aos amplos consensos, sob a égide de um Poder Público tolerante e democrático que respeite os direitos dos cidadãos. Numa altura em que os diversos índices sociais e económicos continuam a remeter-nos para os últimos escalões da Europa Comunitária, não poderá haver lugar para o enfraquecimento dos serviços que cabe ao Estado assegurar, nos domínios da educação, da saúde, da justiça, dos transportes, da habitação e da segurança social, porque é graças a eles que, de algum modo, se poderá aliviar a pressão que recai sobre os sectores desfavoreci-

dos, afinal a grossa maioria do País. É sabido que o Estado não poderá distribuir mais do que arrecada e que o holo a repartir estará sempre em relação directa com o crescimento económico instalado. Todavia, o abandono pelo Estado destas funções redistribuidoras e a sua transferência para sede da iniciativa privada, equivaleria a uma desertão e a um agravamento seguro da situação dos trabalhadores e das classes de rendimentos inferiores. Os democratas que incorporam esta manifestação do 25 de Abril repudiam liminarmente essas soluções. As dificuldades deverão ser suportadas por todos, proporcionalmente ao rendimento de cada um. A superação da crise só poderá efectivizar-se num quadro mobilizador que aponte, a prazo e sem equívocos, para uma sociedade mais justa, e desequilibrada de desigualdades profundas, sem o que, para quem hoje se encontra no fundo da escala, as melhorias sobrantes serão sempre uma iniquidade. Uma sociedade mais justa configura também uma sociedade de liberdade, no quadro de um Estado laico e republicano, respeitador da pluralidade dos pensamentos e das práticas pessoais dos cidadãos, enquanto respeitadores da lei. Pensando nesta problemática e assumindo a determinação de contribuir para a realização dos objectivos que lhe são inerentes, os democratas abaixo assinados apelam a uma participação maciça no desfile, que dia 25 de Abril, pelas 15 horas, descera desde a Praça Marquês de Pombal até à Praça do Rossio em Lisboa. ■

Mensagem

Há 34 anos os Portugueses passaram a olhar para os seus militares com orgulho e gratidão.

Não era caso para menos: foram eles que, numa manhã radiosa, os fizeram acordar em Liberdade, livres das grilhetas da ditadura, esperançados num futuro de Paz e Desenvolvimento. Tudo de um dia para o outro e sem que nada o fizesse prever. Por isso, a surpresa, primeiro, e a explosão de alegria e sonhos, depois.

Passados 34 anos é com perplexidade que os Portugueses assistem às múltiplas desconsiderações feitas pelo poder a esses mesmos militares, de formas que nos abtemos de adjectivar, apesar de muito os utilizarem, aproveitando a sua permanente disponibilidade e competência em acções da sua política externa. Ao ponto de os olharem como cidadãos de segunda, a quem, contrariamente ao estabelecido na Constituição, querem silenciar para todo o sempre. Mesmo que no fim da vida, quando deixaram o serviço activo.

Enquanto isso, esses mesmos militares, porque civilistas, democratas e patriotas, procuram continuar a contribuir para a consolidação dos ideais de Abril, que há 34 anos os levaram a tudo arriscar, ao serviço dos seus compatriotas, mas assistem, quantas vezes com revolta, à perda constante de muitos resultados positivos alcançados, assistem à perda de liberdades, valores, princípios, ideais e ao regresso de velhos usos das ditaduras, como a delação e a imposição do medo.

Continuamos, como há 34 anos, a considerar que a democracia é o menos mau de todos os sistemas políticos. Mas, como menos mau, tem de ser encarado como sistema do percurso para uma vida melhor, não o definitivo, e tem de ser permanentemente aperfeiçoado. Em democracia, existem deveres mas existem também direitos, individuais e colectivos. Por nós militares de Abril, não abdicamos duns nem de outros. A nossa postura cívica assim no-lo impõe.

Por mais que nos queiram calar, não desistiremos. Não aceitamos que nos tirem a nossa dignidade, que uma vez assumida, nos levou a derrubar a ditadura, a terminar a guerra e a cumprir todas as promessas, então feitas.

E, como a Democracia é, antes de mais, a defesa dos valores consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, nas Constituições livremente redigidas, no igual respeito por todos e cada um, no acatamento da vontade colectiva, não desistimos de pugnar por defender esses valores.

De defender uma sociedade mais solidária, onde os rendimentos sejam justamente distribuídos por quem os produz. Não podemos aceitar uma sociedade onde o trabalho

recebe menos de 40% desse rendimento e o capital mais de 60%. Com a agravante de, mesmo no mundo do capital, a mera especulação se sobrepõe ao simples investimento. Continuamos a pugnar por uma sociedade onde o poder económico se não sobreponha ao poder político, com práticas sempre farisaicas, onde rapidamente esquece o liberalismo e a desejada ausência de Estado, quando se confronta com problemas graves, como vem acontecendo mais vezes do que desejavam, e impõe rapidamente a intervenção desse mesmo Estado, para lhe resolver os problemas que ele próprio criou. Sempre à custa dos cidadãos que tudo são obrigados a suportar, sempre em nome de ditos interesses superiores.

Uma sociedade onde o fosso entre os mais ricos e os mais pobres não aumente despididamente, com o poder das classes médias a diminuir drasticamente, com evidente perigo para a estabilidade saudável e a respectiva paz social.

Uma sociedade onde os partidos políticos voltem a ser instrumentos fundamentais do sistema democrático, acabem com a cobertura à corrupção, ao compadrio, ao tráfico de influências, enfim, sirvam em vez de servir-se.

Gostáramos de emitir uma mensagem optimista. É difícil, nos tempos que correm, onde são várias as vezes que se levantam a prever convulsões e limitações das liberdades.

Por nós, mulheres e homens, civis e militares da Associação 25 de Abril, estamos confiantes na capacidade dos Portugueses, na defesa de um País de Abril, democrático, mais livre, mais justo e em paz.

Por isso lutamos! Convictos que muito da actual conjuntura passará e os cravos voltarão a florir!

Estamos em tempo de alertar a malta, de avisar toda a gente, de não poder ignorar, de não poder calar!

Tudo faremos para evitar que se regresse ao passado, um passado onde se volte a justificar outro 25 de Abril.

Não queremos voltar a ir para longe, porque não queremos ter de regressar. Queremos continuar aqui, na luta pelos nossos ideais.

Assim o queiramos todos, porque se todos nos empenharmos nessa luta, Abril será o futuro.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Reforçar a solidariedade contra atraso e desemprego

AMIGOS E CAMARADAS DE ABRIL:

Contra muitas expectativas, afinal continuamos cá. Já cá andamos há 34 anos! É caso para dizer que se confirmam os versos cantados por José Mário Branco: "vimos de longe, de muito longe... e... vamos p'ra longe, p'ra muito longe".

Se calhar vimos ainda muito mais de longe do que de 1974! Estamos a pensar na Crónica de Fernão Lopes sobre a Revolução de 1383-85. Curiosamente, a Crónica é ilustrada por um cravo! Um cravo em pergaminho associado a uma raiz da nossa História! Como é sabido, nessa Revolução, o povo de Lisboa aliado aos fidalgos patriotas correu com o castelhano e com os fidalgos que tinham tomado o partido de Castela. E estamos a pensar também que se ouviu em tempos dizer que apareceram cravos quando o povo das vilas e aldeias se opôs às tropas de Napoleão e tomou a iniciativa de correr com elas, durante as invasões francesas.

Coincidência ou não, são assim os cravos da nossa História que nos fazem estremecer quando, neste dia, se põe um cravo e se pensa nisso.

Uma coisa é certa, como notou o historiador Rui Ramos, quando lhe perguntaram se o

estudo das crises da nossa História nos podia fornecer elementos de orientação que ajudassem a ultrapassar a nossa crise actual. O historiador respondeu (cito de cor): "que não, porque o 25 de Abril introduziu um elemento determinante completamente novo entre nós: as mais amplas liberdades", subentendendo-se: um genuíno regime democrático, um efectivo sufrágio universal.

Decerto que é esta novidade que nos faz assim tão perenes. E é seguramente gratificante para todos nós que a singularidade do 25 de Abril esteja já reconhecida pela História, ao cabo de tão poucos anos de História.

Também o pensamento filosófico reconhece a importância do 25 de Abril. É José Gil que inscreve o 25 de Abril nos comportamentos contra a chamada "não inscrição". Isto é, como rotura com a nossa ancestral anestesia e acomodamento às situações, deixando para outros aquilo que nos compete a nós fazer.

Se assim é, temos então, nos dias de hoje, que não defraudar a História e o próprio 25 de Abril.

Mais ainda faremos algumas reflexões sobre os tempos presentes. Mas antes temos que

dizer que, mais importante do que voltarmos a estar aqui, é estarmos aqui juntos, e em boa companhia. Embora fosse melhor estarmos unidos, e não apenas juntos. É que apesar de ser uso dizer-se, que o "óptimo é inimigo do bom", na Marinha, ainda assim, prefere-se dizer que, com mau tempo, "nem o óptimo é suficientemente bom". De certo modo, é também sobre mau tempo que vamos discorrer hoje.

Se há ideias diferentes entre nós é porque também há interesses diferentes. Não vale a pena escamotear as coisas. Porém, se todas as partes buscarem a hegemonia, todas perdem. Alguém duvida que os grandes interesses se entendem no que é essencial para eles? E não é verdade que são, inclusivamente, conhecidos os mecanismos que usam para se entenderem? O Clube de Roma, as cimeiras de Davos, as reuniões de Bilderberg, por exemplo.

É desconcertante que o mundo dos grandes interesses conheça e aplique sistematicamente aquele princípio e que o nosso mundo o ignore.

Há que encontrar formas de dirimir as divergências que há entre nós e chegar muito depressa a consensos sobre o essencial. Sobre aquilo que nos permita sobreviver como povo num mundo de economia global, sujeito a terrorismos e confrontados com a possibilidade de guerras nucleares, para citar um dos mais importantes cientistas mundiais

Para esse efeito, é óbvio que o debate de ideias é fundamental. Só sabermos se temos razão depois de confrontarmos as nossas próprias opiniões com as outras opiniões. Não devíamos ter medo de nos expor. Nós mesmos temos consciência de que nos estamos aqui a expor. Mas olhando ao que está hoje em causa na sociedade portuguesa temos de muito rapidamente fazer esse debate de ideias, porque o tempo urge.

Não queremos ser arrastados num turbilhão por um qualquer ruir da nossa precitante base económica!

Os que se devem entender somos, logo em primeiro lugar, estes que aqui estamos hoje. Os que colocam um cravo no seu calendário de Abril! Não é preciso complicar, não se usam logaritmos para fazer somas.

Abordemos então sobre o quê é essencial que nos entendamos.

1ª Reflexão. Não tenhamos muitas ilusões: Apesar de muita coisa que se ouve, Portugal é um país economicamente atrasado, com poucos recursos naturais, com um reduzido nível de instrução geral, sem massa crítica na investigação e na inovação, com elites pouco competen-



Rituais simbólicos tornam presente memórias e avivam esperanças



Millhares de cidadãos anónimos desfilaram, na Avenida da Liberdade, do Marquês de Pombal até ao Rossio, em Lisboa

tes, com um défice muito grande de iniciativa empresarial, cuja população, volta não volta, tem de emigrar em massa. As tendências que ciclicamente irrompem para o autoritarismo e para a prepotência do lado do Poder, ou dos vários Poderes, e para o individualismo, para o salve-se quem puder e para a corrupção, de todos os lados, estão associadas ao nosso crónico subdesenvolvimento, apesar de sermos razoavelmente civilizados.

Também sabemos que, historicamente, o autoritarismo, a prepotência ou a ditadura nunca resolveram o nosso atraso. Se resolvessem éramos um país rico há muito tempo...! E continuávamos a enriquecer nos dias de hoje...!

Se o historiador e o filósofo estão certos, e por antítese, as nossas armas, as novas armas históricas que o 25 de Abril nos trouxe, são precisamente a Liberdade e a Democracia. Além de serem as traves mestras do regime democrático, a Liberdade e a Democracia permitem-nos uma intervenção cívica permanente em todos os domínios da nossa actividade. E dão-nos a possibilidade de viver em ambiente de crítica.

Viver em ambiente de crítica é a chave do progresso em todos os sectores da actividade humana — da ciência à política.

Dito isto, é para nós evidente que não se pode transigir com nenhuma ameaça, mesmo que aparentemente só virtual, às nossas liberdades.

E quanto à Democracia, só há que pensar em aprofundá-la, bem como proporcionar o seu alargamento à participação de cada vez mais cidadãos. Algumas medidas simples podem contribuir para o aprofundamento da Democracia entre nós:

Porque não sermos governados apenas por pessoas eleitas, como o fazem outros povos?

Gastamos milhões em eleições e consumimo-nos em conseiras durante semanas de campanha eleitoral, para depois, metade dos governos ser composta por pessoas não eleitas! A direcção colegial que é reconhecida aos governos dos ingleses, desde que inventaram o parlamento, tem a ver exactamente com esse respeito supremo pelo cargo eleito.

Também ficávamos mais entusiasmados se certas intervenções a que assistimos na Assembleia da República utilizassem mais argumentação, em vez de privilegiarem tergiversar por sistema, ou partir o vidro dos telhados. Era bom que pelo menos recorressem a alguns silogismos aristotélicos.

E ainda mais ganharia em qualidade a nossa Democracia se de cima viesse o exemplo de cumprir as promessas.

Como militares — que não deixamos de ser — damos muita importância ao exemplo na acção de comandar. É uma das razões porque consideramos inaceitável o não cumprimento das pro-

messas feitas, seja em campanha eleitoral seja em outras circunstâncias. Não cumprir as promessas constitui um dos piores exemplos que se pode dar. Ainda por cima tendo em conta que há sempre uma saída transparente para o político que não está em condições de cumprir as promessas!

Na realidade, o que nós queríamos era ser governados sempre por políticos competentes, sérios, isentos, de ímpoluto sentido ético no tratamento das coisas públicas e de elevada estatura política e humana na sua acção governativa.

Ora se "a experiência é madre de todas as coisas", como podemos aspirar a uma classe de políticos com aquelas características positivas se, salvo as naturais excepções que confirmam a regra, as escolas partidárias deixam muito a desejar no que respeita precisamente à transparência de processos, à independência do poder económico, à isenção das pessoas? Como pode vir a ser isento na política um jovem cuja progressão na vida depende unicamente da carreira partidária e não das qualificações, das competências individuais e da formação humana que só se adquirem no exercício de uma profissão? Ou se o próprio acesso à profissão é adquirido pela via partidária?

Não pomos em causa, bem pelo contrário, o sistema partidário. Julgamos, todavia, que seria saudável estabelecer leis anti monopólio

Reforçar a solidariedade contra atraso e desemprego

dos partidos sobre a vida política, isto é, criar-lhes concorrência.

Por exemplo, baixando drasticamente o número mínimo de assinaturas necessárias para apresentar uma candidatura - à Junta de Freguesia, à Câmara Municipal, à Assembleia da República, à Presidência da República. Não é revelador desse monopólio partidário que seja necessário reunir cinco mil assinaturas para uma candidatura a uma Câmara? Não significam estes números que se tem de ter, necessariamente um partido por trás?

Contudo, mais urgente é que o Estado se divorcie dos partidos que estiveram e estão no poder e não se case ou volte a casar com os que vierem a estar. (Agora até é mais fácil o divórcio, porque já não é preciso consentimento mútuo...) A promiscuidade entre Estado e partidos é um cancro do regime com todos os males desta doença terrível.

Instituir que as chefias da Administração Pública sejam de carreira, impedindo que sejam de nomeação política, como sucede actualmente, seria um bom começo.

Na esteira desta medida viria a dignificação das carreiras na Função Pública, e o conseqüente prestígio do exercício das funções públicas, em vez do seu achincalhamento e subordinação. A existência de carreiras proporciona uma base de recrutamento das chefias muito mais ampla do que a da via partidária, porque há e haverá sempre muito mais funcionários do que militantes todos sabemos que a quantidade se transmite em qualidade. Além disso, uma carreira implica processos periódicos de formação e avaliação visando o exercício das funções superiores - que aliás existem na nossa Função Pública desde 1979 - o que a via partidária não confere.

A confusão entre partidos no poder e Estado conduz a que se desbarate o que é público e se coloque mais facilmente o Estado na dependência dos poderes económicos.

Exige-se ao poder político que crie condições objectivas da independência do Estado em relação aos poderes económicos. Para atingir esses objectivos, nada melhor do que separar claramente as águas entre o que é Estado e o que é partido. É um grande passo para que a política comande a economia.

2º Reflexão. A segunda e penúltima reflexão de hoje é: sobre que outras matérias é preciso consenso urgente?

Além da Liberdade e da Democracia, é certamente preciso que haja consenso sobre um conjunto de matérias que impliquem directamente a Justiça Social.

Não restam dúvidas que a Justiça Social é incompatível com o desemprego, com salários e vencimentos em atraso, com o trabalho precário, com a insuficiência das condições de acesso aos cuidados de saúde públicos, com a carência de condições de acesso às creches públicas, com a falta de assistência à velhice, à maternidade e paternidade. Com as dificuldades de acesso à justiça. Com a inexistência de soluções habitacionais para a juventude e para o coração das cidades. Com a iniquidade de tratamento do território que é de todos nós e não pode ser deixado ao acaso de interesses especulativos lesivos do bem-estar da nossa sociedade.

Mas temos que ser muito objectivos: é pela erradicação do desemprego, do trabalho precário e dos salários e vencimentos em atraso que é preciso começar a repor mais Justiça Social no país.

Cabe aqui uma questão, que tem a ver com a discussão de todos os anos: a comemoração do 25 de Abril, em que estamos, deve ou não converter-se unicamente numa festa? Independentemente de ser inerente às comemorações do 25 de Abril haver festa, porque colectivamente assim sempre o quisemos, entendemos, todavia, que a comemoração do 25 de Abril não pode ainda ser só uma festa.

Temos um desemprego estrutural; salários e vencimentos em atraso, toda uma geração a recibos verdes. Não temos o direito de transformar este dia numa festa apenas! Aqui é que é mesmo caso para dizer, em bom português: Jamais!

Não se julgue que o desemprego e os salários e vencimentos em atraso estão confinados ao operariado de algumas indústrias por força de deslocalizações de empresas para outros países. Não é só: já há desemprego e atrasos sistemáticos de pagamento das remunerações do trabalho em todas as camadas profissionais, até em médias empresas de serviços especializados com nome na praça. O Estado, ou os governos, como quiserem, é directamente responsável pela situação, na medida em que se constituiu num significativo devedor a muitas pequenas e médias empresas - que empregam muita gente.

O desemprego é inaceitável na condição humana, porque é essencialmente através do trabalho que contribuímos para a sociedade. A falta de pagamento do trabalho também é inaceitável visto que só se tem direito à remuneração depois de já se ter trabalhado.

O desemprego e a falta de pagamento das remunerações do trabalho não podem ser, na política, reduzidos a meros índices económicos. Deixemos isso para os economistas. Não se pode

tergiversar sobre o desemprego e sobre os salários em atraso. É daqueles casos em que tem de entrar a lógica binária, a dos computadores: 0 ou 1, ou há ou não há, e se há tem de deixar de haver.

Falar das casas decimais dos índices de desemprego suscita a mesma revolta de quando ouvimos uma notícia de um desastre e o locutor - por descuido inconsciente - nos anuncia que houve cerca de tantos mortos. Este "cerca" implica pelo menos uma pessoa, e cada pessoa, qualquer pessoa, é já humanidade. Uma pessoa não é um número. Um desempregado também não é um número.

Acresce que, em termos macroeconómicos, um país ter pessoas desempregadas é um desperdício, porque, mesmo que produzam pouco, as pessoas estando empregadas sempre produzem mais do que se estiverem desempregadas.

Quem o afirma é um prémio Nobel da Economia (Joseph Stiglitz), que foi conselheiro de um Presidente dos Estados Unidos (de Clinton) e alto quadro do Banco Mundial. (La Palisse diria o mesmo, suponho...). É o mito da inevitabilidade do desemprego propalado pela política liberal a ser desmontado pelos próprios teóricos.

Além destas posições de princípio, descarregar sobre os trabalhadores o ónus do fraco desempenho da nossa economia já é em si mesmo uma injustiça.

Os trabalhadores portugueses quando enquadrados em ambientes de produção racionalizados e bem geridos são capazes de competir em quaisquer mercados.

Visto doutra maneira: está instalada a desaceleração da economia, traduzida pela sua persistente divergência em relação à Europa. Ao mesmo tempo, aumentou de 52 para 60 por cento a parte do capital na apropriação do rendimento. E a culpa é posta do lado do trabalho? Há um mínimo de seriedade!

Essa correlação devia antes fazer reflectir aqueles que são autores e adeptos das leis laborais de inspiração neo-liberal. Com leis laborais mais favoráveis ao mundo dos empregadores, a sua ineficiência vai tender a aumentar ainda mais e agravar a situação económica.

Não é novidade: o ponto fraco das nossas cadeias de produção e comerciais está, em grande medida, nos incipientes métodos de gestão, nos gestores do topo e nos empresários que os escolhem. Em suma: nas auto designadas elites dirigentes. Mais uma vez, o reduzido número de casos de efectivo sucesso empresarial apenas confirma a regra.

Planear, organizar, dirigir, explicar, coordenar e até decidir não são propriamente funções



O rufar de bombos e tambores alegrou os festejos populares do 25 de Abril, que decorreram em Lisboa

que a generalidade das nossas elites dirigentes tenha assimilado convictamente e convenientemente ao longo destes anos. A gestão tende na maioria dos casos para comportamentos prepotentes ou para a aplicação de receitas ou modas passageiras, habitualmente mal importadas, esquecendo que os elos principais das cadeias de produção são as pessoas.

Esses vícios custam muito caro à economia portuguesa e só são da nossa responsabilidade na medida em que não nos insurgirmos contra a situação.

Os próprios empresários são geralmente atávicos, preferem estar sentados à mesa do orçamento do Estado a correr riscos na dura concorrência. Não é verdade que na banca portuguesa é reduzidíssima a actividade de capital de risco?

A desmedida importância que adquirem as relações empresariais com o poder político é uma consequência dessa crónica incapacidade empresarial e de gestão. É pelo menos bizarro que políticos de carreira consigam tão frequentemente ascender às mais altas funções de direcção de grandes empresas sem serem homens do ofício. Sem que o seu curriculum evidencie a tarimba que só se adquire quando se percorre a via-sacra da sucessão estruturada dos diversos postos e funções profissionais de que cada empresa é composta e que constitui a base da hierarquia da competência que leva ao sucesso. Tudo indica que a concorrência não passa de uma figura de retórica destinada a aplicar-se

somente aos outros concorrentes, que não aos próprios.

Se a concorrência é subalternizada por estes processos ínvios, que resta à economia de mercado?

3ª Reflexão. Última reflexão, muito breve:

Quando falamos de desemprego, de salários ou vencimentos em atraso, de degradação das condições de trabalho, estamos a falar de muito muito mais gente para além de nós. Gente que ainda não usa cravos neste dia, mas a quem vamos ter que oferecer um. Não por interesse económico – que esse nosso interesse não é grande coisa – mas por solidariedade.

Felizmente em Portugal há uma tradição de solidariedade, sobretudo entre o povo trabalhador. A solidariedade também é um valor do 25 de Abril.

Em épocas mais recuadas a solidariedade assumiu por vezes quase só a natureza de caridade, pela mão da Igreja. É disso elucidativa a descrição que José Saramago faz da procissão da Senhora da Saúde em Lisboa no reinado de D. João V, durante a qual era percorrido o circuito das igrejas e conventos que alimentavam e tratavam a Lisboa faminta e doente dessa época – apesar do ouro do Brasil, registre-se.

É muito importante que se reforce a componente social do Estado, através dos respectivos organismos da Segurança Social e Emprego.

Caso contrário, arriscamo-nos a que a imensa necessidade de solidariedade dê lugar

que se desenvolvam apenas sentimentos e acções de caridade. O reforço da acção do Estado neste campo, não obsta, naturalmente, a que se apoie, em acções de solidariedade prática, o enorme esforço que os Sindicatos estão a fazer para defender postos de trabalho por todo o País.

Para terminar. Em face destas insuficiências do nosso regime democrático, que nos falta fazer? Se temos mãos e cérebro, com certeza que não é para coçar a cabeça, mas sim para modificar as coisas a nosso favor.

Por força das circunstâncias históricas, o 25 de Abril começou com poucos, logo nesse dia ficou com muitos e a seguir com mais ainda. Está na altura de ficar com muitos mais. Não somos ingénua a ponto de pensar que cabem cá todos. Mas não temos dúvidas que o caminho a trilhar é esse. Sobram ainda muitos cravos nas florestas!

Para esta matéria também temos um verso, neste caso de uma canção do Zeca Afonso: "...traz um amigo também".

Assim, acabamos esta intervenção a fazer um alvitre: que das próximas vezes, a próxima e todas as que se seguirem, cada um se comprometa a "trazer um amigo também". De preferência a que nunca cá tenha estado. É que apesar do que se diz para aí, vamos todos precisar muito uns dos outros!

VIVA O 25 DE ABRIL

VIVA PORTUGAL.

Rosio, 25 de Abril de 2008 ■

Convívios e percursos históricos

VASCO LOURENÇO

CERCA DE QUINHENTOS amigos (e amigas) de Abril conviveram, no jantar da noite de 24/25 de Abril, para evocar os 34 anos da Revolução dos Cravos.

Foi nas instalações do Centro de Congressos de Lisboa (ex-FIL), à Junqueira, onde nos encontramos e convivemos, num muito bom jantar, pelo que há a realçar os serviços do Espaço Tejo. Como há que salientar o apoio do comendador Rocha de Matos, que

Dois grupos de cidadãos espanhóis e franceses juntaram-se, este ano, às comemorações de Abril.

nos cedeu o espaço e serviços em condições compatíveis com as nossas possibilidades, bem como de todo o pessoal envolvido. De realçar a participação neste jantar convívio de dois grupos que vieram a Portugal especificamente para comemorar o 25 de Abril: a nossa "velha", gentil e bela associada Lurdes Eced, que vinda de Saragoça trouxe consigo mais um grupo de alunos de Português naquela cidade. Parabéns Lurdes, pelo contínuo apego à língua portuguesa, a Portugal e ao 25 de Abril. Um beijinho amigo!

Um outro grupo, esse constituído por trinta amigos e amigas franceses, incentivados pela portuguesa Olga Quadros, que associados na "Chemins de Mémoire Sociale", fizeram questão de nos visitar para percorrerem alguns dos caminhos do 25 de Abril. Foram entusiasmadíssimos com os percursos que fizeram, sempre guiados pelo Capitão de Abril Nuno Santa Clara Gomes. E se em 23 de Abril gostaram imenso de, saindo de Setúbal onde se "aquartelaram", visitar Santarém, Óbidos, Peniche e Caxias, em 24 ficaram radiantes ao evocar os acontecimentos em Pontinha, Praça do Comércio, Rádio Clube Português e alto do Parque Eduardo VII, Quartel do Carmo, rua António Maria Cardoso e Associação 25 de Abril, onde almoçaram. Ambos os grupos desceram, no próprio dia 25, a Avenida da Liberdade, incorporados nas Comemorações Populares. Quanto ao jantar convívio, destacamos ainda a intervenção do grupo coral onde se incluí o Capitão de Abril e nosso associado, general Pinto de Castro, que nos brindou com algumas canções de intervenção.

Um bom convívio. ■



Vasco Lourenço saúda os presentes no jantar



O grupo da Chemins de Mémoire Sociale



Estudantes de Português da Universidade de Saragoça desfilaram em Lisboa

Festa Jovem 2008

J. VILLALOBOS FILIPE

INTEGRADA NAS COMEMORAÇÕES do 34.º Aniversário da Revolução dos Cravos, decorreu no passado dia 26 de Abril no Complexo Municipal dos Desportos "Cidade de Almada" a 14.ª edição da Festa Jovem, espectáculo gimno-cultural que reuniu cerca de 800 jovens, dos três aos oitenta anos, representando diversas instituições desportivas, culturais, de ensino e autarquias – de Aveiro ao Algarve – que durante três horas proporcionaram um espectáculo de juventude, alegria e cor seguido com manifesto agrado pelo público e familiares que enchem completamente o Complexo Municipal.

A Festa Jovem 2008 constituiu uma manifestação de vitalidade, de alegria e de juventude, mas é também a garantia da continuação de Abril e a esperança num futuro em Liberdade proseguido quando estes jovens tomarem o nosso lugar, pois o 25 de Abril foi também um "projecto de futuro" como foi afirmado na cerimónia comemorativa levada a cabo na Assembleia da República e, nessa perspectiva, os jovens constituem o elemento fulcral da continuação da Revolução de Abril.

Foi para eles que se tem vindo a construir um país novo ao longo destes 34 anos e será a

juventude que no futuro deverá assumir em suas mãos a defesa da Liberdade e dos valores devolvidos ao povo português pelos militares de Abril. É pois, na alegria, na generosidade e na espontaneidade destes jovens que depositamos a esperança da continuidade de Abril com vista ao aprofundamento da Democracia e à cons-

trução de uma sociedade mais justa e fraterna em que todos os portugueses se possam sentir cada vez mais felizes, na certeza, como cantava o poeta Ary dos Santos, de que «...isto vai amigos isto vai o que é preciso é ter sempre presente que o presente é um tempo que se vai e o futuro é tempo resistente». ■



O programa foi preenchido por três horas de espectáculo de alegria e cor



O complexo municipal dos desportos "Cidade de Almada" foi palco da 14.ª edição da Festa Jovem

Escola de Cacilhas lembra Abril

NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES do 25 de Abril, realizou-se, no dia 17 de Abril de 2008, a exposição "Relembrar Abril" na Escola Secundária Cacilhas - Tejo.

Esta mostra, organizada pela Associação de Cidadania de Cacilhas - O Farol com a colaboração da Associação 25 de Abril e da Junta de Freguesia de Cacilhas contou, também, com o apoio da Associação de Estudantes daquele estabelecimento de ensino.

Contando apenas com cerca de uma dezena de fotografias do conceituado Júlio Diniz (cedidas pelo Museu da Cidade de Almada), alguns cartazes de anos anteriores, uma vitrine com diversos materiais alusivos à data e pouco mais, o certo é que a criteriosa seleção das imagens e a sua adequada distribuição pelos painéis disponíveis, transformou esta exposição, embora simples, numa muito bem conseguida retrospectiva de 1974 a 2008.

No dia da inauguração, usaram da palavra Margarida Fonseca (Directora da Escola Secundária Cacilhas - Tejo), Henrique Mota (Presidente da Associação O Farol) e o Comandante Almeida Moura (em representação da Associação 25 de Abril) tendo sido unânimes em salientar a importância de fazer chegar aos jovens os "valores de Abril" como forma de preservar a democracia e solidificar a cidadania.

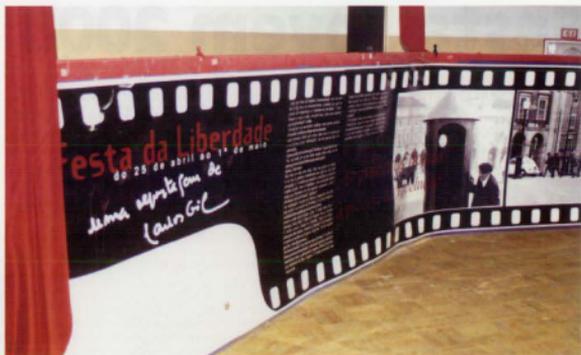
No final, houve um momento musical de grande qualidade com a participação de Francisco Naia (voz) e Ricardo Fonseca (guitarra) que conseguiram colocar o público a cantar, emocionado, as letras das canções de Abril. ■

Jantar no Hotel da Penha

CUMPRINDO A TRADIÇÃO, algumas dezenas de oficiais do Norte do país, familiares e alguns amigos, juntaram-se num jantar em 25 de Abril, no Hotel da Penha em Guimarães.

No final cantou-se a *Grândola* com inusitada energia, seguida do entoar do Hino Nacional com emoção.

Para o ano, lá estaremos. Os resistentes, claro! ■



Festa na Incrível Almadense

Como vem sendo hábito, comemorou-se Abril na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense. No dia 23 de Abril passado foi inaugurada uma exposição fotográfica com o título "Festa da Liberdade - Do 25 de Abril ao 1.º de Maio", uma montagem da autoria de Carlos Gil que é, como se pode ver pelas imagens, a ampliação de um rolo fotográfico com cinquenta metros de comprimento por 1,40 metros de altura. Na presença do Executivo da Junta de Freguesia de Almada, o presidente da Direcção, acompanhado pelos presidentes da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal e grande número de associados, ressaltou o significado da cerimónia e referiu que a mostra ficaria patente até ao dia 2 de Maio, para aproveitar a realização de dois encontros de corpos corais que naquele mesmo dia assistirã à actuação do Grupo Coral Ed. Progrés da Catalunha.

Casa da Liberdade

PROTOCOLO ENTRE a CÂMARA Municipal de Matosinhos, Associação 25 de Abril, Amnistia Internacional, Associação Zeca Afonso e Movimento Não Apaguem a Memória, visando a constituição da "Casa da Liberdade"

Outorgantes:

Primeiro: Câmara Municipal de Matosinhos, adiante designada por primeiro outorgante e representada pelo respectivo Presidente da Câmara, Dr. Guilherme Pinto;
Segundo: Associação 25 de Abril, adiante designado por segundo outorgante, representado pelo respectivo Presidente da Direcção - Delegação Norte, Tenente Coronel, Antero Silva;

Terceiro: Amnistia Internacional - Núcleo de Matosinhos, adiante designado por terceiro outorgante, representado pela coordenadora, Maria Otília Reisinho.

Quarto: Associação Zeca Afonso, adiante designado por quarto outorgante, representado pelo Presidente do Conselho Fiscal, Paulo Esperança

Quinto: Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, adiante designado por quinto outorgante, representado pelo representante da comissão instaladora, Fernando Vicente.

Celebram entre si, em 25 de Abril de 2008, o presente Protocolo de acordo com a Deliberação de Câmara, subordinado às seguintes cláusulas:

1.º O primeiro outorgante autoriza a utilização pelo segundo, terceiro, quarto e quinto outorgantes do edifício do Palacete do Conde S. Salvador, adiante designado por "Casa da Liberdade".

2.º O espaço destina-se à instalação da sede social do segundo, terceiro, quarto e quinto outorgantes, nomeadamente para instalação das suas direcções, arquivos e realização de iniciativas culturais em torno da promoção dos valores da Liberdade e da Democracia;

3.º A cedência é feita a título gratuito, pelo prazo de 1 ano, prorrogável por iguais períodos, enquanto não for denunciado por qualquer das partes.

4.º

É da responsabilidade do segundo, terceiro, quarto e quinto outorgantes a realização de quaisquer obras indispensáveis à boa conservação do recinto.

Em qualquer caso, a execução das mesmas carece de prévia autorização do primeiro outorgante.

5.º

É da responsabilidade do segundo, terceiro, quarto e quinto outorgantes a conservação e manutenção do local, assim como assegurar as despesas do mesmo, nomeadamente as despesas com energia eléctrica, água e telefone, devendo os fornecedores respectivos ser contratados em nome das instituições.

6.º

O direito à utilização do espaço que pelo presente protocolo é constituído, extingue-se nas seguintes situações:

Afectação do espaço a finalidade diferente à descrita na cláusula segunda;

Extinção ou simples cessação das actividades do segundo, terceiro, quarto e quinto outorgantes;

Requisição do local pelo primeiro outorgante no termo do prazo protocolado ou de qualquer das suas prorrogações.

7.º

Cessando o direito à utilização do espaço, o segundo, terceiro, quarto e quinto outorgantes obrigam-se a devolver o mesmo ao primeiro outorgante sem quaisquer condições e com todas as benfeitorias.

Pela Câmara Municipal de Matosinhos
O Presidente - Dr. Guilherme Pinto

Pela Associação 25 de Abril
O Presidente da Direcção - Delegação Norte - Tenente Coronel Antero Silva

Pela Associação Zeca Afonso
O Presidente do Conselho Fiscal - Paulo Esperança

Pelo Movimento Não Apaguem a Memória
Pela Comissão Instaladora - Fernando Vicente ■

O 25 de Abril ainda vai andando por aí

GERTRUDES DA SILVA

NÃO SERÁ BEM o mesmo que um político do nosso *jet-set* afirmou no dia em que, qual treinador de futebol, se sentiu vítima/objecto de uma dessas consagradas chicotadas psicológicas. Mas o sentido também não foge muito daí, no que respeita à ameaça contida nessa estafada expressão.

Seja por vontade ainda remanescente em algumas pessoas, seja porque a vergonha destas coisas ainda não se instalou de todo no viver das nossas gentes, seja para colher alguns frutos que esta árvore ainda poderá dar, seja por imperativos institucionais ou curriculares, o certo é que, pasme-se será demais, ainda nos vão chegando, através ou não da nossa Associação, pedidos para irmos às escolas e escolinhas, às universidades, centros de outros saberes, raramente ou não, que isto do 25 de Abril parece que foi e continua a ser uma questão de crianças.

Se Cristo estivesse metido nesta conversa, logo se apressaria a dizer, pois deixai-as; vir e se cristos não somos nós, bem que nos apetece dizer o mesmo. Porque as jornadas deste nosso ciclo apostolado podem nem fazer mal nem bem, mas trazem-nos sempre um alento de alma, um refrigério espiritual, um vivificante suplemento de ânimo, que além de outros ingredientes – que hoje é obrigatório declarar na embalagem –, contém fé e esperança em elevadas percentagens.

Vamos lá, então, assinalar (estamos na região de Viseu):

14 de Abril - Escola Secundária de S. Pedro do Sul

Palestra e conversa muito interessada e interessante, com o Auditório repleto de alunos do 9.º ano de escolaridade.

No dia seguinte, só por curiosidade, uma das professoras ali presentes, em conversa tele-

fónica com a minha mulher, quis fazer-lhe sentir que a acção decorrerá muito bem, e contava uma coisa interessante: que uma miúda sua aluna no final foi ter com ela para lhe dizer, entre outras coisas, que pensava que as pessoas da história ou já tinham morrido ou eram gente muito esquisita, e que o senhor que esteve lá com eles a falar do 25 de Abril era uma pessoa como as outras.

17 de Abril - Escola Secundária de Santa Comba Dão

Com alunos dos 9.º/11.º/12.º anos. Uma jornada bem preparada, com uma interessante exposição de trabalhos dos alunos sobre o 25 de Abril bem como de outros motivos iconográficos relativos àquela efeméride.

Quando é assim, ou seja, quando estas coisas são cuidadas e antecipadamente preparadas, também a acção do palestrante resulta normalmente positiva, com agrado e proveito para as duas partes.

23 Abril - Em Seia e S. Romão (um dia em cheio, cheio em todos os aspectos).

Às 09h00 já estávamos num acolhedor auditório com alunos do 9.º ano. Cuidado e esforço, bem se via que ali não faltava, nomeadamente da parte da professora que tomou a peito ou foi incumbida da realização desta gratificante acção levada a cabo na Escola Secundária Abranches Ferrão.

Pelas 11h00, em não menos acolhedor ambiente, já era na Escola Evaristo Nogueira, em S. Romão, que se comemorava e festejava a Revolução dos Cravos.

Começámos com os alunos do 9.º ano, sempre atentos, animados e interessados, sempre assim, até que por imperativos logísticos do almoço teve que se dar por encerrada aquela sessão.

Às 14h00, momento alto, no mesmo auditório da manhã, agora com três turmas do 4.º ano.

Coisa espantosa!... Espantosa, até percebermos que aquelas crianças verdadeiras que tanto sabiam sobre o 25 de Abril, que traziam para ali tantas e tão interessantes perguntas nos seus papéis e caderninhos tinham sido objecto de cuidadosa e aturada preparação. Parabéns, parabéns, é o que apetece dizer e repetir, tanto às crianças como às professoras – e foi isso que fiz – bem como ao Conselho Executivo que nesta acção tão afinadamente se empenhou.

Pois à noite, foi um assombro. Um lindíssimo espectáculo com teatro, música de Abril, e também de Timor, tocada, cantada e interpretada por alunos, professores e muitos elementos da população local, num ambiente cheio de encanto em que, mesmo assim, teimaram em incluir a nossa modesta intervenção.

24 Abril - Escola Secundária Viriato, Viseu
Em vésperas do aniversário da Revolução, já no ambiente urbano de Viseu, demos por encerrada esta nossa jornada, sempre gratificante, quase sempre comovente, de assim comemorar, reviver e passar o testemunho da utopia de Abril, que temos a certeza, como me habituei a dizer, – bem que seja no Dia de São Nunca, ainda se há-de realizar.

Para terminar, só um singelo episódio, este passado, já no dia 29 de Abril, numa realização para que foi convidado a assistir na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da cidade do Porto.

Já no final do colóquio, tão rico em todas as intervenções, entre as quais a do nosso consócio Castro Guimarães, e que só peçou, o colóquio,

por serem tão poucas as pessoas que tiveram o privilégio e o prazer de ali estarem presentes, pois os alunos pareciam mais interessados nas actividades de praxe que entretanto desenvolviam no *campus* envolvente, estando eu em conversa com uma jovem mestranda conhecida e amiga já de longa data, aproximou-se de nós uma colega desta que sem mais delongas lhe perguntou se eu era o seu tal amigo Capitão de Abril. É pois, foi o que a minha amiga respondeu, ao que a outra – que linda rapariga – me cumprimentou efusivamente e começou a chorar, ao mesmo tempo que ia dizendo que aquele era um dos dias mais felizes da sua vida por ter podido conhecer, ao vivo, um dos Capitães de Abril, relativamente aos quais, juntava ela com indistigável emoção, tinha e tinham uma enorme dívida de gratidão, que nunca, mesmo nunca poderia ser saldada. E eu, emocionado também, respondi-lhe que sim, que ela e outras e outros tinham uma maneira, que era a de continuar a luta que o 25 de Abril iniciou e que está muito longe de acabar, porque o 25 de Abril ainda não se realizou. ■



Gertrudes da Silva, quando contava histórias do 25 de Abril a estudantes

Comemorações em Coimbra

COM UM PROGRAMA EM MOLDES idênticos aos do ano transacto, a Delegação do Centro comemorou em Coimbra, no dia 29 de Abril, o 34.º aniversário da «Revolução dos Cravos».

O programa incluiu as seguintes actividades: colóquio subordinado ao tema "Abril e os livros", realizado na sala de conferências da Casa Municipal de Cultura de Coimbra.

Ao propor um regresso aos livros, a Direcção da Delegação não o fez por passadismo ou

nostalgia. Antes por um desafio a um «regresso ao futuro», a um encontro num tempo e num lugar em que todos, à semelhança de Sophia, acreditámos num projecto "racional, limpo e poético". Para alguns, a revolução de Abril é ainda uma memória íntima e calorosa. Para outros, uma bruma histórica que só pertence às gerações mais velhas. Porém, entre o princípio do prazer que é a revolução sonhada e o princípio da realidade que é a revolução efectiva, algo de radicalmente novo

aconteceu que, não sendo historiável ou sequer comemorável, permanece na memória de um povo, como narrativa exaltante e inspiradora das mais fundas expectativas de felicidade colectiva. A preservação dessa memória activa constituiu o objectivo do colóquio, no qual intervieram Abílio Hernandez, Anabela Monteiro, Armando Azevedo, Augusto Monteiro, Eduarda Dionísio, Isabel Melo e Marco Gomes, moderados por José Dias e Manuela Cruzeiro. ■



25 de Abril: 34 anos 34 perguntas

NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES dos 34 anos do 25 de Abril, o Centro de Documentação 25 de Abril, em colaboração com a Reitoria da Universidade de Coimbra e a Associação 25 de Abril - Delegação do Centro, organizaram a exposição "25 de Abril: 34 anos 34 perguntas".

São 34 cartazes ilustrados com perguntas sobre o 25 de Abril, feitas por crianças e jovens de escolas da Região Centro, e as respostas dadas pelo Centro de Documentação 25 de Abril. Estiveram em exposição na Rua Larga (de acesso à Universidade), em Coimbra, até ao dia 1 de Maio. ■

Espectáculo no Auditório da Juventude

LEVADO A EFEITO no Auditório do Instituto Português da Juventude, com a actuação dos grupos "Quatro Elementos", "Dança Contemporânea" e "Sax Ensemble", organizado pelo INATEL/ Delegação de Coimbra, em parceria com a Associação 25 de Abril/Delegação do Centro e o Instituto Português da Juventude/Subdelegação de Coimbra. ■

Homenagem a Humberto Delgado

A CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA, a Associação 25 de Abril e a Fundação Humberto Delgado promoveram, em Coimbra, uma homenagem ao General Humberto Delgado na passagem dos 50 anos da Campanha Eleitoral de 1958, na qual foi destacado o seu papel determinante no combate ao Estado Novo e como pioneiro do próprio 25 de Abril. O programa incluiu um conjunto de iniciativas articuladas mas de organização individualizada, designadamente:

- Dia 10 de Maio, na Casa Municipal da Cultura / Biblioteca Municipal, inauguração da exposição "Memórias de uma Campanha - Humberto Delgado em Coimbra".
- Dia 30 de Maio, na Casa Municipal da Cultura, colóquio subordinado ao tema "Humberto Delgado em Coimbra 50 anos depois 1958 / 2008", que contou com a participação do Prof. Doutor Carvalho Homem, Dra. Iva Delgado (Filha do General Humberto Delgado e Presidente da Fundação Humberto Delgado) Pintor Mário Siva, Dr. José Mariz, Dra. Teresa Portugal, MajGen. Monteiro Valente (Presidente da Direcção da Del. Centro), Prof. Doutor Costa Pinto e Dr. Mário Nunes (Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Coimbra).



- Dia 31 de Maio, no Hotel Astória, evocação da Campanha Eleitoral de Humberto Delgado em Coimbra, que contou com a participação do Maj. Gen. Monteiro Valente, Dr. António Arnaut e Dr. Louzã Henriques, estes dois que foram elementos activos da candidatura de Humberto Delgado. Foi apresentada a obra "Humberto Delgado - Biografia do General Sem Medo", pelos Doutores Miguel Santos, Dra. Diana Andringa e Dr. Frederico Delgado Rosa (neto do General Humberto Delgado e autor da obra). A sessão foi encerrada pela Dra. Iva Delgado e pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Carlos Encarnação.

O Gen. Humberto Delgado foi, sem dúvida, a figura que mais longe levou a confrontação com o regime e o que representou, por parte da oposição, a alternativa a Salazar mais credível e com maior apoio popular, em todo o período do Estado Novo. Apesar do fracasso oficial das «eleições», Humberto Delgado fez cair perante todo o mundo a máscara de evolução que Salazar procurava fazer passar, e nessa medida constituiu um golpe profundo para o regime, de que nunca mais recuperaria, empurrando definitivamente o combate à ditadura para a via revolucionária armada, cuja vitória aconteceu 16 anos depois, com o 25 de Abril de 1974. ■



Nuno Rubim, Matos Gomes e Pedro Lauret com Iva Cabral, filha de Amílcar Cabral

MEMÓRIAS DA GUINÉ

"Contributo" do PAIGC para o 25 de Abril

FARIA ARTUR

O PAIGC preparou, em Maio de 1973, a partir do Senegal, uma operação em que atacava o Norte da Guiné, em Guidaje, e o Sul, em Guileje (junto à fronteira com a Guiné-Conacri), com o objectivo de provocar o desequilíbrio numa guarnição militar portuguesa. Estas acções e a respectiva resposta em termos militares por parte do então general António de Spínola, governador do território, mostraram, como assinalou a *O Referencial* o coronel Carlos Matos Gomes, a "incapacidade militar portuguesa face à ofensiva do PAIGC. Aliás, já muito nítida desde Março de 1973, quando começaram a ser abatidos aviões portugueses, como resultado das forças oponentes possuírem os mísseis Strella, que nos fizeram perder o domínio aéreo." Matos Gomes

recordou estes acontecimentos a propósito da sua participação no "Simpósio Internacional de Guileje: Na Rota da Independência da Guiné-Bissau", realizado em Bissau, em Março, no qual participou, igualmente, o capitão-de-mar-e-guerra Pedro Lauret.

Spínola tentava, na altura, manter a linha de fronteiras e a posse das áreas territoriais para tirar as devidas vantagens políticas. No entanto, continuou Matos Gomes, "percebeu-se que não havia solução militar para o território em 1972, quando Marcelo Caetano interrompeu a possibilidade das negociações. O ex-general procuraria, então, até ao fim da sua comissão de serviço, manter no mínimo o território como o tinha recebido das mãos do general Arnaldo Schultz. Daí que Spínola fortaleça na zona Norte, com todas as forças militares que tem disponíveis a defesa

de Guidaje. Contudo, como o PAIGC realiza um ataque em força no Guileje, o governador do território não tem possibilidades de reforçar este estacionamento militar. Face a estes factos, o comandante das forças de Guileje, considerando que não tinha poderio para se opor aos atacantes, retira-se para Gadamael. Esta retirada foi entendida pelo PAIGC como uma grande vitória." Passou a constituir, como disse Matos Gomes, "um marco importante na luta pela independência. A grande vitória sobre as forças coloniais portuguesas."

A este propósito, Pedro Lauret recordou, também, a *O Referencial*, que quando o PAIGC arrancou com a operação de Guidaje, saiu de Bissau para esta unidade uma DO que foi abatida durante o respectivo percurso; seguidamente, foi abatido um T6 que pretendia conceder

MEMÓRIAS DA GUINÉ

"Contributo" do PAIGC para o 25 de Abril



Coutinho e Lima homenageado pela população local

protecção às forças que procuravam recuperar a nave destruída. Mas não só. Mais tarde, uma outra DO, oriunda de Bissau, aterrou em Guidaje, porém, algum tempo após levantar voo desta unidade foi dada como perdida e não mais vista.

Matos Gomes e Pedro Lauret foram dois dos membros da Associação 25 de Abril que participaram – enquanto militares que se encontravam na Guiné aquando das operações militares do PAIGC em Guidaje e Guileje –, bem como outros militares e personalidades civis, no simpósio de Bissau, promovido pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa), AP (Acção para o Desenvolvimento) e UCB (Universidade Colinas do Boé).

No encontro, que acolheu numerosos testemunhos e intervenções, as quais permitiram aprofundar de "modo enriquecedor e plural o conhecimento das circunstâncias exactas daquele significativo episódio da guerra colonial e da Luta de Libertação Nacional", como referiu a organização, destinou-se, igualmente, a "unir fraternalmente antigos combatentes guineenses, cabo-verdianos, cubanos e portugueses, bem como investigadores e participantes de diferentes países". Paralelamente, os organizadores promoveram uma visita aos antigos aquartelamentos de Gadamael e de Guileje, bem como ao corredor com o mesmo nome, por onde se infiltravam os guerrilheiros oriundos da Guiné-Conacri. A visita integrou, igualmente, uma passagem pelo antigo quartel do PAIGC na península do Cantanhez.

Registe-se, que, na altura dos acontecimentos apontados, Matos Gomes era capitão do Batalhão de Comandos Africanos que participou na operação junto a Guidaje. Por sua vez, Pedro Lauret, era o imediato da lancha de fiscalização Orion, o primeiro navio que, com duas LDM, chegou a Gadamael, onde se encontravam estacionadas a companhia de quadrícula, unidades de reforço e mais de seiscentas pessoas da população, que também retiraram.

Génese do 25 de Abril. Para Matos Gomes, no fundo, o "importante era revelar na Guiné a importância que a guerra com o PAIGC teve para a formação da consciência dos militares portugueses que estiveram na génese do 25 de Abril".

Neste âmbito apontou três pontos decisivos: "A forma como o general Spínola interpretou a guerra subversiva e a importância que a acção política teve em detrimento da acção milita." Um outro ponto: a "acção do PAIGC e do primeiro grande líder nacionalista, Amílcar Cabral, na organização política e militar dos seus povos, o que o levou a ter uma actuação quase simétrica à de Spínola". Finalmente: a "agudização da situação militar na Guiné provocada pelo PAIGC e que colocou aos militares portugueses a possibilidade de uma derrota, a qual lhes recordou a forma como o regime tratara os soldados que se encontravam na Índia, aquando da invasão pela União Indiana, fazendo deles os bodes expiatórios para resolver um problema político".

No decorrer do encontro, Matos Gomes reafirmou, também, a "importância da guerra na formação dos nossos militares, no sentido de que a tomada de consciência de que a derrota era possível e estava eminente, tornava necessário obter, a curto prazo, uma saída política. A actuação do PAIGC teve, assim, uma repercussão directa e decisiva nos militares portugueses, no sentido de encontrarem uma solução para resolver o problema colonial português."

Curiosamente, segundo este militar, durante o simpósio, personalidades guineenses, algumas ligadas ao PAIGC, interrogaram-se sobre as razões que conduziram àquela que foi uma das organizações mais respeitadas, coerentes e eficazes, enquanto responsável por um novo Estado, a ser agora praticamente inexistente.

Pedro Lauret, por seu lado, descreveu no congresso a actuação da nossa Marinha na Guiné, citando a experiência de Gadamael, e analisou, igualmente, o "poder" de tais acontecimentos na "acção dos militares portugueses que concretizaram o 25 de Abril". Este oficial referiu, ainda, que, durante uma visita que os congressistas efectuaram a Guileje, ficou surpreendido com a presença de centenas de populares, muitos dos quais tinham retirado com as tropas portuguesas para Gadamael, o que constituiu uma oportunidade para se reencontrarem com os nossos antigos militares, nomeadamente com o, na altura, major Coutinho e Lima, a quem ofereceram um traje tradicional. Tal comportamento vai, assim, ao encontro do princípio proclamado pela organização do Simpósio de que este "constituiu a afirmação inequívoca do princípio repetidamente enunciado por Amílcar Cabral de que a luta pela independência foi conduzida contra o colonialismo e não contra o povo português, igualmente explorado e oprimido".

Finalmente, no âmbito das conclusões, assinala-se que o encontro concedeu especial relevo ao significado da preservação da memória de Amílcar Cabral e do seu pensamento político e estratégico e à importância de que se reveste para o reforço da consciência colectiva da própria identidade nacional da Guiné-Bissau. O interesse em apoiar a criação de um futuro núcleo museológico em Guileje (batalha determinante para a proclamação da independência da Guiné-Bissau a 24 de Setembro de 1973) e criar as condições de instalação em Bissau de um Museu da Luta de Libertação Nacional consta, igualmente, das conclusões dos trabalhos. ■

MEMÓRIAS DA GUINÉ

O Inferno

DESDE O INÍCIO de 1973, que a situação militar na Guiné vinha a sofrer acelerada degradação. Por outro lado, como é referido em Guerra Colonial - Angola. Guiné. Moçambique, da autoria de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, edição Diário de Notícias, em termos políticos, esperava-se para 1973 a exploração da existência de grandes áreas libertadas, nas quais o "PAIGC exercia, de facto, a administração e onde as forças portuguesas só actuavam com unidades de intervenção, por curtos espaços de tempo".

O PAIGC, revelando enorme capacidade de manobra e tirando partido do "extraordinário acréscimo de potencial de combate, alterou profundamente o seu conceito de manobra, passando da actuação dispersa, em superfície, para a concentração maciça sobre objectivos definidos". Assim, ainda segundo o livro Guerra Colonial, promoveu fortes e demoradas acções de fogo sobre as guarnições fronteiriças de Guidaje, Guileje e Gadamael, as quais coordenou com acções terrestres de isolamento, que conseguiu, durante alguns dias, em Guidaje. Nestas operações, iniciadas em Maio de 1973, utilizando moderno equipamento, como os mísseis *Sirella*, "alcançou valores que são os mais altos de sempre desde o início da guerra - 220 acções durante o mês - o mesmo sucedendo em relação às baixas causadas às tropas portuguesas - 63 mortos e 269 feridos". Na zona Oeste/Norte o adversário desenvolveu o seu esforço na área de Bigene/Guidaje, e na do Sul desencadeou uma acção com características clássicas sobre Guileje, determinando a retirada da guarnição portuguesa e mudando a seguir o esforço para Gadamael.

Relativamente a Guidaje, o primeiro objectivo do PAIGC foi isolá-la; um segundo a de flagelar a posição e destruir o espírito de resistência das forças portuguesas. Por fim, segundo Aniceto Afonso e Matos Gomes, conquistar a povoação. Assinala-se, que a situação, após as actuações militares portuguesas, melhorou durante algum tempo, atendendo a que o esforço do PAIGC se mudou para a frente Sul, sobre Guileje e Gadamael. Em vinte dias de Maio, em torno da região de Guidaje, as nossas forças sofreram 39 mortos e 122 feridos.

No concernente a Guileje, continuando a citar a mesma fonte, o ataque que determinaria a retirada das nossas tropas começou a 18 de Maio de 1973, coordenado com o de Guidaje e sob o comando de Nino Vieira. Nessa noite

o comandante do COP5, major Coutinho e Lima, "pediu para se deslocar a Bissau, a fim de expor a situação, o que não lhe foi autorizado. Em 20, a partir de Cacine, o mesmo oficial pediu de novo autorização para ir a Bissau, onde se deslocou e expôs a situação ao comandante-chefe, regressando a Cacine." E depois, novamente, a Guileje, tendo, entretanto, decorrido várias acções do PAIGC. A saída do quartel arrancou na madrugada de 22 mas, por falta de comunicações, tal acção só foi conhecida quando a coluna chegou ao fim de algumas horas a Gadamael.

Quanto a Gadamael - "o verdadeiro inferno!" -, o seu interesse militar resumia-se a servir de local de reabastecimento a Guileje, atendendo a que se localizava no último braço de mar do Rio Cacine, o que permitia a navegação a embarcações de transporte. Após a retirada de Guileje, a guarnição de Gadamael, formada por um diferenciado tipo de forças, passou a constituir o COP5, tendo sido nomeado para o seu comando, conforme assinala a obra que temos vindo a citar, o capitão Ferreira da Silva em substituição do major Coutinho e Lima. Este aquartelamento que dispunha de más condições de defesa, devido a situar-se numa zona pantanosa, viu a situação piorar com a chegada da coluna de Guileje. Face a este facto, o PAIGC transferiu para ali os seus esforços, "e entre as 14 horas de 31 de Maio e as 18 horas de 2 de Junho" bombardeou "o quartel com setecentas granadas, uma

média de treze por hora, provocando cinco mortos e catorze feridos..." Em 2 de Junho, lê-se no livro Guerra Colonial, "foram recolhidos pela lancha Orion cerca de trezentos militares que se haviam refugiado nas bolanhas em redor de Gadamael para escapar aos ataques". Nos dias seguintes registaram-se outras ofensivas, as quais fizeram aumentar as baixas entre as nossas forças. O comandante do COP5 pediu, então, autorização para retirar do local, o que não lhe foi facultado, "recebendo ordem para defender a posição a todo o custo".

Após a retirada pela Marinha de mortos e feridos, a 5 de Junho, e o comando do COP5 entregue ao tenente-coronel Araújo e Sá, as nossas tropas, apesar de reforçadas por pára-quedistas para "segurar" Gadamael, continuaram a sofrer numerosas baixas.

O PAIGC "conseguiu ocupar uma posição militar portuguesa" - prosseguem Aniceto Afonso e Matos Gomes - "e apresentar esse feito na conferência da OUA, lograra esgotar as reservas de forças de intervenção portuguesas (...) e limitara seriamente a acção aérea." E a finalizar este capítulo, "O Inferno - Guiné: Maio de 1973": "Estavam, pois, reunidas as condições para se realizar uma grande acção política no interior do território, o que aconteceu em Madina do Boé, em Setembro, com a declaração unilateral da independência, na presença de numerosos convidados estrangeiros." ■ F.A.



Nino Vieira, no encerramento do Simpósio

DINAMIZAÇÃO CULTURAL E ACÇÃO CÍVICA (1974-1975)

No tempo em que toda a gente era gente

NO PASSADO DIA 19 de Abril, integrado nas comemorações dos 25 anos da A25A, realizou-se um colóquio subordinado ao tema "Dinamização Cultural e Acção Cívica - 1974/1975", que teve como ponto alto a visão antropológica destas acções transmitida pela Dra. Sónia Vespeira de Almeida (cuja intervenção publicamos em separado) que procurou dar uma

panorâmica geral da génese e organização das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica.

Na altura foi também inaugurada uma exposição fotográfica com imagens da época, representativas de uma das principais acções materializadas no terreno e no seio das populações, daquilo que foi a Campanha de Dinami-

zação Cultural e Acção Cívica levada a cabo por uma equipa de militares, apoiada por diversos elementos civis, nos concelhos de Castro Daire e Sernancelhe, do Distrito de Viseu.

Esta realização contou com a colaboração dos nossos associados Cruz Fernandes, Mamel Begonha e Vasco Pinto Leite e do arquitecto Rodrigo de Freitas. ■

Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA: Uma visão antropológica

SÓNIA VESPEIRA DE ALMEIDA*

A PRESENTE CONFERÊNCIA insere-se no quadro da minha investigação de doutoramento em Antropologia que deu origem à tese *A Ruralidade no Processo de Transição para a Democracia em Portugal*. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (1974-1975), defendida no ISCTE em Fevereiro de 2008.

Proponho um olhar antropológico sobre as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, interrogando a sua dimensão local e a forma como foram recebidas e interpretadas pelas populações rurais a quem foram destinadas. Importa sublinhar que foi precisamente esta dimensão que esteve na origem da investigação realizada na medida em que a opção em trabalhar esta temática surgiu no decurso de um trabalho de terreno realizado no final da década de noventa na aldeia de Covas do Monte (concelho de São Pedro do Sul) sobre as estratégias de reprodução social e a forma de organização comunitária. Nas conversas empreendidas com um dos habitantes desta aldeia, o Sr. Daniel, que carinhosamente permitia que eu o tratasse por "tio", o 25 de Abril de 1974 surgia como um tempo de mudança e de excepção, marcado pela

abertura de estradas na freguesia pelas equipas de militares. A aldeia do tio Daniel foi uma das muitas povoações percorridas pela Dinamização Cultural e foi Covas do Monte que me apontou o caminho para uma investigação aprofundada sobre esta iniciativa, na qual entrevistei os seus protagonistas, consultei um leque variado de fontes escritas, áudio e audiovisuais e fiz trabalho de terreno extensivo junto de algumas aldeias dos distritos de Viseu e Bragança.

Antes de mais importa fazer notar que as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA caracterizaram-se por diferentes intensidades que espelharam o rumo do processo de transição e os diferentes posicionamentos que a Comissão Dinamizadora Central (CODICE) nele foi assumindo. Os habitantes dos lugares, aldeias e vilas que fizeram parte do roteiro das Campanhas, receberam esta iniciativa nas suas diferentes formas. Uma sessão de esclarecimento, a estadia de um médico na povoação, a construção de uma estrada ou a presença continuada das equipas de dinamização num concelho produziram diferentes texturas da memória. Neste sentido, percorri entre Setembro de 2002 e Março de 2003 trinta localidades dos concelhos de Bragança, Macedo de Cavaleiros, São Pedro do Sul, Castro Daire, Cinfães e Sernancelhe, destino das Campanhas no período subsequente

ao 11 de Março de 1975, aquando da adopção do modelo fixo, tipologia de acção que privilegiava um contacto mais duradouro com as diferentes comunidades.

Como recordam as populações das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA? Quais os aspectos que seleccionam quando instadas a recordar este acontecimento?

Na actualidade, a apreciação da actividade do MFA pelas populações oscila entre dois pólos. Confrontei-me, então, com discursos muito positivos que enaltecem o trabalho das diferentes equipas de dinamização. Nas povoações que percorri as transformações operadas a partir do 25 de Abril de 1974 são amplamente destacadas. A valorização e o reconhecimento da mudança de regime político são frequentemente mencionados recordando-se, como afirmou um dos entrevistados, "o nascimento de um mundo novo". No mesmo sentido, para um habitante de Bustelo (Castro Daire):

A vida na aldeia era muito difícil, estávamos abandonados e foi a partir da Revolução que nos deram atenção. [...] Nós também éramos povo português!

Para além deste reconhecimento, também o diagnóstico do "subdesenvolvimento" e do



CastroDaire – uma sessão de esclarecimento termina com a juventude a tocar e a cantar várias canções revolucionárias

atrás do país, efectuado em diferentes momentos pelos "dinamizadores", é reforçado:

Até ao 25 de Abril não tínhamos nada. Depois houve as estradas que foram abertas pelas Forças Armadas que vieram aqui, até ao alto da serra. Aqui em Covas do Rio foi uma mudança radical em tudo. Se você soubesse o que nós passávamos para ir até São Pedro do Sul...

// Iamos por caminhos, por carreiros de cabras ou caminhos de carros de vacas, a caminhar até São Pedro. Demorávamos 4 a 5 horas, saímos de noite e entrávamos de noite. // Se você visse as ruas desta localidade em alturas de chuva, ficava admirada.

Neste contexto, a construção de novas acessibilidades e o melhoramento de outras assumem uma dimensão de relevo face ao isolamento sentido, sendo os discursos marcados pela gratidão aos militares, recorrendo-se a expressões como "as Forças Armadas eram boas pessoas e só fizeram o bem". Para uma habitante de Póvoa de Montemuro (concelho de Castro Daire), a acção das equipas de dinamização em Castro Daire é descrita da seguinte forma:

Nós não temos nada a apontar. // Havia ali uma vontade de ajudar. E as pessoas, que eram muito carenciadas, aceitaram os [militares] de braços abertos [...]. Se tinham outras ideias ali não as manifestaram. Nunca se meteram com a religião. Não impuseram nada. As pessoas aceitaram-nos muito bem. // O ideal deles era uma

ajuda às aldeias que estavam muito isoladas e muito carenciadas. Eu e a população vimos um debruçar sobre nós, o que nunca tinha acontecido até ali. Estávamos completamente esquecidos. Vivi aquele tempo com uma grande alegria porque vi ali nascer uma nova possibilidade de as pessoas poderem desenvolver-se, poderem deslocar-se, poderem mudar.

Esta "vontade de ajudar" é também reconhecida nas muitas cartas, petições e abaixo-assinados recebidos pela CODICE, em Lisboa. Dirigidas aos "representantes do MFA", ao "Senhor Chefe da Comissão Dinamizadora Central" ou, ainda, às "Campanhas de Dinamização Cultural", estes documentos dão conta dos inúmeros pedidos das populações centrados em torno do melhoramento de algumas infra-estruturas.

A par da denúncia do mau estado das acessibilidades e de carências de infra-estruturas básicas, alguns dos documentos e relatos referenciam outra das temáticas que pontuam o discurso local sobre a Dinamização Cultural: a falta de apoio médico às populações.

Neste sentido, a acção médico-sanitária levada a efeito no âmbito da campanha "Beira Alta", nomeadamente em algumas aldeias do concelho de São Pedro do Sul e em Semançelhe, confunde-se com a representação que as populações têm do 25 de Abril de 1974. O tempo da revolução corresponde ao tempo da presença das

equipas médicas nas suas aldeias e é a partir das Campanhas que é lido e enquadrado o tempo presente, nomeadamente quando se tecem críticas à deficiente rede de serviços de saúde primários, recorrendo a afirmações como "os médicos ainda agora cá fazem falta". Neste contexto, evocam-se episódios marcados pelo grande heroísmo destes médicos presente em expressões como "salvou a minha filha que estava grávida" ou "Se não fossem eles um homem ia cá morrendo! Foram eles que trouxeram o médico" como relataram os habitantes de Forca (concelho de Senançelhe).

Também o "subdesenvolvimento cultural", que o Programa de Dinamização Cultural se propunha debelar, encontra eco nas construções discursivas das populações. Para sublinhar a relevância da Dinamização Cultural o, na época, Director do Clube Musical Recreativo Rizemuse alude às deficientes condições que dispunham para trabalhar durante o Estado Novo, nomeadamente as decorrentes da censura dos textos que pretendiam encenar. O apoio ao "desenvolvimento de centros culturais na província" é testemunhado com grande entusiasmo:

Como director da associação fui eu que lhes pedi para ir a Reriz [...]. dei-lhes uma resenha daquilo que era a associação, e disse-lhes: - gostaria que falassem da nossa associação para incentivar as pessoas para que se inscrevessem como sócias e ajudar-nos a receber algum apoio

Uma visão antropológica

do Estado. E então, através deles, nós recebemos uma iluminação, uma aparelhagem de som, fraquinha, rudimentar mas que serviu para nós darmos espectáculos no exterior. Ajudou-nos muito nesse aspecto. Criámos muitos sócios com a ajuda deles. Eles conseguiram um bom trabalho e nós continuámos.

A par do testemunho sobre as condições de vida anteriores ao 25 de Abril de 1974, o significado local da Dinamização Cultural ancora-se numa outra temática axial para as comunidades camponesas: o património. Nas comunidades rurais das zonas de minifúndio, o património corresponde, por um lado, à totalidade dos bens materiais de um indivíduo ou família (a terra, a casa e os bens móveis - alfaias, mobiliário e gado). Por outro, significa, também, as estruturas mais amplas da herança de propriedade e transmissão do património (especialmente a terra) ao longo das gerações.

É sobretudo à luz da primeira dimensão deste conceito que também devem ser interpretados os discursos locais que magnificam a intervenção das equipas de dinamização nesta área, aos quais se encontra subjacente a especificidade da economia camponesa organizada em torno da "ética da subsistência". Neste sentido, em Rio de Onor foi um conflito em torno de uma tentativa de apropriação individual de propriedades comunais, os "coutos", que mobiliza os seus habitantes num pedido de auxílio às equipas de dinamização que percorriam o concelho de Bragança:

A acção das Forças Armadas aqui foi boa, aqui e em toda a parte. [...] O movimento do 25 de Abril foi realizado pelas Forças Armadas e foi uma coisa boa. Aqui prestaram-nos um grande auxílio, ficámos muito gratos porque livramos

nos de um ataque entre vizinhos. Tudo o que as Forças Armadas fizeram foi bom.

Também o trabalho das equipas veterinárias é alvo de apreciações positivas em muitas das comunidades onde a criação de gado assume um papel fundamental como complemento da actividade agrícola. Para um habitante da Póvoa do Veado, Castro Daire:

A 5.ª Divisão e o capitão foi a coisa mais importante que aconteceu na minha aldeia, dou-lhes um grande valor. Salvaram-me uma porca e os leitõesinhos fazendo uma cesariana. Se não ela morria.

Finalmente, o esclarecimento político realizado é recapitulado com vivacidade. Para um residente na desta mesma aldeia:

A 5.ª Divisão e o 25 de Abril ensinaram-me a deixar de viver no fascismo e viver em liberdade e democracia, a chegar a uma assembleia e falar e defender-me. O 25 de Abril tirou-nos o medo. Tínhamos medo de falar.

Também um dos habitantes de Castro Daire relembra as recomendações feitas pelo na época capitão Manuel da Cruz Fernandes, militar responsável pela acção realizada nesta região:

Eles explicavam às pessoas que não sabiam em que regime estavam. Não tinham noção. Uma pessoa que nasceu na altura do fascismo como é que ia agora pensar que seria melhor outra coisa qualquer? As pessoas faziam muitas perguntas e eles respondiam como foi feito o 25 de Abril, como é que esse movimento se desenrolou. Eles desciam à cultura dos outros, explicavam tudo muito bem, se não as pessoas não conseguiam entender. // Eles foram ajudando para que as pessoas pudessem participar nas sessões de Câmara. // Eu recorde-me do capitão que esteve aí, eu gostava muito dele. Esse ho-

mem explicava as coisas muito bem. Era um homem que sabia e as pessoas tinham por ele um respeito muito grande. [...] // Ele dizia: - à entrada de um organismo vocês tirem o chapéu por uma questão de educação, mas lá dentro batam o pé, dêem um muro em cima da mesa, vocês podem-nos dar, mas o chapéu, vocês tirem-no! Foi o homem indicado para aqui. Ele resolvia mesmo as coisas. Num meio rural como era este, com pouca cultura, com a 4.ª classe ou nenhuma, foi muito benéfico.

Face a estes relatos conclui, então, que as acções e comportamentos das equipas de dinamização que não constituíram uma ameaça aos quotidianos destas populações rurais, muito pelo contrário melhoraram as suas condições de existência, por vezes de forma imediata, foram objecto de apreciações valorativas. Neste sentido, estes discursos apologeticos da Dinamização Cultural, cruzados com os relatos dos "dinamizadores" e com outra ordem de testemunhos, como a imprensa nacional e local, contrariam a óptica de algumas abordagens que tendem somente a perspetivar as campanhas a partir da agressão ideológica às populações e da resistência das mesmas a esta proposta do MFA.

Porém a Dinamização Cultural foi igualmente objecto de hostilidade estimulada pela Igreja e pelas forças políticas que nesta conjuntura perderam a hegemonia. Estes grupos desvalorizam a acção das diferentes equipas. Para o pároco de Semanclhe:

Eles deram uma visão que não foi aquela que correspondeu à realidade. Porque aquilo que os MFA's e todos esses elementos que andaram por aqui nas chamadas campanhas, nada mais fizeram do que comunicar ou pretender comunicar as populações. Só diziam mal do regime



Militares de Engenharia rasgaram estradas no interior do país, no ano de 1975, para melhorar a vida das populações



Alhões - Resende - ultimam-se os preparativos para o início da "carreira"

anterior, que não tinham feito nada de bem. // [...] Nem Maomé dizia tanto mal da carne de porco como eles disseram do regime anterior. Olhe, eles não fizeram nada pela promoção da terra. Absolutamente nada. Quiseram meter-se em tudo, subverteram todas as estruturas e não fizeram nada de positivo!

No mesmo sentido, o ex-autarca de Castro Daire que assumiu a Câmara Municipal entre 1962-1974, sublinha:

A 5ª Divisão das Forças Armadas espalhou-se pelo país inteiro porque entendia que estaríamos numa fase conturbada da história e que iria contrariar os costumes e o pensamento das pessoas da aldeia, que eles consideravam totalmente ignorantes do ponto de vista político. E eles quiseram vir esclarecer-los sobre a nova ordem, sobre a democracia instaurada. // Claro que vieram, a maior parte deles, sem qualquer preparação política, sem qualquer preparação social //... E as populações sentiram-se feridas com a agressividade das ideias e até dos procedimentos dos militares que para aqui vieram.

A estas interpretações aliam-se outras nas quais esta experiência é lida a partir da ideologia anticomunista convocada para legitimar visões do mundo adversas ao projecto político do MFA, recorrendo-se com frequência a afirmações como: "os militares eram comunistas". Ou ainda: Tinham ideias vindas da Rússia e davam a demonstrar que eram comunistas de primeira apanha. Na altura essas acções foram muito mal encaradas. Eram formas de governar em que as pessoas perdiam os seus bens. Era uma comuna, as terras todas juntas.

De facto, o "sentimento" anticomunista revelou-se um instrumento eficaz no novo alinhamento de posições políticas na transição democrática portuguesa, especialmente como âncora da mobilização anti-revolucionária,

possível através da acção da hierarquia da Igreja católica e da mobilização dos párocos locais. Em muitas destas povoações a Igreja, e respectiva rede de párocos, assumia o papel de intérprete político da nova conjuntura efectuando um trabalho de bastidores. Em muitos dos documentos analisados esta situação é identificada pelas equipas de dinamização. Para além da utilização do espaço ritual da missa ou do momento da confissão, também os boletins paroquiais foram outro dos recursos utilizados pelas diferentes estruturas da Igreja.

De facto, os católicos concebiam estas acções como medidas discriminatórias não só pelo seu conteúdo, mas também porque elas se desenvolviam em zonas de elevada prática católica. Contudo, importa sublinhar que a aproximação à estrutura eclesial das zonas onde se propunham intervir, nomeadamente às dioceses e aos párocos locais, constituiu uma das principais preocupações das equipas de dinamização.

Para concluir gostaria de reforçar que os discursos sobre as acções do MFA não são homogêneos. Estamos perante um campo discursivo constituído por múltiplas vozes, por vezes contraditórias em torno das seguintes temáticas: património (propriedade, gado), progresso (desenvolvimento das acessibilidades e infra-estruturas), cidadania, saúde, veterinária, comportamento e conduta dos militares e o "anti-comunismo". Para compreendermos estas reacções e comportamentos teremos que olhar as especificidades das comunidades rurais das zonas de minifúndio, nas quais as diferentes unidades familiares mantêm uma relação específica com a terra e com o seu património, destacando-se ainda a ligação que estas mantêm com os detentores do poder político e económico local. É desta forma que cada unidade familiar assegura a sua reprodução interna contribuindo para

a reprodução do todo aldeão. Talvez assim consigamos consolidar a interpretação destas múltiplas vozes sobre as Campanhas Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA. Os discursos negativos sobre esta iniciativa, ou os episódios manifestos de hostilidade sublinham a ideia que os camponeses se mobilizam para defender a tradição, aquilo que sentem ameaçado, os seus quotidianos. Os camponeses têm um projecto político, isto é, existe uma "política do povo" que justapõe elementos contraditórios como revolução e tradição. ■

*Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL) CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia

(*) Almeida, Sónia Vespiera de, 1996, *Estratégias de Reprodução Social numa Aldeia da Beira Alta*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, policopiado, 110 pp.

Todas as citações dos habitantes das diferentes aldeias percorridas no âmbito do trabalho de campo realizado encontram-se na minha tese: *A Ruralidade no Processo de Transição para a Democracia em Portugal. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (1974-1975)*. Tese de Doutoramento em Antropologia, ISCTE, Lisboa, 2007, 485 pp.

Arquivo Histórico do Ministério da Defesa Nacional (em organização); caixa 6319.

Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos, Programa de Dinamização Cultural, s/d [1974], (Centro Documentação 25 de Abril, Fundo Aida Ferreira, Caixa "CIASC Central VI, Pasta Documentação Recolhida Dinamização Cultural, Comissão Dinamizadora Central").

O'Neill, Brian, 1984, *Proprietários, Lavradores e Jornalistas. Desigualdade social numa aldeia transmontana (1870-1978)*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

OS MILITARES E A REPÚBLICA

Do 31 de Janeiro ao 3 de Fevereiro

MONTEIRO VALENTE

1. O republicanismo e a revolta de 31 de Janeiro de 1891. A primeira metade do século XIX foi trágica para Portugal. Depois da Guerra Peninsular, as esperanças da Revolução Liberal foram frustradas por um longo período de confrontos políticos e lutas civis só ultrapassados em 1834 com a derrota do absolutismo, a que se seguiu a irrupção de convulsões periódicas opondo os constitucionalistas aos carlistas. A estabilidade política e a acalmia social só chegariam com a Regeneração em 1851. Nos anos que se seguiram foi lançado um plano de melhoramentos materiais e de grandes obras de fomento viário, que quebrou o atávico isolamento de Portugal relativamente à Europa, mais evoluída e mais culta, e abriu o caminho às novas ideias que subitamente inundaram o país e alimentaram a «Geração de 70». Esta «geração nova» gozou de uma enorme influência entre os jovens das escolas superiores, despertando neles uma atitude diferente sobre a realidade nacional. Aí o republicanismo foi beber muita da sua inspiração ideológica original, muito embora a aspiração republicana já existisse latente no vintismo. As mudanças foram relativamente intensas e rápidas, sobretudo nas cidades, favorecendo principalmente as classes médias.

Mas no último quartel do século XIX regressaram as lutas políticas, e, com elas, a Regeneração começou a ser politicamente questionada. Entretanto, no plano internacional, a ofensiva do proteccionismo imperialista levou à corrida pela disputa dos territórios coloniais, à partilha da África, à constituição dos grandes impérios ultramarinos e ao agudizar das rivalidades entre as principais potências europeias. Portugal sofreu então várias afrontas diplomáticas, a primeira das quais foi o Ultimato inglês de 11 de Janeiro 1890, o qual caiu como um manto sombrio sobre a sociedade portuguesa, acordando os mais sonhadores para a realidade de que o país nada contava na cena internacional, mesmo para o seu histórico aliado.

A fraqueza revelada pelo regime e a angústia e revolta desse traumático despertar português alimentaram, ao longo de todo aquele ano, uma sucessão de manifestações populares e movimentos académicos de protesto e de exaltação patriótica, de norte a sul do país, ao mesmo tempo que se multiplicavam nos jornais, na poesia e em comícios violentas investivas antimonárquicas e antibritânicas que abalaram fortemente as estruturas políticas e a própria Coroa, tornando evidente a necessidade de dar uma organização diferente à vida política nacional. A partir de então, o republicanismo assumiu um carácter de movimento de renovação nacional, e para ele se foi transferindo a esperança da salvação de Portugal e dos seus territórios coloniais. O Partido Republicano transformou-se num movimento revolucionário, cortando com a direcção anterior e dotando-se de ideias novas, de uma organização subversiva e de um programa político. A ele se agregaram elementos de todas as classes da sociedade liberal - proprietários agrícolas, comerciantes, industriais, advogados, médicos, professores de todos os graus do ensino, escritores, altas patentes do Exército e da Marinha, funcionários públicos, operários e outros.

No meio da instabilidade que se seguiu ao Ultimato, nenhuma reforma política importante conseguiu ser levada a cabo. O mesmo aconteceu no plano militar. Foi neste contexto de instabilidade política, crise financeira, vibração patriótica, agitação social e activismo revolucionário, a que se associou o descontentamento militar, que atingia sobretudo a classe de sargentos, que eclodiu a revolta de 31 de Janeiro no Porto.

O Congresso do Partido Republicano realizara-se nos dias 4, 5 e 6 desse mês, em Lisboa. Nele haviam-se confrontado duas correntes, uma pugnano pela revolução, a outra pela continuação da via eleitoral. Apesar de aprovada uma moção conciliatória, a ideia revolucionária contava com muitos adeptos. No Porto conspirava-se abertamente, acreditando-se, pela sua tradição e pela exaltação cívica que nela se vivia, ser a única cidade portuguesa susceptível de soltar o primeiro grito de revolta, como acontecera em 24 de Agosto de 1820. Entre os mais activos, destacavam-se Alves da Veiga, o cérebro e o chefe civil da revolta, Santos Cardoso, obreiro da sedição junto dos sargentos e o motor do movimento. João Chagas, Sampaio Bruno e, em certos aspectos, Basílio Teles, ardentes propagandistas da República.

As autoridades militares estavam, contudo, avisadas do que se passava, e actuaram com firmeza, determinando transferências maciças de sargentos implicados na conspiração. Apenas o Batalhão de Caçadores 9, primeiro, e o Regimento de Infantaria 10, depois, lograram sair dos quartéis e alcançar o Campo de Santo Ovídio. Mas no Regimento de Infantaria 18 os oficiais conseguiram travar a revolta, o mesmo acontecendo com outras forças militares da guarnição comprometidas com a revolução. Este fracasso, aliado à violenta repressão da Guarda Municipal e à ausência dos esperados apoios no resto do país, condenaram os revoltosos à derrota em poucas horas. Alves da Veiga ainda chegou a proclamar a República e a Constituição do Governo Provisório da varanda da Câmara Municipal, só tendo despertado da sua ilusão ante as descargas da Guarda Municipal. Seguiu-se uma violenta repressão sobre os revoltosos, condenados a pesadas penas de degredo e deportação militar, que agravaram o ódio contra o regime e fizeram recrudescer a adesão aos ideais republicanos.

Foi a primeira revolta militar contra a Monarquia de inspiração e aspiração republicana. Apesar da derrota, o «31 de Janeiro» assumiu um papel de grande relevo na história da conquista do poder pelo Partido Republicano.

A 13 de Abril de 1906 os marinheiros do cruzador D. Carlos tentaram uma segunda revolta. Em 28 de Janeiro de 1908 ocorreu uma nova tentativa revolucionária. E em 1 de Fevereiro seguinte, D. Carlos I e seu filho D. Luís Filipe, herdeiro do trono, foram assassinados em Lisboa. Dois anos depois foi proclamada a República.

2. Os militares e a República. Sem rumo certo em matéria de reorganização, o Exército encontrava-se na altura em acentuada decadência, envelhecido, pouco instruído, tecnicamente atrasado e desprestigiado, remetido para funções secundárias de polícia e ordem pública, com os soldados e sargentos sujeitos a serviços pesados e degradantes, a penas humilhantes, e vivendo miseravelmente da caridade pública. Na Marinha a situação não era diferente. As ligações dos militares ao movimento republicano eram contraditórias. A maioria permanecia apática, com a generalidade dos oficiais de mais elevada hierarquia conivente com o rotativismo monárquico. O horizonte cultural e social dos soldados pouco ultrapassava os limites da aldeia e mais de 90 por cento eram analfabetos, pelo que eram pouco permeáveis ao discurso republicano, sobretudo urbano. Era na Marinha, concentrada quase exclusivamente em Lisboa, e entre os sargentos e subalternos do Exército, provenientes das camadas baixas urbanas, que as novas ideias mais influência conseguiam, e onde tanto o Partido Republicano, como a Maçonaria e a Carbonária maiores simpatias recolhiam. A corrida colonial levava, entretanto, ao envolvimento mais activo do Exército nas

chamadas «Campanhas de Pacificação Africanas». Neste contexto, foram-se organizando no meio militar dois grupos radicalmente opostos, embora minoritários à época: um, progressista, e até mesmo revolucionário, favorável a reformas profundas na Instituição e aberto à propaganda republicana; outro, profundamente conservador, onde pontificavam os oficiais «africanistas» defensores de um maior protagonismo dos militares na vida política nacional. À volta deste segundo grupo viriam a juntar-se, depois do regicídio, os monárquicos descontentes com o rumo da política interna, advogando o recurso a uma «ditadura plebiscitária», suportada no Exército.

A participação dos militares no «5 de Outubro» ainda hoje suscita controvérsia, com alguns autores a afirmar que a revolução foi essencialmente militar e outros a defender o seu carácter popular. Ora, se é excessivo considerar os menos de quinhentos militares que resistiram na Rotunda como representando as Forças Armadas, é igualmente redutor atribuir o êxito aos civis armados. Mais imparcial seria considerá-lo resultado da acção conjugada de uns e outros e, sobretudo, da população de Lisboa que tomou conta das ruas e criou as condições para a vitória. Contudo, os novos dirigentes políticos apressaram-se a enaltecer o papel das Forças Armadas na proclamação da República, iniciando uma sucessão de equívocos e ambiguidades na sua relação posterior com os militares de que viriam a ser vítimas.

Uma vez no poder, o multipartidarismo fraccionou o Partido Republicano. Do seu desmembramento nasceram, além daquele (v. democráticos), o Partido Republicano Evolucionista (v. evolucionistas) e o Partido da União Republicana (v. unionistas). Em oposição à via partidária, outras figuras republicanas bateram-se por um presidencialismo forte, por um governo extrapartidário e, mesmo, por uma «ditadura revolucionária», para levar a efeito as reformas mais urgentes. Neste campo, ou próximo dele, e frequentemente conluído à oposição monárquica e militar, o grupo reformador de Machado Santos – o «Herói da Rotunda» – seria o que mais problemas causaria à República até ao seu assassinio na «noite sangrenta» de 18 de Outubro de 1921. Fora do campo republicano, movia-se um grupo heterogêneo de monárquicos, realistas e integralistas, nacionalistas, católicos e outras forças conservadoras, militares e civis, unido taticamente na luta contra o novo regime.

No âmbito do Exército, institucionalizou-se, de imediato, o serviço militar obrigatório, geral e pessoal. Contudo, as incursões monárquicas, a instabilidade política, social e militar, as campanhas africanas e a iminência da Primeira Grande Guerra foram alguns dos factores que inviabilizaram a concretização da reforma militar e conduziram à manutenção de um corpo permanente muito superior ao previsto na lei. Nos quadros superiores pontificavam oficiais monárquicos de formação, que desde o 5 de Outubro protagonizaram uma linha de comportamento militar progressivamente mais autónoma das instituições republicanas e em crescente antagonismo com o regime. Tiveram um papel dominante nos governos de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais e uma activa complicidade nas revoltas de Monsanto e da «Monarquia do Norte». Nos escalões intermédios de oficiais e nos sargentos a situação era diferente, pois neles se encontrava a maioria dos que haviam conspirado contra a Monarquia e lutado pela República. Entre os primeiros, destacava-se o grupo dos «Jovens Turcos», reunindo oficiais filiados no Partido Democrático ou dele simpatizantes. Civisistas, desempenharam um papel importante na reforma das Forças Armadas, no apoio à política intervencionista do Partido Democrático, bem como no

O «31 de Janeiro» e o «3 de Fevereiro» inscrevem-se na história da tradição democrática portuguesa com um forte simbolismo. Foram os primeiros movimentos revolucionários de inspiração e aspiração genuinamente republicanos, antes do «5 de Outubro» e após o «28 de Maio», respectivamente – o prólogo e o epílogo da República. Depois do «31 de Janeiro» nenhuma outra revolta voltaria a desafiar tanto a Monarquia; e depois do «3 de Fevereiro» nenhum outro movimento tornaria a ameaçar tanto a Ditadura Militar.

combate à ditadura de Pimenta de Castro, ao «Sidonismo» e à «Monarquia do Norte», e, posteriormente, na resistência à ditadura militar.

Até 1919, a confrontação política e militar travou-se, principalmente, dentro da família republicana, opondo a corrente parlamentar à presidencialista, oposição que se foi radicalizando com o apoio à última de todas as facções anti-republicanas e a ambiguidade dos unionistas e evolucionistas. Mas foi a I Grande Guerra que tornou irreconciliáveis os vários grupos em confronto. A posição de Portugal perante o conflito dividiu profundamente a opinião pública e as forças políticas. Os democráticos e a maioria dos evolucionistas eram a favor do envolvimento militar português na Europa; uma parte dos monárquicos e dos sectores católicos defendiam uma posição de neutralidade no conflito; os unionistas apenas se mostravam favoráveis à intervenção em África; o grupo de Machado dos Santos negou também o seu apoio à política belicista; e entre os militares os sentimentos antibelicistas eram igualmente bastante fortes, sobretudo no corpo permanente de oficiais.

Os governos de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais foram bastante prejudiciais à participação nacional na I Grande Guerra, e o último foi especialmente trágico nas suas consequências para o Corpo Expedicionário Português. Oficiais, sargentos e soldados deixaram de ser rendidos, muitos regressaram ao País sem ser substituídos, e, sem quadros e sem material, o CEP acabaria por ser facilmente desbaratado na batalha de Lem Lys, em 9 de Abril de 1918, reforçando as posições e o número dos militares hostis à República.

Depois de 1920 o multipartidarismo passou a ser a principal característica da vida política nacional, dando lugar à sucessão de governos cuja sobrevivência era sempre efémera, ao mesmo tempo que se fortaleciam as posições e as manobras dos que conspiravam contra o regime. No próprio campo democrático a unidade do passado deu também lugar à dissidência, à direita e à esquerda. Por outro lado, a grave crise económica e social que se sucedeu à guerra teve por consequências imediatas o aumento da importância dos militares na sociedade, considerados como a «reserva moral da Nação», depositários da missão derradeira de «salvação nacional», ideia primeiramente comunicada tanto pelos sectores conservadores mas a que esquerda republicana também viria a aderir. O apelo aos militares passou a ser uma constante. No período até ao 28 de Maio, catorze governos foram presididos por oficiais contra apenas dois antes de Sidónio Pais. ▶

OS MILITARES E A REPÚBLICA

Do 31 de Janeiro ao 3 de Fevereiro

A partir de 1922, perante o fracasso da estratégia de disputa do poder ao Partido Democrático, os sectores republicanos conservadores enveredaram então pela tática golpista, aproximando-se dos integralistas, dos católicos tradicionalistas e dos sectores militaristas, apesar de a linha de demarcação entre estas correntes ser bastante acentuada. No ano de 1923 ocorreram quatro tentativas de revolta militar. Nos dois anos seguintes sucederam-se outras quatro, mais amplas, com os vários grupos conspirativos a disputar a liderança: primeiro, o grupo militarista de Sinel de Cordes; a seguir, o grupo republicano liberal de Mendes Cabeçadas; depois, o grupo radical de Martins Júnior; e novamente, o grupo de Sinel de Cordes. A tendência apontava cada vez mais no sentido de uma intervenção da instituição militar enquanto tal, o que acabaria por acontecer a 28 de Maio de 1926, num múltiplo pronunciamento civil e militar, republicano, integralista, católico e nacionalista. A atribuição às Forças Armadas de uma função redentora nacional havia sido, em larga medida, uma construção ideológica para fazer delas o intérprete de um tão amplo quanto equívoco «consenso nacional».

Evocar a memória democrática é um imperativo cívico, dirigido primariamente à formação das gerações jovens. Mas aprender com ela é também uma exigência dirigida a todos os democratas, para que não se repitam no presente os erros do passado, como ensinou António Sérgio.

A maioria dos republicanos não se apercebeu imediatamente dos verdadeiros contornos e objectivos do movimento, assumindo atitudes diversas, variando entre o apoio declarado, o apoio mais ou menos discreto e a neutralidade expectante e benevolente, vindo na ditadura uma «solução transitória». Quando se deram conta das suas verdadeiras intenções era já demasiado tarde.

3. Do «28 de Maio» ao «3 de Fevereiro». Com o afastamento de Mendes Cabeçadas e de Gomes da Costa consolidou-se a vitória das correntes antiliberais, militaristas e nacionalistas. Mas, ao mesmo tempo que isso acontecia, começou a constituir-se no país uma corrente antiditatorial, inclusive dentro das Forças Armadas. A implantação da Ditadura Militar não seria assim pacífica, e uma série de revoltas tentaria «revirar» a situação nos anos seguintes.

Logo uma semana após o afastamento de Mendes Cabeçadas foi constituído um comité revolucionário com o objectivo de restabelecer a normalidade constitucional. As dificuldades encontradas em Lisboa levaram a organização a transferir-se para o Porto. É provável que os revolucionários tivessem pretendido aproveitar o ambiente de vibração patriótica associado às comemorações oficiais do aniversário do «31 de Janeiro» – a que presidia o general Carmona – pois, curiosamente, o Batalhão de Caçadores 9, que fora alvo de homenagem pela sua participação naquela revolta, seria a unidade que lideraria, uma vez mais, a revolução de 3 de Fevereiro de 1927.

Iniciada pelas 04H30, com a saída de forças daquele Batalhão, o levantamento militar alastrou aos Regimentos de Infantaria 6 e 18, à

Companhia de Sapadores Mineiros, à GNR da Bela Vista e a parte da Polícia Civil do Porto, apoiado por grupos de civis armados. Forças das unidades militares ou da GNR vindas de Amarante, Valença, Lamego, Penafiel, Póvoa de Varzim, Famalicão, Vila Real, Régua, Santo Tirso e Guimarães juntaram-se no Porto aos revoltosos, e em Viana do Castelo, Figueira da Foz, Setúbal, Barcelo, S. Julião da Barra, Queluz, Vendas Novas, Évora, Abrantes, Aljô, Valpaços, Vila Real de Santo António, Tavira e Faro eclodiram também sublevações. O navio de guerra «Vasco da Gama» abriu fogo sobre Lisboa e no Arsenal revoltaram-se os marinheiros.

Sendo um dos mais prestigiados generais dissidentes da Ditadura e bem conhecido no Porto, Sousa Dias foi convidado pelos revoltosos para a chefia suprema da revolta. O Comité Militar Revolucionário integrava civis e militares ilustres, com Jaime Cortesão, José Domingos dos Santos, Fernando Freiria, Jaime de Morais, Sarmento Pimentel, e outros, quase todos comprometidos no passado com os mais autênticos ideais e valores republicanos.

Foi a mais violenta revolta contra a Ditadura Militar. Mas esta acabaria por levar a melhor. As centenas de baixas entre a população civil, provocadas sobretudo pela artilharia governamental, a violência da repressão e o esgotamento das munições das unidades revoltosas, ditaram a sorte da revolução. Mas o golpe decisivo foi o atraso no desencadeamento da insurreição em Lisboa, iniciado apenas em 7 de Fevereiro, precisamente no dia da rendição no Porto. Os revolucionários haviam sonhado com a reedição do 14 de Maio de 1915 para restaurar a República constitucional; mas o sonho virou num pesadelo de quase meio século – a mais longa ditadura europeia do século XX.

4. Memória. O «31 de Janeiro» e o «3 de Fevereiro» inscrevem-se na história da tradição democrática portuguesa com um forte simbolismo. Foram os primeiros movimentos revolucionários de inspiração e aspiração genuinamente republicanos, antes do «5 de Outubro» e após o «28 de Maio», respectivamente – o prólogo e o epílogo da República. Depois do «31 de Janeiro» nenhuma outra revolta voltaria a desafiar tanto a Monarquia; e depois do «3 de Fevereiro» nenhum outro movimento tornaria a ameaçar tanto Ditadura Militar.

Dir-se-á que ambos foram prematuros. Mas nos dois a falta de unidade republicana foi uma característica comum, que apressou os fracassos. Após o «31 de Janeiro» o próprio directório do Partido Republicano condenaria a revolta. E no «3 de Fevereiro» as divisões nos campos republicanos continuavam profundas, apesar do «28 de Maio» – e por longo tempo se prolongariam, ajudando à implantação do Estado Novo. A falta de unidade em torno dos valores fundamentais de que fizera bandeira fora, aliás, um dos maiores inimigos da República, habilmente aproveitada pelos seus adversários.

Evocar a memória democrática é um imperativo cívico, dirigido primariamente à formação das gerações jovens. Mas aprender com ela é também uma exigência dirigida a todos os democratas, para que não se repitam no presente os erros do passado, como ensinou António Sérgio. ■

Síntese de uma comunicação apresentada pelo autor em Fevereiro de 2007, no âmbito da comemoração do 80.º aniversário do «3 de Fevereiro».

Faziam parte do grupo, Sá Cardoso, Freitas Ribeiro, Álvaro de Castro, Hélder Ribeiro, Américo Olavo, Vitorino Godinho, Maia Magalhães, Álvaro Poppe, entre outros.

A corrupção: mais uma opinião

AMADEU GARCIA DOS SANTOS

HÁ CERCA DE DEZ ANOS, mais concretamente no dia 3 de Outubro de 1998, o semanário *Expresso* publicou uma síntese de uma entrevista que o jornalista Helder C. Martins, daquele semanário, me fizera dias antes. O título (da responsabilidade exclusiva do *Expresso*, como é habitual) era o seguinte: "JAE financia partidos políticos" (a vermelho na 1.ª página) e em subtítulo: "Penso que o Governo conhece os corruptos".

É claro que essa entrevista desencadeou um verdadeiro ciclone do qual, infelizmente, o único que saiu "magoado" fui eu. Do que foi publicado nessa edição do *Expresso* recordei e transcrevo apenas as seguintes passagens:

"(...) essa corrupção existe em termos pessoais e em termos de financiamento dos partidos políticos (...);"

"Logo a seguir à minha tomada de posse fui abordado por uma pessoa no sentido de que a Junta estava a privilegiar determinada organização política e que era preciso inverter essa situação. Isto no sentido de sondarem qual seria a minha posição sobre a matéria. É evidente que a minha posição foi muito clara: como isso não seria possível";

"O responsável (o jornalista referia-se a mim próprio) baliza as suas declarações salientando o grande respeito que tem pelos trabalhadores da JAE".

Muito ficou por publicar dessa entrevista que, na íntegra, se desenvolvia por 23 páginas, mas, o que o *Expresso* transcreveu foi o suficiente para provocar o ciclone a que acima me refiro.

Sendo eu, por uma questão de feito, uma pessoa não propensa a protagonismos esquiando-me, sempre que me é possível, a situações que me imponham qualquer tipo de exposição na praça pública, qual foi a causa que esteve na origem dessa entrevista, que contrariava precisamente essa faceta do meu feito? A explicação é simples:

Eu desempenhei entre Abril de 1997 e Junho de 1998 o cargo de presidente da Junta Autónoma das Estradas, a convite do Eng.º João Cravinho, meu colega de curso no Instituto Superior Técnico, com a missão de pôr em ordem o funcionamento daquele organismo do Estado, uma vez que ele, João Cravinho, ao tempo Ministro das Obras Públicas, dera início ao seu processo de reestruturação. Este processo consistia, basicamente e na altura, à divisão da Junta em dois organismos, um que seria uma sociedade anónima responsável pelo sector da construção e o outro que seria constituído por todo o restante da antiga JAE após a separação daquele sector da construção.

Em Junho de 1998, numa longa conversa com o Eng.º João Cravinho sobre a constituição do Conselho de Administração da sociedade anónima, ele, que inicialmente concordara com a minha proposta de exoneração do vice-presidente da JAE para a área da construção e, simultaneamente, vogal do Conselho de Administração da sociedade anónima, passados dois dias voltou com a palavra atrás e foi intransigente (por razões políticas, como me disse) quanto àquela exoneração, o que me levou a apresentar-lhe o meu próprio pedido de exoneração. Poucos dias depois fui substituído pelo Eng.º António Lamas que, imediatamente a seguir à sua posse, escreveu uma carta ao secretário de Estado das Obras Públicas, Eng.º Maranhã das Neves (que, curiosamente, fora o meu antecessor na presidência da JAE), expondo-lhe várias críticas ao Conselho de Administração a que eu presidira. Dessas críticas veio a resultar a abertura de uma sindicância, ordenada por João Cravinho, que deveria estar concluída até 30 de Setembro de 1998. Sabendo eu muito bem, como se processam, por vezes, os mecanismos das sindicâncias, passei da defesa ao ataque e a forma como o fiz foi a de dar a entrevista ao *Expresso*. Uma das consequências do ciclone provocado por essa entrevista foi a minha presença perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia da República, onde fui ouvido e interrogado por 21 senhores deputados, à porta fechada e com guardas no exterior para que ninguém pudesse escutar o que se dizia no interior daquela sala. Mas, às cinco da manhã, cerca de uma hora depois de terminada a audição, já tudo estava a ser transmitido nos noticiários da rádio. Quem teria sido o delator? Na sala apenas estava eu e 21 deputados.

Como, naquela audição perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, me recusei a identificar os empreiteiros (porque a isso me tinha comprometido com eles) que me haviam informado quais eram as pessoas e os partidos políticos a quem tinham entregue determinadas verbas, fui acusado de crime de desobediência qualificada, julgado e condenado em tribunal a pagar uma quantia de cerca de 195.000\$00 de multa, taxas e custas. Fica-me porém a satisfação de poder considerar o teor da sentença como um verdadeiro louvor.

Tudo isto vem a propósito de dois temas muito concretos:

— em 1998 levantei a questão da corrupção e do financiamento dos partidos políticos através das verbas de certos organismos do Estado. Ninguém responsável se preocupou com esse assunto, nomeadamente o Sr. Eng.º João Cravinho ao tempo ministro das Obras

Públicas e que, hoje, se posiciona como paladino da anti-corrupção;

— a corrupção dificilmente deixa qualquer rasto, ou seja, é quase impossível encontrar provas palpáveis e concretas da sua existência. Mas é possível criar mecanismos que procurem impedi-la ou, no mínimo, a dificultem.

Que eu tenha conhecimento, desaparecido aquele "ciclone" despoletado pela minha entrevista ao *Expresso*, nunca mais foi dada publicidade palpável a qualquer caso de corrupção ou, o que é mais importante, a medidas destinadas a obviar a esse flagelo. Passaram cerca de dez anos. Surge novo "ciclone". Mas, tal como em 1998, são inúmeras as pessoas (algumas com funções das mais alta responsabilidade em sectores onde é voz corrente proliferarem actos que se revestem de indícios de corrupção) que se pronunciam sobre os temas da corrupção e da anti-corrupção. Mas, volto a inquirir-me, onde estão ou quais foram as atitudes concretas que demonstram que, finalmente, se caminha para a conclusão de qualquer processo que acuse e puna qualquer responsável por actos de corrupção?

Uma das pessoas a quem, em 1998, quis expor as minhas apreensões foi o então procurador-geral da República, Dr. Cunha Rodrigues. Depois de me ouvir, fez-me apenas uma pergunta: Tem provas? A resposta que lhe dei foi a de que não me competia a mim, por razões óbvias, fazer as investigações necessárias à obtenção dessas provas. Que eu saiba, aquele Senhor também não providenciou para que fosse desencadeada qualquer iniciativa para que essas provas fossem obtidas. Será que agora vai repetir-se a mesma situação? Tenho sincera esperança que isso não aconteça até porque têm surgido algumas notícias de que poderão estar em curso alguns processos. Mas serão concluídos? Quando?

Como já referi, não se pense que é possível acabar, por lei, em definitivo e a curto prazo, com a corrupção em Portugal mesmo que a lei seja a mais perfeita e especificamente destinada a atingir esse objetivo. Nós, portugueses, pelo que dizem os entendidos, somos dos mais perfeitos "produtores legislativos" do mundo. Mas, na minha opinião, não é por aí que se deve caminhar. Creio que já temos legislação que basta. Falta-nos, isso sim, quem dirija, quem mande, quem puna, quem actue sobre quem não assuma, esqueça ou ignore as responsabilidades que lhe estão atribuídas. Infelizmente nós portugueses somos uns excelentes executantes mas, por vezes e em certas áreas, faltam-nos dirigentes à altura dessa excelência.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2008



Residências assistidas

VASCO LOURENÇO

Na sequência do inquérito que lançámos e das muitas respostas recebidas, informamos que os promotores do projecto Vitória Residence estão desenvolvendo esforços, no sentido de criar as condições necessárias a uma resposta positiva às expectativas dos que responderam. Assim que houver novidades, comunicá-las-emos.

Entretanto, porque os promotores dessa iniciativa estão interessados na cooperação com a A25A, novas e diferentes hipóteses surgiram

Protocolo com Planos BasicCare. Temos hipótese de estabelecer um protocolo com a Multicare, que dependerá fundamentalmente do número de interessados.

Os BasicCare constituem uma nova e diferenciadora gama de produtos, na área da saúde, particularmente vocacionada para quem pretenda, mais do que obter o financiamento das despesas com a saúde, garantir o acesso a serviços de saúde privados, através de uma rede de prestadores com preços controlados.

Os planos existentes disponibilizam o acesso a consultas, exames, serviços de estomatologia e parto, conforme a opção contratada.

Como vantagens, apontam-nos:

- Não são excluídas as doenças preexistentes;
- Sem idade limite para a sua compra;
- Sem idade limite de permanência;

- Sem períodos de carência, o que significa a possibilidade de utilização após a celebração do contrato;

- Sem exclusões - não é necessário preenchimento de questionário individual de saúde;

- Complemento de um seguro de saúde de internamento.

Se considerarmos que o sistema que permite o acesso aos serviços de ambulatório para a realização de consultas, exames ou tratamentos na rede Multicare, onde o preço praticado por consulta varia entre os 35 e os 40 euros custa cerca de 70 euros/ano, se considerarmos que ao juntarmos o acesso aos serviços de estomatologia da mesma Rede Multicare, o preço sobe para cerca de 90 euros, talvez valha a pena pensar em aderir a sistema destes.

Até porque o recibo da consulta poderá ser presente à ADM ou ADSE, para efeitos de comparticipação e o resto poderá ser utilizado no IRS.

Não temos certezas, pois não estudámos em pormenor o assunto.

No entanto, apenas avançarmos se tivermos a indicação de um número razoável de associados interessados.

Por isso, agradecemos que, caso esteja, em princípio, interessado num acordo desta natureza, no-lo comunique.

Residencial Carlton Life Boavista. Quer pela sua qualidade, quer pelos valores envolvidos (da

ordem dos 1.100 euros/mês) parece-nos ser este um serviço que poderá interessar aos nossos associados.

Também aqui só avançaremos com qualquer hipótese de acordo colectivo, se soubermos da existência de interessados. Daí que renovemos o pedido: se considerar que poderá estar interessado, contacte-nos.

Atentemos na sua auto-apresentação

Solidez, credibilidade e excelência. Cuidamos das pessoas mais idosas, nas áreas da saúde e vida. Oferecemos soluções abrangentes e especializadas nas áreas da avaliação geriátrica, dos cuidados de longo prazo e do alojamento. Somos uma equipa de profissionais qualificados, com formação especializada. Somos técnicos de apoio pessoal, terapeutas, psicólogos, enfermeiros, médicos, gestores. Somos pessoas que cuidam de pessoas.

Reunimos como accionistas, numa parceria de excepção, a experiência hoteleira do Grupo Pestana e a experiência hospitalar do Grupo HPP - Hospitais Privados de Portugal, do universo Caixa Geral de Depósitos.

Uma unidade de saúde em ambiente hoteleiro.

A Carlton Life Boavista estabelece a ponte entre soluções tradicionais de âmbito social e a assistência prestada em unidades de saúde especializadas, com a mais-valia de um serviço hoteleiro.

Um conceito único. Tudo à escala da intimidade de uma casa.

No coração do Porto. A Carlton Life Boavista está localizada junto à rotunda da Boavista, na Rua Luís Veiga Leão, no mesmo complexo do Hospital Privado da Boavista. Tem entrada directa pela Avenida da Boavista e parque de estacionamento privado.

Uma localização privilegiada. Perto da família. Perto de tudo.

Para as pessoas mais idosas e frágeis. A Carlton Life Boavista tem soluções vocacionadas para responder às necessidades específicas de:

- pessoas independentes mas frágeis e com perspectivas de manutenção ou de prevenção do seu envelhecimento funcional;
- pessoas temporariamente dependentes em termos funcionais, mas com perspectivas de reabilitação, tendo tido, nomeadamente, uma recaída originada por uma doença crónica, uma fractura óssea, ou sido vítimas de um acidente vascular-cerebral;
- pessoas parcial ou totalmente dependentes em termos funcionais, cuja situação tenha resultado do processo natural de envelhecimento, em todas as suas facetas, nomeadamente aquelas que impliquem deteriorações cognitivas e perturbações comportamentais.

Um edifício com múltiplas soluções. A Carlton Life Boavista congrega no seu edifício uma unidade de avaliação geriátrica, uma unidade de reabilitação, quatro unidades residenciais e duas unidades de dia.

A unidade de avaliação geriátrica integral é uma oferta pioneira.

Permite efectuar o retrato, abrangente e especializado, das capacidades funcionais de uma pessoa, e propor soluções concretas de âmbito social, terapêutico e de cuidados.



A unidade de reabilitação funcional oferece terapêuticas nas vertentes, fisiológica, neurológica e psicológica.

As unidades residenciais oferecem soluções de longo-prazo com objectivos terapêuticos de reabilitação, manutenção e prevenção.

Permitem estadias temporárias ou permanentes.

Cada uma das unidades residenciais tem em média dezasseis quartos, organizados em torno de pequenas zonas de estar, de actividades e de refeições.

Estão vocacionadas para servirem um conjunto específico e restrito de pessoas.

As unidades de dia oferecem soluções idênticas às das unidades residenciais.

Estão orientadas para as pessoas que têm a possibilidade e a vontade de retornarem todos os dias às suas casas, oferecendo transporte diário de ida e volta.

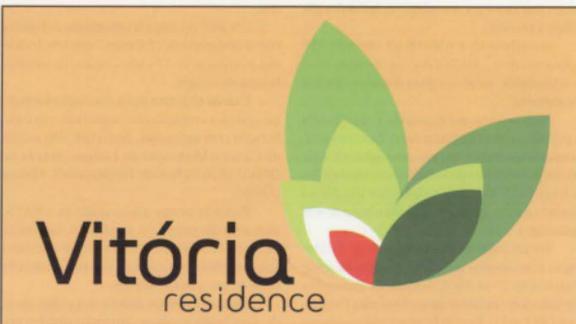
Um conjunto de serviços personalizados e evolutivos. Serviços que são disponibilizados à medida e de acordo com as necessidades específicas de cada pessoa.

Cuja especialização e intensidade acompanham, no tempo, a evolução dessas necessidades.

Oferecidos com base em preços adequados a cada situação, com tabelas simples e transparentes.

Os serviços oferecidos abrangem, nomeadamente, as seguintes áreas:

- cuidados de apoio pessoal
- terapias integradas
- cuidados de enfermagem permanentes
- cuidados médicos diários
- apoio psicológico, social e nutricional
- alimentação, compreendendo todas as refeições diárias
- actividades de lazer
- cabeleireiro e podologia
- limpeza da roupa pessoal
- transportes ■



ANAFS

Testemunho de cidadania

JOSÉ JÚLIO COSTA-PEREIRA*

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL dos Alistados das Formações Sanitárias foi criada inicialmente em 7 de Junho de 1991, como Associação dos Oficiais do Corpo Activo das Formações Sanitárias do Quadro Privativo Especial da Cruz Vermelha Portuguesa (AOQPE CVP), corpo militarizado estabelecido pelo Decreto 8.698, de 9 de Março de 1923, este revogado a partir de 1993.

Dadas as mudanças estabelecidas a partir da implementação do Decreto Regulamentar n.º 10/93 e verificando-se, consequentemente, alterações na terminologia dos estatutos da Cruz Vermelha Portuguesa no que concerne especificamente ao seu corpo activo das formações sanitárias e no direito das classes de Sargentos e Praças se associarem igualmente à AOQPE CVP, passou a denominar-se a partir de 8 de Novembro de 1996, Associação Nacional dos Alistados das Formações Sanitárias - ANAFS, mantendo-se com os mesmos objectivos e propósitos de anteriormente, mas com as alterações obviamente impostas pelas referidas medidas, conforme escritura lavrada no 16.º Cartório Notarial de Lisboa, tendo ainda os seus estatutos sofrido uma mais recente alteração, em 31 de Outubro de 2007 e motivada pelo alargamento do conceito de "formações sanitárias", produzido pelo Artigo 8.º do I Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949.

Tem esta associação, sem fins lucrativos, como objecto estatutário, a intervenção no âmbito cívico/cultural na consagração e divulgação de áreas directamente relacionadas com o socorro no seu sentido mais lato, designadamente Protecção Civil e Saúde, tendo já desenvolvido várias acções operacionais e formativas, nomeadamente no apoio ao combate dos incêndios florestais em 2005, no apoio das populações do Sri Lanka, nas crises sísmica e de alterações atmosféricas que assolaram os Açores em 2005 e 2006 e em exercícios realizados por solicitação de entidades públicas e privadas.

Actualmente, a ANAFS ter cerca de 250 sócios efectivos, cidadãos das mais diversas áreas e actividades, no pleno gozo dos seus direitos estatutários.

Num universo que é alargado, está a ANAFS a proceder a uma campanha de novos associados, contando no final do ano em curso aglutinar mais sócios provenientes de variadíssimas instituições e áreas profissionais e voluntárias ligadas ao Socorro e afins, assim se chegando a cerca de 400 associados.

Foram estabelecidos protocolos de colaboração com diversas entidades, designadamente: Associação 25 de Abril, Associação Portuguesa de Instrutores de Socorrismo, Swelanka Foundation (Sri Lanka), Rescue International Assistance

League [INSARAG; UN], merecendo especial realce o celebrado com o UNISLA, entidade que detém os ISLA de Leiria, Bragança, Gaia e Santarém, com que tem colaborado no apoio e desenvolvimento a projectos de formação; na cedência de material, bibliografia, instalações para realização de actividades conjuntas, nomeadamente colóquios, congressos e publicações; apoio de uma das instituições à outra, designadamente na realização de estudos e trabalhos de professores ou funcionários do ISLA ou sócios da ANAFS; realização de actividades curriculares de alunos do ISLA (nomeadamente em estudos, disciplinas de projecto, visitas de campo ou outras); realização de actividades não curriculares de alunos do ISLA (designadamente no âmbito dos estágios; realização de publicações, etc.).

Destes mesmo protocolo, salientam-se os cursos elementares e complementares de operações de socorro, nos quais foi dada formação a cerca de 300 elementos, espalhados por variadíssimas actividades profissionais, tais como: advogados, autarcas, dirigentes técnicos do ANPC, SRBPC e SMP, comandantes de corpos de bombeiros, elementos da Cruz Vermelha Portuguesa, enfermeiros, engenheiros, universitários de várias áreas, formadores de segurança, formadores de socorrismo, funcionários humanitários, jornalistas, médicos, membros das Forças Armadas e de Segurança, psicólogos, sociólogos, técnicos administrativos, técnicos do INEM, técnicos de higiene e salvamento, técnicos de telecomunicações, etc.

Realiza ainda a ANFS Cursos Básicos de Língua Gestual Portuguesa (adaptados à saúde), Cursos Básicos de Cuidados ao Idoso, Cursos Elementares de USAR (busca e salvamento urbano) e em 2006 e 2007, 1.º e 2.º Jornada Técnica de Operações de Socorro, respectivamente.

No presente ano, começaram a funcionar os Cursos de Cuidados ao Bebê no Primeiro Ano de Vida e os Cursos de Primeiros Socorros Pediátricos.

Em 2007 foi lançada uma grande campanha cívica designada de "5 Gestos" que tem levado ates às crianças do 1.º Ciclo o ensino de medidas básicas de socorro.

É ainda objectivo desta associação formalizar apoios a comunidades carenciadas em colaboração com autarquias, como tem sido o caso da Câmara Municipal de Lisboa, através da GEBALIS ou da Junta de Freguesia de S. Marcos (Sintra).

Preteende-se que a actividade da ANAFS, para além dos propósitos já referidos, sensibilize e forme a comunidade numa cultura de cidadania que contemple toda a área do socorro e Protecção Civil no seu sentido mais lato.

Muitos elementos directivos e pedagógicos da associação possuem currículos obtidos por

variadíssimas actuações em emergência, quer no país, quer no estrangeiro, ao serviço de organizações internacionais de que possuem também formações específicas.

Tem sido recebido apoio de um vasto número de entidades, tanto na qualidade de sócios, como também de colaboradores, ou membros dos nossos corpos sociais, que referenciamos; entre outros: general António Ramalho Eanes (16.º Presidente da República Portuguesa), coronel Vasco Correia Lourenço (presidente da Associação 25 de Abril), embaixador António Monteiro (embaixador de Portugal em Paris), Dr. Nuno Magalhães (ex-secretário de Estado da Administração Interna), Dr. António Nunes (inspector-geral da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica), Eng. José Pedro Lopes (vogal do Conselho de Direcção do INEM), Dr. Rogério Pinheiro (presidente do Conselho de Administração da Empresa de Meios Aéreos), Dr. Luiz Ruiz-Rios (director executivo para a Europa da WAFUNF), professor doutor José Pereira Miguel (presidente do Instituto de Saúde Ricardo Jorge), Dra. Maria Figueirinhas (ex-vice-presidente do Conselho Nacional do Planeamento Civil de Emergência), professor doutor Jaime Branco (presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Instrutores de Socorrismo e subdirector da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Lisboa), Dr. Rui Calheiros da Gama (director de Recursos Humanos do Montepio Geral), professor doutor Kamal Mansinho (director do Serviço de Doenças Infecciosas e Tropicais do Hospital Egas Moniz), coronel Alves Cardoso (ex-secretário geral da Cruz Vermelha Portuguesa), tenente-coronel António Canha (presidente do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores), Bo Beckstrom (delegado-chefe da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho), Dra. Luísa Sales (directora do Serviço de Psiquiatria do Hospital Militar Regional de Coimbra) e Dr. Manuel João Ribeiro (ex-presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil).

A ANFS tem a sua sede em Lisboa na Rua Arnaldo Assis Pacheco Lote 2, possuindo delegados regionais em: Vila Real, Viana do Castelo, Porto, Aveiro, Viseu, Leiria, Santarém, Évora, Beja, e Setúbal. Tem ainda uma delegação Regional nos Açores (Ilha Terceira) e uma delegação extra-territorial no Brasil (Rio de Janeiro).

Com a sua actuação a ANAFS, dá de forma transversal um contributo, se bem que modesto, no sentido de uma concretização dos objectivos que são apurados do "Espírito de Abril". ■

*Presidente do Conselho de Fundadores da ANAFS

Bartolomeu Cid dos Santos (1931-2008)

PEDRO DE PEZARAT CORREIA

NÃO ERA ASSOCIADO da A25A apesar de ser um genuíno cidadão e intelectual de Abril, o que aliás acontece com muitas figuras ilustres do quadro político e cultural nacional em que a Associação se inscreve (uma questão porventura a merecer da nossa parte uma serena e cuidada reflexão). No seu vasto legado de artista plástico, reconhecido como o mais prestigiado e internacionalmente respeitado gravador português, Bartolomeu Cid dos Santos centrou várias das suas obras, tematicamente, no 25 de Abril, de que destaca as gravuras relativas aos 1.º e 10.º aniversários do 25 de Abril e o monumento-memorial de Grândola, que na Vila Morena foi inaugurado quando das comemorações do XXV Aniversário, cujo jantar comemorativo foi patrocinado pelo Município local. Por isso *O Referencial* não pode silenciar o seu desaparecimento em Londres, a 28 do passado mês de Maio.

Tive o privilégio de pertencer a um grupo de amigos que ele anualmente reunia na sua casa de Sintra no sábado mais chegado ao Dia de São Bartolomeu (24 de Agosto) em que nascera, à volta do obrigatório cuscus que ele próprio cozinhava. Casa que é um verdadeiro museu no qual, além do património próprio que reuniu, fruto das suas andanças e de uma riquíssima actividade

social e cultural, convergiam espólios das famílias Vilhena (do comandante Vilhena, o etnógrafo das Lundas), tio-avô materno e dos professores Cid dos Santos e Reinaldo dos Santos, pai e avô paterno. Quando o Bartolomeu começava a abrir armários e gavetões, a mostrar documentos e objectos, a contar as suas histórias, era um festival. Nesses almoços, como José Cutileiro recordou na "In Memoriam" que lhe dedicou no *Expresso* de 24 de Maio, compareciam, num ambiente de absoluta informalidade (Bartolomeu era um informal militante e um entusiasta contagiante), amigos dos mais variados sectores políticos e culturais, desde comunistas (como era o anfitrião desde a sua juventude) a liberais, obviamente com enorme preponderância de gente situada à esquerda e com motivações culturais, escritores e jornalistas, pintores e escultores, cineastas e críticos de arte, activistas de agremiações culturais, arquitectos e diplomatas, professores e militares de Abril (minha mulher e eu e o casal Vicente da Silva fomos presenças permanentes).

Professor no Slade School em Londres durante décadas (até se reformar em 1996), Bartolomeu dividia agora, até adoecer, a sua vida por Londres, onde vivem a sua mulher, Fernanda e as três filhas do primeiro casamento, Sintra onde mantinha a sua casa e Távira, onde desenvolvia um ambicioso projecto de formação e divulgação com o apoio



O monumento-memorial em Grândola

do Município local. Deixa uma obra imensa espalhada por espaços públicos de todo o mundo. Em Lisboa são seus os painéis da estação do metropolitano de Entre-Campos. Bartolomeu Cid dos Santos é uma daquelas personalidades que não morrem, mas a sua ausência vai pesar muito. ■



Bartolomeu Cid dos Santos, na inauguração do monumento-memorial em Grândola, em 24 de Abril de 1999

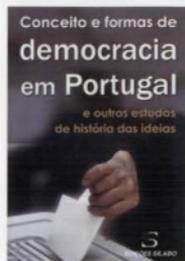
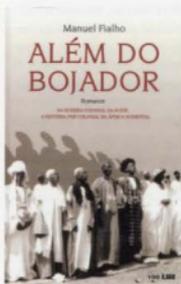
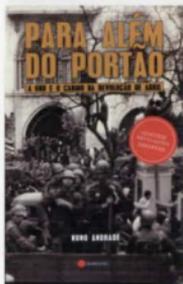
Memória do 25 de Abril

VASCO LOURENÇO

VÁRIOS FORAM os livros ultimamente publicados sobre o 25 de Abril, os seus autores e, também, sobre a Guerra Colonial. Para além de outros que já foram e são tratados especificamente nas páginas de *O Referencial*, nomeadamente o referente ao marechal Costa Gomes, cujo texto de apresentação, da autoria de Jorge Sampaio, publicamos em separado, acompanhado de uma outra prosa de Beja Santos. *Para Além do Portão*, de Nuno Andrade, mostra-nos a actuação da Guarda Nacional Republicana no 25 de Abril e no período subsequente até ao 25 de Novembro, vista por dentro. É um livro que interessa ler, pois nos dá conhecimentos de alguns acontecimentos e seus pormenores até agora desconhecidos. E, mais do que nos contar o que aconteceu, nos permite

vislumbrar o que poderia ter acontecido, se... se... se... *Para Além do Portão – A GNR e o Carmo na Revolução de Abril*, da autoria do major da GNR Nuno Andrade, foi apresentado numa sessão que decorreu no Casino da Figueira da Foz, no dia 12 de Junho, e na qual, entre outros, participaram o presidente da Direcção da Delegação do Centro. Com grande rigor factual, a obra descreve os momentos mais marcantes e tensos da Revolução de 25 de Abril de 1974 que se viveram no Largo do Carmo, tendo como epicentro o Quartel onde funciona o Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, e onde se refugiara o chefe do governo, Marcelo Caetano, e alguns ministros. Com a publicação desta obra fica mais completo o quadro histórico, e é feita luz sobre momentos cruciais e dramáticos do próprio dia 25 de Abril, trazendo a público revelações até agora inéditas

sobre as últimas 14 horas do derradeiro chefe do governo do Estado Novo, e sobre outros acontecimentos que se viveram no largo que a história transformaria no local simbólico da Revolução. *Além do Bojador*, de Manuel Fialho, conta-nos a Guerra Colonial, ou muitos dos seus aspectos, através de um romance extraordinariamente bem conseguido. O autor conta a história romaneada do batalhão, onde foi alferes, na Guiné de 1969 a 1971. Fã-lo de forma curiosa, misturando realidade e ficção e aproveitando para nos dar uma autêntica lição histórica sobre os povos da Guiné. Sou suspeito a pronunciar-me, pois o batalhão da história é o batalhão onde servi como comandante de uma das suas companhias operacionais. Contudo, sempre direi que é um livro muito interessante e que importa ler. ■



Obra para adeptos da Democracia

Comentário ao livro *Conceito e formas de Democracia em Portugal*, com o subtítulo e outros estudos da história das ideias, de António Braz Teixeira, Edições Silabo, Lisboa 2008 (ISBN 978-972-618-484-3)

NUNO SANTA CLARA

COM ESTE TÍTULO, e subtítulo, foi publicado pelo Silabo um conjunto de textos da autoria do prof. António Braz Teixeira, na maior parte já anteriormente publicados em revistas e actas de encontros.

Trata-se de uma colectânea de trabalhos centrados na Filosofia do Direito, que interessarão sobretudo a quem tenha interesses nessa área. Do ponto de vista da História das Ideias, referam-se as abordagens ao pensamento de diversas figuras do universo ibero-americano, que vão desde a Lei, direito e justiça em frei Amador Arraiz (século XVI), ao Realismo, personalismo e junsnaturalismo no debate político contemporâneo (2006), passando pela influência de Kant, Locke ou pelo lusobrasileiro Tomás Gonzaga na formação das ideias.

No actual contexto da sociedade portuguesa, em que se questionam as formas de vivência democrática, e os modos de organização e ordenamento jurídico dessa vivência, parece-nos de particular interesse o trabalho que dá origem ao título: conceito e formas de Democracia em

Portugal. Mais do que um texto para especialistas na matéria, o tom em que está redigido e o interesse universal da matéria recomendam-no à leitura pelo grande público.

O autor começa por historiar o conceito de Democracia no início do século XX, distinguindo entre o conceito individualista/positivista dos republicanos de 1910 do dos pensadores mais preocupados com as questões sociais, para os quais a Democracia, mais de que uma instituição rígida e completa, deveria ser uma busca e um aperfeiçoamento constante. Assim, a liberdade condiciona a autoridade, e esta só se justifica como um meio de garantir a liberdade.

O autor sublinha que não havia unanimidade de pontos de vista entre os republicanos sobre a Democracia como regime político, variando na sua definição, mas todos insistindo na necessidade da cultura, como forma de participação e fiscalização do processo político. Opondo-se aos integralistas e corporativistas, consideravam (como ainda hoje se considera) que havia três pontos mínimos para a existência da Democracia: os partidos, o sufrágio e a opinião pública, todos agindo livremente.

O autor faz também uma incursão pelo movimento "Renasença Democrática" (1932-34) e a sua crítica ao liberalismo, tornado doutrina pela Constituição de 1911; o liberalismo mais não fazia do que defender a classe burguesa, segundo o

Movimento, que igualmente se opunha aos organismos corporativos que enformariam a Constituição de 1933. Liberdade para todos os cidadãos soluções através entre todas as partes, distinção entre Governo e Administração, subordinação do Governo à vontade popular, era a receita deste Movimento.

Demora-se o Autor na análise dos escritos do professor Cabral Moncada, nomeadamente sobre as diversas concepções de "povo" – conceito que de concreto se torna abstracto, em virtude das condições de escolha, que acabam por levar à separação entre governantes e governados e a nova forma de autocracia.

Nada de mais actual nesta crítica, que hoje transparece tanto em conversas de rua como em intervenções ao mais alto nível.

Na sequência deste texto segue-se Delfim Santos e a "Renovação Democrática", em que o Autor se debruça sobre outra figura importante do Movimento.

Enfim, uma obra não só para gente do meio, mas também para todos os que considerem a Democracia não um regime formal e definitivo, mas uma vivência sem a qual estará condenada a desaparecer ou ser desfigurada, ao sabor de qualquer contingência. ■

Percurso de uma vida

Apresentação da obra "Costa Gomes - no centro da tempestade" do Professor Luís Nuno Rodrigues (editora A Esfera dos Livros)

JORGE SAMPAIO

NOS ÚLTIMOS ANOS, as editoras portuguesas têm vindo a publicar, com uma perseverança que merece aplauso, vários títulos sobre temas da nossa História antiga ou mais recente, revelando assim não só a existência de um público leitor interessado, como a de um crescente grupo de autores que alia o trabalho de uma investigação séria à qualidade da sua escrita.

É, afinal, neste quadro de iniciativa editorial que se insere este livro "Costa Gomes - No centro da Tempestade" - do Prof. Luís Nuno Rodrigues, de que hoje procedemos ao lançamento.

Acedi com prazer ao pedido que me foi dirigido para fazer a sua apresentação essencialmente por duas razões: em primeiro lugar, porque constitui sempre um acto de coragem escrever sobre a vida de figuras que ainda há pouco faziam parte do nosso presente e que, por isso, exigem um esforço acrescido para as depurar de toda uma série de julgamentos expeditos, ideias feitas, simpatias ou acrimónias de quem foi seu contemporâneo; esta foi a aposta assumida - e bem ganha - pelo Autor, prestando assim uma valiosa contribuição para o conhecimento de um período apaixonante, mas controvertido, da nossa vida colectiva.

Em segundo lugar, aceitei este encargo por entender que a figura do Marechal Costa Gomes merece ser resgatada da tendência de rápido esquecimento com que os portugueses, após primeiro se dividirem com veemência em malquerenças ou encómios, costumam punir as figuras públicas que passaram para lá da margem da vida.

As biografias lembram muitas vezes o trabalho fotográfico de quem, escolhendo ângulos, sombras e claridades, procura num retrato fixar mais do que o rosto um carácter, mais do que uma fisionomia um temperamento, mais do que a expressão uma escondida identidade.

Também neste livro, o Professor Luís Rodrigues se entrega a um exercício semelhante, feito de infatigável pesquisa, juntando factos, revisitando anteriores investigações (de que será justo destacar a obra pioneira da Professora Manuela Cruzeiro), colhendo novas referências, ou cruzando testemunhos, para, capítulo a capítulo, estabelecer a sua versão de um homem sem dúvida complexo e, por isso, pouco gerador de consensos.

Na escrita ágil, clara, de leitura fluente a que já nos habituámos, vai traçando o percurso de vida do jovem de uma família da província portuguesa desde a sua chegada ao Colégio Militar, durante a conflitualidade política traumatizante dos últimos anos da I República, para depois acompanhar a sua brilhante carreira de oficial e, sobretudo, as frequentes tensões e o clima que envolveram o seu mandato como Chefe de Estado de um país envolvido em febril processo revolucionário.



(...) retive, para além da memória do homem culto e da sua calorosa afabilidade, muito do que este livro nos assinala: uma finíssima inteligência na abordagem dos assuntos, o exame frio e racional dos comportamentos, ou um sempre dominante realismo com que avaliava situações e cenários (quase uma sua segunda natureza), traço do seu carácter que, porventura, explicará algumas atitudes e hesitações decisórias que lhe valeram ressentimentos

Logo cedo, a descrição das primeiras funções profissionais de Costa Gomes adverte-nos para um temperamento independente e determinado, esquivo às docilidades que a emergência do Estado Novo favorecia nas Forças Armadas; no mesmo sentido, também as primeiras páginas, ao recordarem a sua licenciatura paralela em Ciências Matemáticas, que concluiu na Universidade do Porto e o iria marcar vida fora, dão-nos outro sinal do seu carácter, pela inteligente vontade de ampliar a sua formação intelectual e superar os limites de uma carreira nessa época mais dada a rotinas do que a iniciativas de aperfeiçoamento pessoal.

Ao traçar o início do trajecto militar de Costa Gomes, o Autor relata-nos a passagem por Macau como capitão, no começo dos anos cinquenta, assinalando-a como significativa para o seu entendimento do futuro do Império Colonial português e para o que considerava já então o erro de "continuar a teimar que a Nação era uma e indivisível do Minho a Timor".

Pouco mais tarde, as responsabilidades que assume no quadro da Nato, primeiro em Portugal, mas sobretudo depois nos EUA, constituiriam igualmente uma experiência acertadamente recordada, pois o acompanharia durante a sua vida, não só no plano profissional, como no próprio domínio da percepção política: dela iria recolher a confirmação da muito deficiente preparação, inadequação de métodos e pobreza de equipamentos das nossas Forças Armadas, bem como, ao mesmo tempo, confirmar as distâncias que se cavavam entre o regime português e os restantes parceiros ocidentais. É nessa altura, conforme somos lembrados, que surge uma nova geração de oficiais, formada nos EUA, a chamada "geração NATO", em que Costa Gomes ocupa lugar cimeiro, a qual começa a encetar a situação política do país com indistigáveis reservas.

É também nesse período que se vai consolidando o reconhecimento, pelos seus superiores e pelo próprio poder político, das suas qualidades profissionais no exame dos problemas militares e na capacidade de para eles encontrar soluções reformadoras, bem ilustrado pela sua chamada ao Governo, em 1958, como sub-secretário de Estado do Exército.

Começa então uma outra etapa da vida de Costa Gomes, nomeadamente pelo importante papel que assume na formulação de uma nova política de defesa e na reorganização do dispositivo militar nos territórios ultramarinos. E ela encontra circunstanciada narrativa nas páginas que são dedicadas às suas ideias e iniciativas neste campo, ou às suas intervenções junto de um Salazar renitente em proceder aos financiamentos indispensáveis para as reformas propostas ou, sobretudo, para considerar uma saída política para a iminente crise de Goa.

A partir daqui, desenha-se melhor uma das virtudes desta obra, pois a par do registo dos vários passos da carreira do biografado, nela podemos encontrar uma vida e bem documentada descrição dos principais desenvolvimentos políticos que a partir de 61 iriam pôr mais a nu os bloqueios do Regime, confrontado com o início da guerra colonial e com crescentes tensões militares internas que resultariam na mal sucedida Abertura de Botelho Moniz e no subsequente afastamento de Costa Gomes, nela também envolvido. Ao referir estes acontecimentos, o Autor salienta a reacção do general demitido, que no então Diário Popular escreve com lucidez, a propósito do problema angolano - e era a primeira vez que o alto graduado do exército se permitia fazê-lo publicamente com coragem -, que a solução para a questão colonial portuguesa não se conseguiria garantir através de uma via exclusivamente militar.

Percurso de uma vida

Como será fácil compreender, as guerras coloniais ocupam um lugar de relevo na progressão desta biografia. Até porque, nesse período, Costa Gomes, recuperado pelo regime passado quatro anos da sua demissão, irá assumir importantes lugares de chefia na condução das operações militares, quer em Angola, quer em Moçambique, adquirindo, pelo que nelas realizou e é referido com detalhe, o largo prestígio que gozava entre os seus pares e possibilitariam a sua ascensão a CEMGFA. Datam também daqui o respeito e bem assim a autoridade que vai construindo, sobretudo entre os oficiais jovens, os mesmos afinal que, mais tarde, nele confiarão para conter radicalismos e confrontações num breve mas complexo período político da nossa história.

Naturalmente, é com a Revolução de Abril, e as diversas fases que esta atravessou, que o livro ganha uma outra espessura nas suas descrições, e no esforçado trabalho de pesquisa que traça, num estilo escorrido, a nem sempre fácil síntese desse tempo inquieto. Pela mão do Autor, vamos aos poucos voltando a esses dias vividos com emoção e alguma angústia, em que se partilhavam notícias contraditórias, esperanças desencontradas, temores e ilusões. Ressurgem em seu relato as figuras tutelares do PREC, numa crónica impressiva que recupera para alguns a memória, ou, para quem não viveu esse período, oferece a imagem do quotidiano de um país finalmente liberto mas dividido na difícil busca do seu rumo político. Dele se retira também o clima tenso em que se promoveu a descolonização, realizada não só entre controvérsias e hesitações internas, como ainda numa conjuntura internacional – ainda tributária da guerra fria – que em nada ajudou um processo historicamente atrasado e, por isso, gerador de problemas humanos bem ilustrados pela ponte aérea que o caracterizou e para cuja execução Costa Gomes se vai empenhar no plano diplomático.

Inevitavelmente, somos conduzidos, através do escrupuloso relato de intervenções e de episódios, a comparar as atitudes de alguns dos principais actores do mundo militar ou partidário e, já com a vantagem da distância temporal, a formular juízos sobre as estratégias de poder de uns e de outros, sobre os seus alinhamentos e impulsos, ou até sobre a bondade dos textos de uma comunicação social, fortemente e poucas vezes inocentemente, envolvida nos desenvolvimentos que comentava.

Nunca é tarefa simples escolher as linhas que balizam um processo revolucionário, mas o Autor fá-lo com brio e serena observação, mantendo sempre um coerente equilíbrio narrativo entre atitudes, conjecturas, e o que então se chamava a criação de factos políticos.

E se naturalmente não cabe aqui revisitar os momentos – e são vários, desde o 28 de Setembro ao 11 de Março, ou ao 25 de Novembro – que esta obra descreve, é de justiça assinalar que ela nos desvenda ambientes, proporciona úteis esclarecimentos e nos aviva com objectividade lembranças das diversas tomadas

de posição de uma sociedade dividida ou dos múltiplos confrontos no seio do MFA. Pelo seu particular interesse poderão mencionar-se as citações das análises feitas pelas Embaixadas estrangeiras, as fortes pressões diplomáticas exercidas em Lisboa ou nos contactos com os dirigentes ocidentais alarmados pelo rumo dos acontecimentos, ou até a manifesta prudência dos países do Leste perante os voluntarismos revolucionários portugueses.

Judiciosamente, o Autor regista neste domínio a firmeza de um encontro com Kissinger e o elevado sentido das responsabilidades revelado numa viagem politicamente atribulada a Washington, em que o Presidente português mostrou, face a algumas gratuitas provocações, a serena postura de homem de Estado, consoante palavras admirativas da própria Embaixada americana.

Conforme se avança no filme de tantos acontecimentos que o livro documenta, a personalidade de Costa Gomes vai surgindo com mais nitidez, alijando um pouco o peso de mistério de que se viu revestida e suscitaria críticas e tentativas de descodificação por parte de estrangeiros e nacionais, de que esta obra procede a inventário, sem omitir teorias ou mesmo especulações de tipo conspirativo, para as comparar, na busca da verdade possível, com as palavras e as numerosas posições do visado.

Algumas das linhas mais marcantes do seu temperamento não escapam, aliás, à imprensa internacional, largamente citada a par da portuguesa: assim, para referir apenas dois exemplos, enquanto que o bem informado *New York Times*, já depois do 11 de Março, o encrava numa uma força de moderação, o insuspeito e direitista *Aurore*, ainda mais tarde, salientava também a sua sensatez e recomendava que lhe fosse dado apoio político. Por seu turno, as referências às Embaixadas estrangeiras mostram as suas crescentes dificuldades para analisar o momento português e as linhas mestras da gestão por Costa Gomes da dinâmica revolucionária. Dissos é exemplo a própria e bem informada missão diplomática dos EUA, que a par de outras, o caracterizava no início como um homem de consensos ou como verdadeiro símbolo de ponderação, mas que durante os momentos mais agudos do Verão quente não fazia já segredo das suas perplexidades, nem escondia a Washington a sua incapacidade para nessa altura decifrar a verdadeira vontade de Costa Gomes.

É aliás o enigma por detrás do homem que esta obra, página a página, procura compreender. E das intervenções públicas ou privadas, ou das iniciativas de mediação naquelas descritas, chega-nos mais inteiro o vulto do chefe militar transmutado, sem o ter desejado, em Chefe de Estado de um país à beira da confrontação civil.

É nesse trabalho de pesquisa que se cristalizam alguns traços essenciais do pensamento e da acção de Costa Gomes: a reiterada defesa do pluralismo político; a repetida garantia – verdadeiro ponto de honra pessoal – da realização das

primeiras eleições para a Assembleia Constituinte; a insistência pelo respeito dos deveres internacionais assumidos no quadro ocidental, nomeadamente na NATO; a manifesta oposição a acções que pudessem resultar em qualquer luta fratricida.

Se todos estes compromissos acabaram por ser realizados, foi porém as suas persistentes iniciativas para evitar com êxito uma confrontação civil que ficará como marca mais lembrada do seu mandato, conforme é generalizadamente reconhecido.

É essa a conclusão do Autor, apoiando-se em vários testemunhos de quem viveu de perto os acontecimentos, tanto colegas de armas (seus próximos ou adversários), como dirigentes políticos, ao afirmar que “na verdade, através da sua acção não só no dia 25 de Novembro como também nas semanas antecedentes, Costa Gomes tinha conseguido evitar, numa conjuntura altamente delicada, o perigo de uma guerra civil”. Para os muitos que assim pensam – e julgo ser uma maioria, em que também me incluo –, não é pois pequena a dívida que o país com ele contraiu.

Fica assim reconstituído laboriosamente neste livro o percurso de uma vida que pelo seu valimento mereceria do destino um outro epíteto.

Recordados os momentos mais salientes de um período apaixonante da vida portuguesa, recuperadas imagens e memórias, chegados ao fim da leitura percebemos que fomos compondo insensivelmente, como num puzzle, a figura do oficial competente e organizador, do chefe respeitado das Forças Armadas, do homem fiel à sua formação matemática e à serena ponderação das realidades, aguardando com nervos de ferro o desenrolar dos acontecimentos – como numa clássica emboscada militar – para decidir depois com maior segurança e sucesso.

Resta-me juntar o meu testemunho, pois brevemente o conheci por motivo de funções que então desempenhei no MNE. E desses breves encontros retive, e com estima o afirmo, para além da memória do homem culto e da sua calorosa afabilidade, muito do que este livro nos assinala: uma finíssima inteligência na abordagem dos assuntos, o exame frio e racional dos comportamentos, ou um sempre dominante realismo com que avaliava situações e cenários (quase uma sua segunda natureza), traço do seu carácter que, porventura, explicará algumas atitudes e hesitações decisórias que lhe valeram ressentimentos e até alcunhas ainda hoje presentes na memória colectiva.

Todos os contributos, se assentes no espírito de séria investigação que inspirou este trabalho, cujo valor é manifesto, são indispensáveis para, no cruzamento de análises e de factos, atenuadas as paixões do momento, conhecermos melhor uma época fulcral da evolução política do país.

Por isso, é-me grato felicitar o Prof. Luís Rodrigues, que volta a revelar nesta biografia as virtudes justificadamente saudadas e premiadas em trabalhos anteriores.

E bem assim louvar a editora, A esfera dos livros, pela oportuna iniciativa desta publicação e pelo notório cuidado editorial nela posto.

Muito obrigado. ■

O marechal da República

BEJA SANTOS

OS SEUS DETRACTORES chamaram-lhe "Chico Rolha" ou "O Cortiça" mas também o "Agente dos Vermelhos". No entanto, foi a figura decisiva de uma revolução, a última que tivemos no século passado, que moderou sem nunca ter tido aspirações a ser revolucionário.

Foi indiscutivelmente o oficial general mais prestigiado e brilhante das Forças Armadas Portuguesas no século XX, mas nunca deixou de pensar como um civil, sem, contudo, ter deixado em momentos decisivos de agir como o garante da dignidade dos militares. É considerado uma figura modelar ao nível da estratégia, sobretudo em Moçambique e Angola, mas previu que não havia solução militar para os conflitos armados nos três teatros de guerra.

Quando, em Agosto de 1973, Caetano sugeriu o abandono discreto da província da Guiné, reagiu desfavoravelmente, lembrado da tragédia de Goa. Homem da matemática, nunca escondendo a sua formação católica, esteve no centro dos acontecimentos políticos e militares entre 1974 e 1976. Suscitou invejas, ódios, acusações e, logo que possível, muitos políticos que tanto lhe deviam, tudo fizeram para procurar apagar ou distorcer a marca indelével que ele deixou na História de Portugal.

Marechal Costa Gomes, no centro da tempestade é a biografia que lhe consagrara Luís Nuno Rodrigues, um relato rigoroso e muito acessível da trajetória de um militar-político, que indiscutivelmente conseguiu conter as tensões extremadas do Verão Quente de 1975, evitando o perigo da guerra civil e manobrando com êxito para que se viesse a fundar o regime democrático em Portugal (A Esfera dos Livros, 2008).

Francisco da Costa Gomes tornou-se Presidente da República quando António de Spínola renunciou ao cargo, em 30 de Setembro de 1974, em consequência de uma prolongada tensão com as forças do MFA, sobretudo a sua Comissão Coordenadora, e depois de uma tentativa falhada em criar uma onda de simpatia para o seu projecto autocrático. Tratando-se de uma biografia, o autor descreve as principais etapas da educação e formação do presidente da república: o Colégio Militar, os seus primeiros passos na carreira militar, a sua missão em Macau (etapa fundamental para o prestígio que granjeou na hierarquia), depois a sua passagem pela NATO, a sua nomeação como subsecretário de Estado do Exército, onde teve um papel capital na reorganização das forças ultramarinas, nos finais dos anos 50 e início dos anos 60. Teve igualmente um papel discreto nos acontecimentos do pronunciamento militar conhecido por "Abrilada" ou "Golpe Botelho Moniz", em Abril de 1961.

Afastado do poder, foi "recuperado" quando eclodiu em todo o seu fragor a guerra colonial, a seguir a 1965: segundo-comandante da Região Militar de Moçambique, de 1965 a 1967, e depois seu comandante até 1969, tendo indiscutivelmente travado o esforço militar da FRELIMO; em 1970 parte para Angola onde

exerceu as funções de comandante da Região Militar e onde vai permanecer até meados de 1972, conseguindo assinaláveis sucessos na modernização do dispositivo militar, atraindo e formando tropas locais, reduzindo a guerra de guerrilhas a quase nada. Em Setembro de 1972 foi nomeado chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. A partir de 1973, quando estala o conflito entre o Governo de Marcelo Caetano e os capitães do Quadro Permanente, Costa Gomes aparece como defensor dos interesses destes oficiais, ouvindo-os e alertando os ministros do Exército e da Defesa para as razões do descontentamento. Criado o Movimento das Forças Armadas, Costa Gomes foi o general mais votado para surgir como líder do Movimento. Enquanto Spínola se mantém activo e acolhe regularmente um grupo de oficiais, Costa Gomes deliberou manter o seu distanciamento.

Foi o oficial general mais prestigiado e brilhante das Forças Armadas Portuguesas no século XX, mas nunca deixou de pensar como um civil.

Luís Nuno Rodrigues escreve com documentação segura tudo quanto se vai passar ao nível das relações militares com Marcelo Caetano até ao 25 de Abril de 1974: a amizade entre Spínola e Costa Gomes e as suas carreiras diferenciadas, em que pesou o princípio do desmoroamento do teatro da Guiné, em 1973, e que revela a contingência do colapso militar. Costa Gomes visita a Guiné nesse momento crítico e propõe a redução da área efectivamente ocupada, proposta recebida desfavoravelmente por Spínola. Spínola pede a demissão de governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné e é substituído. A leitura de Marcelo Caetano, como se disse acima, ainda era mais drástica, pois propunha o acantonamento das Forças Armadas à península de Bissau, o que também não foi aceite, já que parecia configurar-se como uma manobra aparentada com o desastre da Índia, com a consequente hipótese de haver acusação de cobardia militar. A autorização da publicação do livro de Spínola Portugal e o Futuro foi o detonador para as movimentações militares, até então circunscritas às reuniões clandestinas dos jovens oficiais. Caetano entrega o poder a Spínola no convento do Carmo, mas não houve equívoco no que os militares pensavam da personalidade de Costa Gomes, incapaz de um acto impulsivo e nunca tentado para o poder pessoal. Enquanto Spínola se emaranha na formação do 1.º Governo e nas tensões da descolonização, Costa Gomes viaja pelas províncias ultramarinas e constata que não há margem de manobra para continuar as guerras, em qualquer dos teatros de operações. O conflito de Spínola/MFA é indissolúvel após a queda do primeiro Governo Provisório. A relação entre os

dois oficiais gerais é de progressivo afastamento, embora, mesmo depois do 28 de Setembro tenham mantido um recíproco bom trato. O 11 de Março mudou tudo.

Nomeado Presidente da República, Costa Gomes colocou a descolonização como o principal problema que se punha ao país, continuou um bom relacionamento com o MFA, apaziguou conflitos levantados ao nível da sua ala radical, é um período de inúmeros encontros internacionais com políticos das principais áreas de decisão, sobretudo na Europa e Estados Unidos. A sua voz e a sua serenidade revelaram-se a maior importância perante o acúmulo de preocupações com a degradação da situação interna. Com efeito, a partir de Outubro e Novembro de 1974 vive-se numa atmosfera de permanente sobressalto, de golpismo, de crescimento de utopias, de tensões entre o PS e o PCP até se chegar ao 11 de Março de 1975, onde a postura de Costa Gomes foi decisiva para a manutenção das propostas iniciais do MFA quanto a eleições e à formação de uma Assembleia Constituinte. Assim se chega ao Verão Quente e o autor vai destacando ao longo desses meses determinantes as declarações de Costa Gomes que evidenciam um pensamento firme quanto à manutenção do pluralismo partidário. Lendo à distância dos anos estas declarações, é incontestável a uma deliberada postura de Costa Gomes, pautada por uma elevada cautela na redução dos conflitos num período em que o PS e o PPD saíram do Governo, em que se forma o V Governo Provisório, em que os boatos de todos os matizes proliferam no país, em que se estabelece uma ponte aérea para retirar os fugitivos de Angola, em que toda a gente de manifestava a qualquer hora do dia e da noite e em que o MFA se cindia em grupos cada vez mais irredutíveis.

Assim se chegou ao 25 de Novembro, talvez o ponto culminante da ágil capacidade de manobra de Costa Gomes, bem sucedido em travar os confrontos militares e políticos. A documentação invocada por Luís Nuno Rodrigues é de inexcelsável importância, e é base irrefutável do papel desempenhado por Costa Gomes.

Trata-se de uma biografia marcada pela elegância das atitudes do biografado, escusando-se a destacar a mesquinhez dos políticos que tudo fizeram para apoucar o papel de Costa Gomes na consolidação do processo democrático, ou as manobras para o impedir de continuar a servir Portugal, ele que possuía tantos talentos e que inclusivamente ganhara prestígio na cena internacional. Luís Nuno Rodrigues ganhou a aposta em relançar o mais prestigiado militar português do século XX no seu papel de presidente da República naqueles momentos tão conturbados que se viveram entre 1974 e 1976. O que esta biografia deixa em suspenso é saber como e quando Portugal irá reconhecer na plenitude o papel desempenhado por Costa Gomes na fundação da nossa República. ■

ANO DE 2007

Relatório anual da direcção

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 39.º do Regulamento Interno, a Direcção apresenta à Assembleia Geral o Relatório da sua actividade e as contas referentes ao ano de 2007.

A. DIRECÇÃO

1. Continuaram os esforços, já desenvolvidos do antecedente, da Direcção destinados a melhorar a informatização do ficheiro de sócios, através de uma aplicação fidedel e de fácil utilização.

Pela primeira vez foi possível escrever a todos os associados, com vista a procederem à regularização das suas quotizações em dívida.

Esta acção, executada no último trimestre de 2007, revelou-se extremamente positiva, sendo significativo o montante de quotas em dívida recuperado.

Ficaram reunidas as condições necessárias para nos anos futuros se proceder à reclamação das quotizações em dívida.

A implementação do Sistema de Débito Directo para pagamento das quotizações revelou-se uma medida positiva e com larga aceitação junto dos associados.

Seria extremamente importante que os poucos associados que mantêm as transferências bancárias permanentes, para pagamento da quotização, adissem ao Sistema de Débito Directo e consequente cancelamento das transferências bancárias, passando a beneficiar da isenção dos custos destas.

2. Concursos de fotografia

Foram realizados os seguintes concursos de fotografia:

2.1. 1.º Concurso Internacional de Fotografia "25 de Abril"

Aberto a fotógrafos amadores e profissionais, nacionais e estrangeiros, com o tema único *As comemorações do 25 de Abril*, em qualquer parte do mundo.

Pese embora o facto de ser o primeiro concurso, a adesão foi significativa, tendo havido 54 concorrentes, que apresentaram 194 trabalhos a concurso.

Por países, para além de Portugal, estiveram representados o Brasil, a Itália, a França e Espanha.

Foram atribuídos prémios monetários e troféus, da autoria do consócio José Aurélio, aos três primeiros classificados e duas Menções Honorosas.

Foi realizada uma exposição no Fórum da Associação, com os trabalhos premiados e mais doze outras obras seleccionadas.

As fotografias premiadas foram publicadas no site da A25A e em *O Referencial*.

2.2. Concurso "Olhar do Viajante" (Cabo Verde)

Destinado exclusivamente aos viajantes, participantes na viagem a Cabo Verde promovida pela A25A, sendo o tema alusivo à própria viagem.

Foram distinguidas três fotografias, publicadas no site da Associação.

As quinze melhores fotografias foram objecto de exposição na A25A.

B. DELEGAÇÕES

Fruto do novo Regulamento das Delegações e Núcleos da A25A conseguiu-se alcançar um melhor funcionamento nas relações entre a Sede nacional e as Delegações e Núcleos, tendo sido integrada a contabilidade das Delegações e Núcleos, na contabilidade da Associação, já a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Quanto às actividades desenvolvidas pelas Delegações, em anexo, dá-se conhecimentos dos Relatórios das respectivas Direcções (com excepção da do Alentejo e da Comissão Instaladora do Algarve, que não os enviam).

C. COMEMORAÇÕES

DO XXXIII ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

As comemorações do 33.º aniversário do 25 de Abril registaram uma participação que ficou dentro das expectativas.

1. Comemorações próprias Nacionais

1) Emissão de medalha da autoria do nosso associado Luís da Mata Almeida.

2) Emissão de cartaz e autocolante da autoria do nosso associado Luís da Mata Almeida.

3) Tradicional jantar-convívio, no dia 24 de Abril, que reuniu no Pavilhão 2 da FIL, em Lisboa, quinhentos associados, familiares e amigos. De realçar a presença neste jantar de 250 congressistas das Ligas dos Direitos do Homem, presentes na altura em Lisboa.

4) Corrida da Liberdade, em Lisboa, numa organização conjunta com a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, com a colaboração das Câmaras Municipais de Lisboa e Odivelas.

5) Festa Viva, no Complexo Municipal de Desportos Cidade de Almada, numa organização conjunta com a Câmara Municipal de Almada, Federação Portuguesa de Trampolins e Desportos Acrobáticos, Associação de Ginástica de Lisboa e Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal.

6) Comemorações populares, em organização conjunta com várias organizações cívicas, culturais, sindicais e políticas, inclusive partidos políticos e elementos independentes que, mais uma vez, constituiram a Comissão Promotora das Comemorações Populares.

2. Outras Comemorações

a) Foi a A25A solicitada para participar em comemorações organizadas pelas mais diversas entidades, sediadas em Portugal, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, e no estrangeiro: autarquias, associações diversas,

bibliotecas, comissões populares, estabelecimentos de ensino público e privado dos diversos graus de ensino, editores, sindicatos, partidos políticos, etc. Concretamente: 33 escolas, 18 autarquias, 18 associações e 3 diversos organismos.

b) No presente ano, e dado o grande esforço efectuado, conseguimos satisfazer cerca de 95 por cento dos pedidos, tendo sido enviadas mensagens a quem não foi possível responder afirmativamente com a presença de um representante.

De salientar o já habitual convite vindo do Centro Cultural 25 de Abril - Núcleo Salgueiro Maia, do Canadá, onde se deslocou o coronel Gonçalves Novo.

c) Continuou a cedência de materiais a diversas entidades destinados à organização de exposições comemorativas do aniversário do 25 de Abril. Foram cerca de trinta os pedidos feitos e satisfeitos por autarquias, escolas, associações, etc.

d) Para além dos convites, refiram-se também as saudações recebidas, de Portugal e do estrangeiro, oriundas fundamentalmente de autarquias.

D. COMEMORAÇÕES DOS 25 ANOS DA A25A

No âmbito das comemorações dos 25 anos da A25A foram levadas a efeito as seguintes realizações:

a) Execução de autocolante, da autoria do consócio José Aurélio, que serviu de base à confecção de uma emblema em prata, destinado a ser adquirido pelos sócios que completem 25 anos de associados, e uma medalha em prata e em bronze;

b) Um pendão, igualmente concebido pelo consócio José Aurélio, que foi colocado ao longo da fachada da Sede em Outubro e ali permanecerá até Outubro de 2008;

c) Realização de uma Feira do Livro temática entre os dias 30 de Novembro e 14 de Dezembro, no Fórum da Sede, subordinada ao tema "25 de Abril - Liberdade e Cidadania", onde foram expostos cerca de seiscentos títulos, num total de 3.500 livros de 27 editoras nacionais; Integradas na feira foram desenvolvidas algumas actividades paralelas, nomeadamente:

- Lançamento do livro *Rio de Sombras*, de António Aroux, com apresentação de António de Almeida Santos;
- Debate sobre o tema "As Forças Armadas no Feminino", a propósito da apresentação dos livros *Generais e Almirantes de amanhã*, de Luísa Carrilho, e *África no Feminino*, de Margarida Calafete Ribeiro, que esteve a cargo dos nossos consócios Pizarro Correia e Manuela Cruzeiro, respectivamente;
- Debate sobre o livro *O outro lado da guerra - Zamba* da autoria de Nuno Rôca da Silveira, moderado por Maria Lúcia Lepecki e pelo consócio Martins Guerreiro;

ACTIVIDADES

- Lançamento do livro *Poemas Naufragos*, de José Luís Domenech Berceiro e cuja apresentação esteve a cargo de Carlos Carranca;
- Debate sobre o livro *Conversas com Gente Famosa*, de Hélder Costa, que terminou com um estúdio teatral, interpretado pela assistência, com textos da obra.

d) Começaram a ser preparadas iniciativas que irão ser concretizadas em 2008, das quais se destacam:

1. Um espectáculo a realizar no dia 4 de Abril, no Coliseu de Lisboa, de homenagem às "Vozes de Abril";
2. A feitura e implementação de um novo monumento ao 25 de Abril, na cidade de Lisboa, cuja concepção está a cargo de uma equipa da ESBAL, coordenada pelo Prof. Sérgio Vicente
3. Debates, donde sobressai o já programado sobre a Dinamização Cultural.

E. SEDE

Como temos vindo a afirmar nos Relatórios dos anos anteriores, a existência da nova sede, sendo uma enorme mais valia, constituía também um enorme desafio.

Passados seis anos, podemos afirmar que as perspectivas têm vindo a realizar-se, ainda que continuemos a desejar mais e melhor.

Temos conseguido dinamizar o espaço da sede, ali realizando ou permitindo que se realizem diversas actividades de natureza cívica, cultural e desportiva.

1. Biblioteca

O património da Biblioteca tem vindo a aumentar, continuando a sua consulta a ser possível, mediante marcação prévia.

2. Restaurante

Em Outubro de 2006 foi estabelecido com o sargento-ajudante Joaquim da Cruz Ferreira, com enorme experiência e prestígio, um novo contrato. Passado um ano, apesar de ter melhorado claramente o serviço, seja no que respeita à qualidade das refeições, seja no serviço propriamente dito, e de os preços não terem subido e da relação qualidade/preço ter aumentado significativamente, o responsável pela gestão revolveu pôr fim ao contrato, em virtude de não estar a conseguir rentabilizar aquele espaço.

Assim, de imediato, a Direcção viu-se obrigada a procurar uma alternativa, que foi encontrada, com a ajuda de um dos vogais da Direcção, junto da empresa Sopas de Cação, Unipessoal, Limitada.

No entanto, torna-se indispensável um esforço dos associados, quanto a uma maior frequência. Só assim se conseguirá manter aberto, e com boas condições, um restaurante para os associados e convidados, que contribuirá bastante para um reforço da actividade associativa.

3. Fórum 25 de Abril

Para além das actividades organizadas pela A25A, e das referidas em E, saliente-se a grande procura que este espaço vem tendo, através de propostas das mais diversas entidades.

a) Lançamento de obras literárias

Apresentadas várias obras novas de diversos autores e editoras (3).

b) Exposições

Organizadas duas exposições, para além das exposições intercalares, com património da A25A.

c) Tertúlias, debates, etc.

Organizados, quer da responsabilidade da A25A, quer da responsabilidade de outras entidades, diversos debates, onde se procura dinamizar o confronto de ideias, com vista ao enriquecimento intelectual, individual e colectivo (7).

d) Visitas de grupos escolares à sede, com sessões de informação e debate sobre o 25 de Abril e a A25A (1).

4. Bridge

A Secção desenvolveu uma série de actividades nas seguintes áreas: Divulgação, Formação e Competição.

a) Divulgação

Com a publicação, em todas as edições de *O Referencial*, de um artigo de carácter técnico sobre a modalidade a Secção garantiu o interesse de um núcleo fiel crescente de leitores.

b) Formação

Satisfazendo o interesse manifestado por um conjunto de praticantes, a Secção promoveu a realização de cursos, tendo decorrido durante o 1.º semestre de 2007 uma acção formativa sobre Sinalização/Ataque de Flanco e, com início, em Outubro, um curso de aperfeiçoamento sobre o Leilão. É de salientar que tem vindo a aumentar o número de interessados, o que atesta a qualidade da iniciativa, o que acabou por ser reconhecido pela própria Federação com a atribuição de subsídios.

c) Competição

Nesta área a Secção desenvolveu várias iniciativas com o objectivo de promover a prática da modalidade numa salutar perspectiva competitiva. Com esse objectivo realizou o VI Troféu da A25A que, ao longo de sete torneios, trouxe à nossa sede 86 concorrentes. Para além da aproximação que esses torneios trouxeram à nossa casa, a actividade competitiva estendeu-se à participação de equipas representativas da A25A em campeonatos oficiais da Federação portuguesa de Bridge, nomeadamente: Taça de Portugal, Campeonato de Equipas da ARBL, Campeonato de Equipas de Clubes em Caldas de Felgueiras. De realçar que na Taça de Portugal, a equipa da A25A garantiu o acesso à Fase Final da prova, depois de ultrapassadas as Fases Regional e Inter-regionais.

5. Loja

Continuaram a estar disponíveis, para aquisição dos associados e convidados, artigos diversos (livros, medalhas, posters, serigrafias, etc.).

F. OUTRAS ACTIVIDADES

1. Núcleo de viagens turísticas e culturais

O núcleo de organização de viagens turísticas e culturais, coordenado pelo secretário da Direcção Apúrio Ramalho, proporcionou aos associados duas viagens, uma a Cabo Verde, e outra à China e ao Tibete, destinos para onde viajaram dois grupos de vinte e cinquenta pessoas, respectivamente.

Deu-se início à preparação do programa para 2008, que prevê uma viagem à Expo 2008 (Saragoça) e Barcelona e uma outra à Escandinávia.

2. Presença na Internet

a) Site

O site da A25A continuou a ter um aumento de visibilidade, contando neste momento com cerca de 350.000 visitas e uma permanência média de cerca de 4 minutos por visita.

Pela análise dos números podemos concluir, com alguma certeza, que a população escolar é uma das principais visitantes do site.

Verifica-se a necessidade de alterar a Home Page no sentido de tornar mais fácil e cómoda a consulta das actividades da A25A e o acesso a outras presenças da A25A na Internet, tendo-se para isso já iniciado os respectivos trabalhos.

b) Blogue Avenida da Liberdade

Foi lançado em Maio um blogue da A25A, contando com um corpo redactorial diversificado e de grande qualidade.

Nestes primeiros meses verificámos que a participação, quer do corpo redactorial quer de intervenientes no Espaço Público, tem ficado abaixo das expectativas (55.000 visitas).

Por outro lado não foi ainda possível coordenar as actividades realizadas no Fórum 25 de Abril com o blogue e com *O Referencial*, o que consideramos um factor importante de dinamização entre actividades da A25A.

Eventualmente poderemos ter que efectuar alguns acertos no funcionamento e estrutura do blogue.

c) Site Guerra Colonial

O site sobre a Guerra Colonial está em preparação, estando actualmente o trabalho adiantado, faltando no entanto a disponibilização dos vídeos já seleccionados nos arquivos da RTP, que, devido à mudança de administração ainda não nos foram cedidos.

O Ministério da Defesa apoia este site financeiramente e pela disponibilização e cedência de conteúdos (fotografias, vídeos, cartas geográficas...) sobre a Guerra Colonial existentes nos arquivos dos três ramos das FAs's.

A CGD também irá apoiar financeiramente este projecto.

ANO DE 2007

Relatório anual da direcção

Caso nos sejam entregues em tempo os vídeos da RTP, prevemos que este site esteja concluído em Outubro de 2008.

3. Actividades de divulgação histórica.

- a) Protocolo com o Ministério da Educação
Foi celebrado em Abril um protocolo com o Ministério da Educação (ME) a que se associou a Associação de Professores de História (APH), abrangendo, fundamentalmente actividades de divulgação histórica, nomeadamente:
- Colocação de conteúdos na Internet;
 - Cursos para professores de História;
 - Idas a escolas de elementos da A25A em acções de divulgação histórica;
 - Concurso para alunos dos ensinos básico e secundários, sobre temas da nossa História Contemporânea;
- b) Curso para professores de história
Organizou-se um curso para professores de história, em parceria com o ME e a APH. O curso foi acreditado pelo Conselho Científico e Pedagógico de Avaliação Contínua.
O curso é constituído por 5 módulos:

Módulos	Formadores
O Estado Novo no pós II Guerra Mundial	Professor Fernando Rosas, Professor António Reis
A Guerra Colonial	Coronel Aniceto Afonso, Coronel Matos Gomes
A conspiração e acção militar do 25 de Abril	Coronel Vasco Lourenço, Comandante Almada Conreiras, Comandante Pedro Lauret
A Descolonização	General Pezarat Correia, Almirante Vítor Crespo
A transição do Poder Revolucionário para o Poder Democrático (1974, 1976, 1982);	Coronel Vasco Lourenço, Almirante Martins Guerreiro, Coronel Rosado da Luz

Inicialmente previsto um curso em Lisboa e outro em Faro, houve necessidade de efectuar um segundo em Lisboa, face ao número de inscrições. O curso foi financiado pelo Montepio Geral.

- c) Concurso "Como se vivia em Portugal: no tempo da Guerra Colonial"
Em parceria com o ME e APH organizámos e decorreu, com prolongamento para o ano de 2008, um concurso para alunos dos ensinos básico e secundário sobre o tema: "Como se vivia em Portugal: no tempo da Guerra Colonial".
O concurso contou com um número de cerca de 400 trabalhos inscritos, a sua maioria de grupos de alunos.
Este tipo de iniciativas, a coberto do protocolo com o ME, deverá passar a ser uma instituição anual, versando sempre temas da nossa História Contemporânea.
Estamos a ultimar um pequeno site de apoio ao concurso, cuja estrutura ficará para próximas edições.

O concurso contou com o apoio do Montepio Geral.

- d) Acções de divulgação histórica junto dos alunos
As habituais idas às escolas de militares de Abril testemunham as suas experiências contam este ano com o apoio do ME, quer na sua divulgação quer pagando as deslocações aos militares que a elas adiram.
- e) Acções de divulgação histórica com a RTP
Com a anterior Administração da RTP tinha ficado acordado o desenvolvimento de várias acções de divulgação histórica:
- Conjunto de 6 documentários sobre o período: do início da Guerra Colonial ao fim do período de transição.
 - Página conjunta RTP/A25A, alojada no site da RTP com os principais documentários sobre a Guerra Colonial;
 - Cedência de imagens dos arquivos da RTP;
- A nova administração já informou, através do seu novo presidente, que se manteriam os compromissos anteriormente assumidos, no entanto até agora não obtivemos resposta às questões acima expressas.

6. Convites à A25A

Como nos anos anteriores, foram frequentes os convites dirigidos à A25A para se fazer representar em actividades várias.

Sempre que o considero desejável e possível, a Direcção fez-se representar, enviando mensagens quando a presença física não foi viável.

7. Ofertas à A25A

Foram várias as instituições e entidades que contribuíram para o aumento do nosso património com a oferta de obras de arte, medalhas comemorativas, livros, etc.

8. Comissão de Acompanhamento da Revisão de Carreiras dos Militares

Continuou a actividade da Comissão que vem acompanhando a aplicação da Lei 43/99.

9. Movimento Não Apaguem a Memória

A A25A continuou a apoiar o Movimento Não Apaguem a Memória, difundindo as suas realizações e apelando à participação dos seus associados no mesmo – o que se traduz no facto de muitas adesões efectivas.

Para além disso, a A25A continuou a disponibilizar as suas instalações para as diversas reuniões do Movimento NAM e outro apoio logístico, tendo continuado a fazer-se representar na ligação entre as duas organizações pelos associados Manuel Martins Guerreiro e José Luís Villalobos Filipe.

Perturbações internas no Movimento, levaram os nossos representantes a desligarem-se da Comissão Instaladora.

Como, entretanto, o NAM se transformou em associação, a A25A deixou de lhe prestar o apoio logístico que a vinha prestando, fazendo votos para que a novel associação atinja todos os objectivos que persegue, procurando, no entanto, manter as melhores relações com a mesma.

G. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

a) Sócios efectivos

No período em apreço foram admitidos 71 (setenta e um) Sócios Efectivos, os quais são propostos para ratificação à presente Assembleia-geral; 24 (vinte e quatro) pediram a exoneração e 22 (vinte e dois) faleceram (ou tomámos conhecimento do seu anterior falecimento) (Alberto de Oliveira Vilaça, Alfredo Maria P. Ferreira de Barros, António Henrique R. de Oliveira Marques, António Valdemar F. Von Doellinger, Artur Fernandes Silva Bento, Benjamin Corte-Real, Fausto Sousa Correia, Fernando Jorge T. de Menezes Martins, Fernando José Outeiro, Gualter Viriato Nunes Basílio, Ilídio Quintinha Guerreiro, João Damasceno de Albuquerque, Joaquim Henriques dos Santos, José Eduardo Martins Ormonde, José Manuel Viana de Brito e Sá, José Miguel Fonseca Frazão, Luiz Manuel Pena Monteiro

Baptista, Manuel Joaquim Folgoa, Rui Carlos Freire Montez, Valdemar José Moura da Fonte, Vitor Manuel F. Ribas de Lira, Carlos Alberto Cordeiro Coelho).

b) Apoiantes

No período em apreço 5 (cinco) pediram a exoneração e faleceram (ou tomámos conhecimento do seu anterior falecimento) 13 (treze) Apoiantes (Alberto Augusto N. Silva Andrade, Alberto Hipólito, António Inocêncio de Sousa Coutinho, Carlos Manuel P. Pires Lamas, Ducília da Conceição Gaspar, José Guerreiro, José Maria Oliveira Gouveia, Manuel Carlos Rodrigues, Manuel Figueira Ortigão, Maria Luísa N. Freire Nunes Bandeira, Maurício Besel Levy, Rodrigo Marques Gusmão Carteiro, Rui Nuno Guerreiro Sousa).

c) Sócios colectivos

Não foram admitidos sócios colectivos.

d) Sócios correspondentes

Não foram admitidos sócios correspondentes.

A Associação 25 de Abril conta com o seguinte número de associados:

	Sócios	Apoiantes
Activos	1992*	659
Suspensos	960	859
Falecidos	382	285
Exonerados	502	136
Inertes de quota	-	3
		*

* De referir que 439 apoiantes passaram a sócios efectivos.

Para além disso, temos: 9 Sócios de Honra e 24 Sócios a título póstumo.

Situação disciplinar

A Direcção não exerceu qualquer acção disciplinar, durante este período.

Saliente-se o esforço feito pela Direcção, no sentido de levar os sócios suspensos – que, ou nunca pagaram quotas, ou não o fazem há bastante tempo – a apresentarem o seu pedido de demissão. Mesmo que não queiram proceder ao pagamento das quotas em atraso.

Essa iniciativa teve já alguns resultados, pelo que o número de associados suspensos tem vindo a diminuir. E, se a maioria opta pelo simples pedido de demissão – muitos com o argumento de que já há muito haviam feito o mesmo pedido, pelo que se não consideram devedores – outros há que juntam a esse pedido o cheque para pagamento da dívida existente. E, outros, ainda, procedem ao pagamento e continuam sócios, daí resultando a sua recuperação plena.

Com a proposta de alteração dos Estatutos e do Regulamento Interno, a Direcção pretende agilizar o processo de exoneração compulsiva dos associados que não querem cumprir o dever estatutário de pagamento de quotas, não aceitam tomar

a iniciativa de se demitirem e, em consequência, se transformarem e mantêm como um corpo morto e pesado para a A25A.

H. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1 – INTRODUÇÃO

O exercício de 2007 apresentou um lucro de € 28.292,62 o que representa uma melhoria assinalável em relação aos cinco exercícios anteriores em que se verificaram prejuízos:

2006 – prejuízo de €	26.299,87
2005 – prejuízo de €	56.576,40
2004 – prejuízo de €	34.408,15
2003 – prejuízo de €	79.728,62
2002 – prejuízo de €	66.549,08

Em relação ao exercício de 2006 existe uma melhoria de €54.592,49.

Mais uma vez, porém, tal melhoria fica a dever-se essencialmente a actividades pontuais que resultam dos esforços efectuados pela A25A para melhorar a sua situação económico-financeira e simultaneamente aumentar a sua projecção especialmente no campo cultural, com o apoio de entidades oficiais e particulares, sendo de relevar as verbas obtidas de:

Comparticipações e subsídios às actividades da A25A	€ 129.928,64
Donativos	€ 31.959,98

Neste exercício, o valor das quotas aproximase do valor dos custos administrativos, mas não cobre os custos com *O Referencial*.

Apresentam-se seguidamente alguns comentários às peças contabilísticas que constituem anexo a este Relatório, a fim de dar uma visão mais esclarecedora da situação económico-financeira da A25A.

2 – BALANÇO

A alteração mais significativa verifica-se em “Disponibilidades”, que apresenta um aumento superior a € 50.000,00 em relação ao exercício anterior, motivado pelos bons resultados económicos obtidos.

De assinalar também a existência, pela primeira vez, no “Imobilizado” da rubrica de “Despesas de Investigação e Desenvolvimento” e com a valor de € 40.004,90, coberto em 50 por cento por subsídio do Estado.

Nas restantes rubricas não há alterações relevantes entre os balanços de 2006 e 2007, excepção feita à rubrica “Total do Fundo Social” que teve um aumento de € 28.517,62, equivalente ao lucro do exercício, acrescido do valor recebido de jóias.

3 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (POR NATUREZA)

Conforme já atrás se referiu, o resultado líquido do exercício (€ 28.292,62) apresenta uma evolução muito significativa em relação aos últimos cinco exercícios em que, sempre, ocorreram prejuízos.

Fazendo uma análise comparativa dos valores constantes das demonstrações de 2006 e 2007 conclui-se que:

- Houve um aumento de cerca de 16 por cento na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” que resulta essencialmente de custos relativos ao Curso de História e ao site sobre a Guerra Colonial que, conforme à frente fica explicado, foram largamente cobertos pelos subsídios obtidos para aquelas duas actividades;
- Os custos com o pessoal tiveram um aumento cerca de 8 por cento, mas tal deve-se às rubricas de “Subsídio de Alimentação” e “Seguros de Acidentes de Trabalho” em que estão incluídos custos com o pessoal temporário, ao abrigo dos Programas Ocupacionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional. As remunerações ao pessoal da Associação apenas cresceram cerca de 3 por cento;
- O aumento das amortizações do exercício de € 14.253,35 resulta fundamentalmente da amortização das “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”;
- Não foi constituída provisão para cobranças duvidosas (quotas), uma vez que deixaram de ser contabilizadas quotas relativas aos associados suspensos;
- Na rubrica “Custos e Perdas Extraordinárias” que, obviamente, resultam de situações extraordinárias, há uma diferença substancial porque:
 - Em 2006 foram contabilizadas as perdas resultantes da incobrabilidade de quotas em dívida por parte de associados falecidos ou exonerados, no valor de € 93.147,78;
 - Em 2007 foram contabilizadas como perdas, dívidas antigas, incobráveis de facto, relativas a empresas que exploraram o restaurante, no valor de € 21.509,07;
 - A rubrica “Vendas de Bens” teve um incremento de 163 por cento que resulta da integração na contabilidade central das vendas das Delegações e da Feira do Livro realizada na Sede;
 - A redução de proveitos quanto à quotização de associados tem a ver com o facto de terem deixado de ser contabilizadas as quotas relativas a associados suspensos, conforme já se referiu do lado dos custos, a propósito da rubrica de provisões;
 - As rendas aumentaram de € 14.850,00 para € 23.100,00 porque, em 2007, o restaurante esteve em funcionamento quase todo o ano;
 - As participações e subsídios às actividades tiveram um aumento de quase € 80.000,00 que se deve, essencialmente, aos subsídios recebidos ou a receber para o Curso de História e para o site da Guerra Colonial;
 - O aumento de “Proveitos Financeiros” resulta de uma gestão adequada dos excedentes de Tesouraria que foram obtidos;
 - O valor da rubrica “Proveitos e Ganhos Extraordinários” que, em 2007, respeita, na quase

ANO DE 2007

Relatório anual da direcção

totalidade, aos donativos recebidos (€ 31.958,98) bem como à utilização da provisão para dívidas de cobrança duvidosa (restaurante) no valor de € 14.000,00 é muito inferior ao do exercício anterior em que foi utilizada a provisão para dívidas duvidosas de quotas, como consequência da regularização de saldos das contas de associados falecidos ou exonerados, como já atrás se referiu.

4 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (POR ACTIVIDADES)

Neste documento podemos analisar os resultados das diversas actividades da A25A e a influência de cada uma delas na formação do resultado final.

Pela primeira vez, nos últimos anos, o valor das quotas conseguiu exceder o valor dos custos administrativos, embora tenha sido insuficiente para cobrir os custos com *O Referencial*.

No valor das quotas, porém, estão incluídos, pela primeira vez, na sua totalidade, as quotas devidas pelos sócios colectivos da região do Alentejo que, do antecedente, eram cobradas directamente pela Delegação do Alentejo, o que permitiu a situação atrás referida. Doutra forma, mais uma vez, as quotas não cobririam os custos administrativos.

As diversas actividades, cuja discriminação está feita no documento em apreço, geraram, no seu conjunto, um resultado positivo de € 91.725,44, com especial evidência para as rubricas "Curso de História" (+ € 27.367,51) e "Site da Guerra Colonial" (+ € 45.441,93).

Em relação a esta última rubrica deve referir-se que, no exercício anterior, foram suportados custos de € 23.000,00 e que no "Imobilizado" figura a rubrica de "Despesas de Investigação e Desenvolvimento" a amortizar em anos futuros, rubrica essa que está relacionada com a construção daquele site.

De referir, por fim, a influência positiva dos "Resultados Financeiros" (+ € 7.482,96) que cresceram extraordinariamente em relação ao exercício anterior, como consequência da aplicação das disponibilidades em "Depósitos a Prazo" e dos "Resultados Extraordinários" (+ € 21.830,46) que resultam essencialmente dos donativos recebidos (€ 31.959,98), do lado dos proventos e créditos incorríveis não cobertos por provisões (€ 7.509,00), do lado dos custos.

5 - BALANÇO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE FUNDOS

Pela análise deste documento conclui-se que a origem dos fundos resulta, na quase totalidade, do lucro obtido no exercício (€ 28.292,62) e das amortizações do exercício (€ 77.611,41) que foram aplicados no aumento de "Disponibilidades" (€ 50.176,03) e na aquisição de imobilizado (€ 50.408,23).

O "Cash Flow" (autofinanciamento) teve uma variação positiva de (€ 68.845,84) que resulta, em

grande parte, da evolução dos resultados do exercício.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos dos Estatutos, e face à situação descrita no presente Relatório, submete a Direcção à decisão da Assembleia Geral, a seguinte proposta:

Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2007, no montante de + € 28.292,62, transite integralmente para a Conta de «Resultados Transitados».

Juntam-se, em anexo, os mapas do Balanço, Demonstração de Resultados (por natureza), Demonstração de Resultados (por Actividades), Balanço das Origens e Aplicações de Fundos e Mapa de Amortizações.

I. CONCLUSÕES

Mais um ano na vida da A25A... E porque a situação não se alterou muito, desculpem-nos, mas seremos repetitivos em muitas conclusões tiradas.

Os sentimentos anteriores – misto de satisfação pelos resultados obtidos e de insatisfação pelo muito que se poderia fazer – continuam, caldeados e fortemente influenciados pelas adversidades enfrentadas, pela vida que nos rodeia, onde os ideais de Abril são cada vez mais postos em causa.

Não é fácil militar em associações cívicas e culturais, como é a nossa A25A, principalmente quando à ausência de quaisquer contrapartidas no campo material e ao acréscimo de despesas pessoais que essa actividade comporta, apenas se contrapõe o sentido do "dever cumprido".

No entanto, foi a procura e a luta por ideais que nos lançou para a "aventura" do 25 de Abril, que, por sua vez, nos impôs responsabilidades, perante nós e os outros.

Por isso, por muito que tenhamos vontade de desistir, por muito que nos apeteça bater com a porta, Abril e os seus ideais impõem-nos mais militância.

Não podemos, não queremos desistir.

Assistimos, com tristeza e mesmo com raiva, à permanente perda de conquistas de Abril. Vemos ressurgir a bufaria, vemos regressar o medo, vemos perder liberdades individuais, valores, princípios, ideais. Vemos instalar o egoísmo e o individualismo e desaparecer a solidariedade e a fraternidade. Cada vez estamos mais ausentes e menos presentes. E, com isso, a sociedade vai-se degradando e afastando, cada vez mais de Abril.

Volta a ser necessário sonhar, não ignorar, avisar toda a gente, volta a ser indispensável resistir e dizer não!

Continuamos convictos e, por isso, teimosamente, a defender o papel da A25A nessa luta pelos valores e ideais, de que não desistimos. É com alguma satisfação e, porque não, algum orgulho, que pensamos ter dado alguns passos nesse sentido

e ter contribuído para um melhor esclarecimento, nomeadamente dos mais jovens, para a necessidade que houve, diríamos para a imperiosidade que houve, em avançar para a ruptura que nos levou ao 25 de Abril de 1974.

Consideramos que, mais do que narrar os episódios dessa acção, que devem estar permanentemente presentes, eles e os seus autores, há que demonstrar a situação ignóbil que a ditadura impunha aos Portugueses e que justificou completamente a acção dos militares de Abril. Há que evitar a criação de situações semelhantes, para que novos rupturas não sejam necessárias.

Tem sido essa a nossa intenção, e porque consideramos difícil a situação, temos de intensificar e aprofundar a nossa acção. É isso que procuraremos fazer, através de várias iniciativas que promoveremos.

Em prol da Associação 25 de Abril e em prol de Portugal.

Confiamos na nossa capacidade colectiva. Assim o queiram os nossos associados.

Lisboa, 29 de Março de 2008

A Direcção

ANEXO

1. Delegação do Norte

Relatório de actividades do ano de 2007

(Nos termos do Regulamento Interno das Delegações da A25A, n.º 5 do Art.º 15.º)

1. INTRODUÇÃO

Neste ano, o nosso esforço centrou-se na obtenção de uma nova Sede para a nossa Delegação, indo ao encontro de uma promessa, que o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, anunciou publicamente, por alturas do 25 de Abril passado.

2. ACTIVIDADES

Dentre as comemorações do 25 de Abril que um pouco por todo o norte do país tiveram lugar neste ano e que, na medida das nossas possibilidades e em função das solicitações, fomos apoiando, serão de salientar as centradas na cidade do Porto que organizámos, quer em parceria com outras instituições, quer isoladamente.

De salientar, pela primeira vez, a parceria estabelecida para essas Comemorações com a Câmara Municipal da Maia.

Também a Junta de Freguesia de Matosinhos, no âmbito das mesmas Comemorações, teve iniciativas muito meritórias, que apoámos.

Enviámos este ano mais de quatro dezenas de representantes como participantes em conferências, debates e palestras em escolas de diferentes graus de ensino, autarquias e outras instituições, onde se falou de ABRIL.

Fornecemos documentação para algumas dezenas de exposições sobre o 25 de Abril que tiveram lugar no norte do país e não só, a escolas, antarquias e outras entidades que pediram o nosso apoio.

Para onde nos convidaram e não foi possível estarmos presentes, enviámos a mensagem da Direcção Nacional.

Em 27 de Outubro, teve lugar nas nossas instalações, com a presença de cerca de três dezenas de sócios/apoiantes, um lanche comemorativo do XXV aniversário da nossa Associação, em que para além de umas palavras relativas à efeméride, proferidas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Regional, comandante Abel Tavares, se distribuíram emblemas de prata aos sócios presentes com vinte e cinco anos de associados, um exemplar, a cada um dos presentes, da História da Delegação, já anteriormente divulgada no último número da nossa publicação NORTABRIL.

Esta, foram este ano editados dois números, em Março e Outubro respectivamente.

3. INSTALAÇÕES SOCIAIS

Tal como atrás referido, seguem conversações, embora lentas, para a nossa possível mudança para uma nova Sede, em Matosinhos, o que esperamos cheguem a bom termo.

4. CDIAL (Centro de Documentação Abril e a Liberdade)

Não querendo ser repetitivos, lamentamos a ausência de resposta ao nosso apelo para que nos façam chegar às mãos, documentação relativa ao 25 de Abril, ou de qualquer forma com essa data relacionada.

Foram adquiridos mais alguns livros para a nossa Biblioteca Temática.

5. PROJECTO DE HISTÓRIA ORAL

Por falta de meios humanos, impossibilidade de conseguir um estagiário, licenciado em História para apoiar as entrevistas e passá-las para "letra de forma" e falta de tempo do Vogal Manuel Loff, o projecto atravessa, neste momento, uma fase estacionária.

6. SITUACÃO FINANCEIRA

A Delegação, embora sem despesas vultuosas, continua a manter-se à custa de fundos existentes do passado, com uma ou outra venda pontual de materiais que possui para o efeito (serigrafias, cartazes, medalhas, etc.).

7. COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES ASPECTOS POSITIVOS MARCANTES

- Abertura de novas portas de diálogo, com a Câmara Municipal da Maia e Junta de Freguesia de Matosinhos.

ASPECTOS NEGATIVOS MARCANTES

- A cada vez maior ausência de militância dos associados;

- A falta de dinamismo e novas ideias da Direcção da Delegação.

Entendemos que devemos continuar com a iniciativa/colaboração em todas as actividades de evocação do 25 de Abril de 1974 e suas consequências, bem como em todos os projectos de Memória daquela data.

Para cumprimento destes objectivos, mantemos os pressupostos já referidos no último Relatório, havendo necessidade de resolver dois problemas: a obtenção de uma nova Sede para a Delegação e a nossa sustentabilidade financeira.

Para a solução destes dois problemas, já inúmeras vezes apelámos à colaboração da massa associativa, com propostas, sugestões, ideias, mas infelizmente não temos tido resposta. Aqui continua o apelo.

A Direcção continua a acreditar na existência da A25A e na desta Delegação, mas ajudem-nos a manter este sonho de pé.

Que a credibilidade que do exterior nos conferem, seja correspondida no nosso seio.

Porto, 31 de Dezembro de 2007

O Presidente da Direcção
Antero Aníbal Ribeiro da Silva

2. Delegação do Centro

Transcrevem-se dois documentos da responsabilidade dos Corpos Sociais:

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA DELEGAÇÃO DO CENTRO - ANO DE 2007 -

1. Preâmbulo

A actividade desenvolvida pela Delegação durante o ano de 2007 pautou-se por um maior incremento e diversificação relativamente a anos anteriores, muito embora se tivessem mantido alguns condicionalismos de organização e funcionamento. Não houve qualquer evolução quanto à instalação de uma sede da Delegação em Coimbra; manteve-se a indefinição sobre verbas à disposição desta e forma de prestação de contas com a Direcção da A25A, ainda que tenha melhorado a ligação com esta; elementos da Direcção da Delegação deslocaram-se, por mais de uma vez, à sede da Associação, em Lisboa, para participar em actividades promovidas pela respectiva Direcção e tratar assuntos pendentes; melhorou-se e actualizou-se a base de dados da Delegação, e organizou-se uma lista electrónica de endereços dos sócios da sua área de acção, que é, contudo ainda bastante limitada, por falta de informação por parte dos sócios. Como aspecto a salientar, regista-se a autorização concedida pelo Centro de Documentação 25 de Abril para a utilização da sua sala de leitura nas reuniões dos Órgãos Sociais da Delegação,

aspecto que se revelou de bastante utilidade para o funcionamento desta durante o ano de 2007.

2. Actividades desenvolvidas

Para além de acções de representação ou participação em iniciativas promovidas por outras instituições, associações, colectividões e organizações cívicas e culturais, as actividades concretas mais significativas levadas a efeito em 2007 pela Delegação foram as seguintes:

- Colóquio sobre o «16 de Março de 1974»

A Delegação de Coimbra da A25A e Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra organizaram nesta cidade, no dia 16 de Março de 2007, um debate público sobre a revolta de 16 de Março de 1974, também conhecida por «revolta das Caldas da Rainha».

Participaram na discussão, como convidados, dez dos seus protagonistas ou intervenientes indirectos, além de outros presentes na assistência. O debate foi coordenado pela Dra. Manuela Cruzzeiro, investigadora do Centro de Documentação 25 de Abril, e pelo Presidente da Direcção da Delegação do Centro.

Na conferência de encerramento participaram o historiador Aniceto Afonso e o Presidente da Direcção da A25A, Vasco Correia Lourenço.

- Comemoração do 33.º aniversário do 25 de Abril
No dia 27 de Abril, com o apoio de diversas entidades, a delegação levou a efeito um conjunto de iniciativas assinalando o 33.º aniversário do 25 de Abril, designadamente:

- Colóquio: "Do «Império» às Comunidades – O Estado Novo, o colonialismo, a guerra colonial e o colapso do regime; o cessar-fogo em África, a construção do Estado pós-colonial nos PALOP e os desafios da CPLP; o 25 de Abril e o futuro".

Foi realizado na Casa Municipal de Cultura de Coimbra, com o apoio do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Coimbra e participação de um painel diversificado de conferencistas, incluindo historiadores, diplomata, jovens investigadores, militares de Abril e combatentes da guerra colonial, representante do Movimento Popular de Libertação de Angola (com o apoio da Embaixada de Angola). As comunicações foram gravadas pelo Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, para constituir material de arquivo à disposição dos investigadores interessados. Presidiu à mesa de encerramento do colóquio o Presidente da Direcção da A25A, Vasco Lourenço.

- Jantar de convívio, no Restaurante Universitário da Sereia.

- Exposição "Cronologia da Revolução", na delegação do Instituto Português da Juventude, com o apoio do Centro de Documentação 25 de Abril e do Instituto Português da Juventude.

ANO DE 2007

Relatório anual da direcção

– Espectáculo musical comemorativo do 25 de Abril e de homenagem a Zeca Afonso, com a participação do Grupo de Instrumentos de Sopro de Coimbra e do Grupo de Fados "Cancioneiro de Coimbra", e o apoio do INATEL/Delegação de Coimbra.

– O anterior presidente da Direcção da Delegação representou a A25A na sessão solene comemorativa do 25 de Abril, promovida pela Câmara Municipal da Figueira da Foz.

– Apresentação e lançamento em Coimbra do livro "Quatro Estações em Abril", do sócio Gertrudes da Silva

No dia 14 de Junho, a Delegação do Centro promoveu, na Casa Municipal de Cultura de Coimbra, com o apoio do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Coimbra, do autor e da Palimage Editores, Viseu, a apresentação e debate da obra do sócio Diamantino Gertrudes da Silva, "Quatro Estações em Abril". Seguiu-se um jantar de convívio.

– Comemoração do 25.º Aniversário da Associação 25 de Abril

Assinalando a passagem do 25.º aniversário da criação da Associação 25 de Abril, a Delegação do Centro organizou em Coimbra, no dia 23 de Outubro, um jantar de confraternização e debate, aberto aos seus associados e aos cidadãos identificados com o espírito libertador do 25 de Abril. Durante o jantar foi promovido um debate de reflexão, de avaliação e prospectiva, sobre a Associação 25 de Abril e o seu contributo para a

democracia, sobre o tema geral "Retomar Abril". Estiveram presentes os anteriores presidentes dos órgãos sociais da delegação, bem como o presidente da Direcção da A25A, Vasco Lourenço, que encerrou o debate.

– Acções de sensibilização junto de escolas

Elementos dos corpos sociais da delegação e outros sócios da zona de acção da delegação participaram em sessões de sensibilização sobre o 25 de Abril junto de escolas secundárias e colectividades, a pedido dos respectivos órgãos directivos.

– Sessão no Rotary Club de Coimbra

A convite da direcção do Rotary Club de Coimbra, o Presidente da Direcção da Delegação do Centro participou, no dia 29 de Novembro, numa sessão promovida pelo Rotary Club de Coimbra, para falar sobre a Associação 25 de Abril, a sua história, os seus objectivos, estatutos, actividades, problemas actuais e desafios para o seu futuro.

Finda a comunicação, seguiu-se um debate bastante participado, sobre a associação, o movimento do 25 de Abril e o processo revolucionário.

– Apresentação e lançamento em Coimbra do livro "Milicianos", de Rui Neves da Silva

A Delegação do Centro, em parceria com o Rotary Club de Coimbra, promoveu, no dia 6 de Dezembro, a apresentação e debate do romance de Rui Neves da Silva, "Milicianos – Os Peões das Nicias". A apresentação da obra esteve a cargo do Presidente da Direcção da Delegação, Augusto Monteiro Valente.

– Adesão ao Conselho da Cidade de Coimbra

Na sequência de deliberação da Assembleia da Delegação de 20 de Janeiro de 2007 e após aprovação pela Direcção da A25A em 27 de Fevereiro seguinte, com vista a aprofundar a ligação e articulação com outras associações cívicas e culturais da sua zona de acção, a Delegação do Centro passou a integrar o Conselho da Cidade de Coimbra, participando nas actividades promovidas por esta estrutura inter-associativa, fomentadora da democracia participativa dos cidadãos como forma de expressão democrática.

– Intercâmbio com outras associações, colectividades e organismos democráticos

A direcção da delegação incrementou a ligação com outras associações, colectividades e organizações democráticas de cidadãos, desenvolvendo contactos com vista à celebração posterior de protocolos de colaboração recíproca, nomeadamente com o Sindicato dos Professores da Região Centro, o Ateneu de Coimbra e a recém-criada associação "ALTERNATIVA – Associação Cultural para o Desenvolvimento Humano", com sede em Coimbra.

(Aprovado na Assembleia da Delegação realizada em 28 de Janeiro de 2008)

Coimbra, 28 de Janeiro de 2008

Direcção ■

Parecer do Conselho Fiscal (Exercício de 2007)

Actividade da A25A

Consideramos que é justo salientar os seguintes aspectos:

– Actividade cultural desenvolvida, visitas de grupos a países estrangeiros, comemorações do 25 de Abril e dos 25 anos da A25A.

– Divulgação da Associação: através do seu site (mais de 350.000 visitas), blogue Avenida da Liberdade, idas de militares de Abril às escolas.

– Site da Guerra Colonial e concurso "Como se Viviam em Portugal no tempo da Guerra Colonial"

– Continuação dos cursos para professores de História, cujo sucesso é de sublinhar.

Analisadas e apreciadas o Relatório e Contas é nosso parecer que:

– As peças contabilísticas apresentadas reflectem a situação económico-financeira da Associação e resultam da rigorosa aplicação dos princípios contabilísticos;

– As despesas apresentadas têm suporte documental adequado;

– Este ano apresentou um resultado positivo, o que significa uma melhoria muito significativa relativamente aos últimos cinco exercícios;

– Foram os subsídios às actividades: site da Guerra Colonial e Curso de História, bem como os donativos que muito contribuíram para a melhoria dos resultados;

– É também de assinalar a melhoria das rendas no que se refere ao funcionamento do restaurante;

– O valor das quotas aproxima-se dos custos administrativos;

– A situação da Tesouraria é boa, a adequada gestão dos excedentes permitiu um aumento dos "Proveitos Financeiros";

Continuou a melhoria que se vinha verificando nos processos de gestão e controlo, pela primeira vez foram incluídas as quotas dos sócios colectivos e as actividades das Delegações.

Mereceu aprovação o Relatório e as Contas relativos ao exercício de 2007, bem como a Proposta de Aplicação dos Resultados.

O Conselho Fiscal tendo em consideração o trabalho realizado e os resultados obtidos pela Direcção e por todos os que trabalharam em prol da Associação, propõe um voto de louvor à Direcção. ■

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
EXERCÍCIO DE 2007						
DESCRIÇÃO	CUSTOS E PERDAS			DESCRIÇÃO	PROVEITOS E GANHOS	
	2007	2006			2007	2006
- CUSTO DOS BENS VENDIDOS	11.653,07	5.302,33		- VENDAS		
- FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	134.593,31	116.488,35		Vendas de Bens	17.350,34	6.584,58
- IMPOSTOS	48,86			Prestações de serviços	17.350,34	6.584,58
- CUSTOS COM O PESSOAL				- PROVEITOS ASSOCIATIVOS		
Premunerações	27.558,50	26.813,32		Contribuições de sócios (ind. e coletivos)	86.749,40	116.388,90
Segurança Social	5.376,07	5.207,21		Contribuições de apolistas	5.001,58	14.224,97
Subsídio Alimentação	5.600,85	4.169,05		Outros proveitos associativos	3,84	93.754,82
Seguro de acíd. de trabalho e outros custos	1.073,84	304,17		- PROVEITOS SUPLEMENTARES		
- OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	2.205,87	1.876,08		Rendas e alugueiros	23.100,00	14.850,00
- AMORTIZAÇÕES				Outros proveitos suplementares	615,00	23.715,00
De imobilizações corpóreas	77.611,41	63.358,08		- COMPART. E SUBS. AS ATIVIDADES		
- PROVEITOS DO EXERCÍCIO				Do Estado e outras Entidades Oficiais	71.127,16	31.513,90
Para cobranças duvidosas	0,00	69.243,94		De outras Entidades	58.801,48	18.494,45
- CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	501,07	337,51		- OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS		
- CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS				Outros proveitos operacionais		4,50
Correções a exercícios anteriores	1.478,36	623,10		- PROVEITOS FINANCEIROS		
Outros custos e perdas extraordinários	23.189,38	63.491,99		Juros de depósitos bancários	7.931,29	2.904,85
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28.292,62	360.947,24		Outros proveitos financeiros	52,74	50,20
TOTAL	319.235,71	360.947,24		- PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS		
RESUMO				Correções a exercícios anteriores	538,38	
Resultados operacionais	-1.020,80	-9.716,63		Outros prov. e ganhos extraordinários	45.960,00	134.801,47
Resultados financeiros	7.482,94	2.817,24				
Resultados correntes	6.462,16	-68.026,49				
Resultados extraordinários	21.830,46	61.796,62				
Resultados líquidos	28.292,62	360.947,24		TOTAL	319.235,71	360.947,24



AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

DESCRIÇÃO	2007					
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES DO ANTECEDENTE	%	AMORTIZAÇÕES DO ANO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO
Imobilizações Corpóreas						
Edifício - nova sede	1.963.286,15	234.339,58	2,00	39.266,00	273.605,58	1.689.680,57
Equipamento básico	6.361,15	2.285,54	10,00	636,12	2.921,66	3.439,49
Equipamento administrativo	159.523,15	92.577,17	10,00	15.952,32	108.529,49	50.993,66
Património associativo	4.576,20				0,00	4.576,20
Obras de arte	69.571,13				0,00	69.571,13
Biblioteca	140,90				0,00	140,90
Outras imob.corpóreas não especific.	84.220,08	62.753,26	10,00	8.422,00	71.175,26	13.044,82
	2.287.678,76	391.955,55		64.276,44	456.231,99	1.831.446,77
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas de invest.e desenvolv.	40.004,90		33,33	13.334,97	13.334,97	26.669,93
	40.004,90			13.334,97	13.334,97	26.669,93
TOTAL	2.327.683,66	391.955,55		77.611,41	469.566,96	1.858.116,70



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR ACTIVIDADES

EXERCÍCIO DE 2007

QUOTIZAÇÕES	2007		2006	
Quotizações vencidas	93.750,98		130.611,87	
Provisão p/ quotas de cobrança duvidosa	0,00	93.750,98	-69.243,94	61.367,93
CUSTOS DE ADMINISTRAÇÃO				
Da sede	-79.216,85		-60.479,16	
Das Delegações	-11.656,57	-90.873,42	-7.756,22	-68.235,38
Margem		2.877,56		-6.867,45
REFERENCIAL				
Margem (c/ Referencial)		-18.012,39		-17.994,93
		-15.134,83		-24.862,38
FÓRUM		970,05		-3.335,76
LOJAS		5.563,91		1.160,38
SALA DE JOGOS		1.134,26		1.516,85
RESTAURANTE E BAR		-219,51		3.561,75
COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL		394,14		16.182,18
CONGRESSO DA DEMOCRACIA		0,00		-158,00
OUTRAS ACTIVIDADES RECREATIVAS E CULTURAIS		3.777,80		1.668,45
POS_CONHECIMENTO		0,00		-92,24
SITE GUERRA COLONIAL		45.441,93		-23.000,00
CURSO DE HISTÓRIA		27.367,51		
BLOG_AVENIDALIBERDADE		-1.655,07		
OUTRAS ACTIVIDADES		8.950,42		
RESULTADOS OPERACIONAIS (S/ AMORT.)		76.590,61		-27.358,77
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		-77.611,41		-63.358,06
PROVISÕES PARA DEVEDORES DIVERSOS				
RESULTADOS OPERACIONAIS		-1.020,80		-90.716,83
RESULTADOS FINANCEIROS		7.482,96		2.617,34
RESULTADOS CORRENTES		6.462,16		-88.099,49
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		21.830,46		61.799,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		28.292,62		-26.299,87

Convites feitos à A25A

Círculo de Leitores e Temas e Debates, lançamento do livro «Diário da Guiné - 1968-1969 - na terra dos Soncó», de Mário Beja Santos, 06-03-2008; Bertrand Editora, lançamento da nova edição de Aquilino Ribeiro «Um escritor confessa-se», 15-02-2008, Teatro Municipal de Almada, inauguração da instalação vídeo de Graça Sarsfiel, intitulada «10'06», 26-03-2008; estreia da peça «Tia Vânia», 28-03-2008; estreia da peça «Variações à beira de um lago», 28-02-2008; estreia do espectáculo «O Marinheiro», 17-04-2008; Fundação Mário Soares e Grádiva, apresentação da nova obra «A cultura Integral do Individuo - conferências e outros escritos» de Bento de Jesus Caraça, 24-04-2008; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o Museu do Neo-Realismo, exposição antológica de artes plásticas «Júlio Pomar e a experiência neo-realista», 19-04-2008, inauguração da exposição «The return of the Real», 12-04-2008; Câmara Municipal de Almada, apresentação do Festival de Almada 2008 em exposição de João Vieira, 20-06-2008; Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, sessão solene do 84.º Aniversário, 31-05-2008; Temas e Debates lançamento do livro «Mário Soares e a democracia Portuguesa Vistos da Rússia» 11-03-2008; Irmandade da Misericórdia de São Roque, participar na «Procissão do Senhor dos Passos - do Bairro Alto a São Roque», 09-03-2008; Editorial Caminho e a RTP Ámorea e a Byblos Livraria/Ámoreiras, lançamento do livro «Venenos de Deus Remédios do Diabo» de Mia Couto, 24-06-2008; Fundação Mário Soares, inauguração exposição de desenho Ocidente/Oriente de José Saramago, 18-06-2008; A Direcção do Círculo de Cultura Teatral/Teatro Experimental do Porto, sessão de homenagem a Ângelo de Sousa, Armando Alves, Jorge Pinheiro, José Rodrigues e Jaime

Isidro, 18-06-2008; presidente do Conselho de Administração da Fundação EDP, inauguração da exposição «Era na Velha casa» de André Gomes, 11-03-2008; Galeria 9arte, inauguração da exposição de pintura «Sobre paisagem» de Diogo Navarro, 13-03-2008, inauguração da exposição de fotografia «Cortina dos dias» de Alfredo Cunha, 12-02-2008; inauguração de exposição de desenho de Teresa Dias Coelho, 10-04-2008; Bertrand Editora, lançamento de «O carrossel de Lúciifer» de Victor Eustáquio, 07-02-2008; Esfera dos Livros, apresentação do livro «Massacre em África» de Felícia Cabrita, 21-02-2008, apresentação do livro «Cecília Supico Pinto, o rosto do Movimento Nacional Feminino» de Sílvia Espírito Santo, 12-02-2008, apresentação do livro «Jesus de Nazaré» de Joseph Ratzinger - Bento XVI, 14-01-2008, apresentação do livro «Os retornados, um amor que nunca se esquece» de Júlio Magalhães, 06-03-2008, apresentação do livro «Marechal Costa Gomes no centro da tempestade» de Luís Nuno Rodrigues, 18-04-2008, apresentação do livro «Das trincheiras, com saudades» de Isabel Pestana Marques, 08-04-2008, apresentação do livro «Cozinha para quem não tem tempo» de Mafalda Pinto leite, 10-05-2008, apresentação do livro «O Cozinheiro do Rei D. João VI» de Hélio Loureiro, 13-05-2008, apresentação do livro «Viver o sexo com prazer» de Marta Crawford, 11-03-2008; CGTP-IN, sessão de abertura do 11.º congresso, 15-02-2008; presidente da Fundação Instituto de Estudos Políticos e Sociais e o presidente da Fundação Mário Soares, apresentação da revista CRITERIOS; 25-01-2008; Tintada-China, lançamento do livro «Lisboa Revolucionária - Roteiro dos Confrontos armados do Sec. XX, de Fernando Rosas, 30-11-2008; A Barraca estreia do espectáculo «Antígona» de Sófocles, 2-02-2008; presidente da Assembleia-geral da Associação de Ofi-

ciais das Forças Armadas, tomada de posse dos novos órgãos sociais da AOFA, 17-01-2008; presidente da Fundação Mário Soares, seminário «Os desafios do desenvolvimento e as dinâmicas sociais e o sindicalismo», 11-01-2008; Galeria de Arte do casino Estoril, inauguração da exposição de Nélito Saltaço, 19-01-2008; Conselho de Curadores de Fundação Cuidar O Futuro, apresentação pública do projecto «Memória na Internet de Maria de Lourdes Pintasilgo» 23-01-2008; Editorial Caminho e a Livraria Byblos, apresentação do livro «Ritos de Passagem» de Paula Tavares com figuração de José Luandino Vieira, 20-02-2008, lançamento do livro «Avódeznovo e o segredo do soviético» de Ondjaki, 29-05-2008; Comando da Polícia de Setúbal e o presidente da Câmara de Almada, concerto da Banda Sinfónica da PSP, 29-02-2008; Esfera dos Livros e Casino Estoril, apresentação do livro «Os Senhores do Futebol - nos bastidores do desporto rei» de Paulo Catarro, 03-03-2008; Direcção da Associação da Imprensa Estrangeira em Portugal/administração do Casino Estoril, cerimónia do Prémio Personalidade do Ano, 27-02-2008; Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos e o presidente da Federação de Ginástica de Portugal e a presidente da FPTDA, II Sarau de Gala da Ginástica, 09-02-2008; Associação de Praças da Armada, jantar comemorativo do 8.º aniversário, 05-03-2008; presidente e reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, sessão solene do Dia da Universidade, 15-03-2008; Reitor da Universidade de Lisboa, inauguração da exposição Internacional de Medalha Contemporânea, 11-03-2008; Município do Bombarral e a Junta de Freguesia do Bombarral, inauguração da exposição «As portas que Abril abriu», 18-04-2008; Reitoria e Administração da Universidade Lusófona, cerimónia de Doutoramento Honoris causa de Gilberto Passos

Gil Moreira; 16-04-2008; Reitoria da Universidade de Lisboa, exposição de gravuras de Carla Cerejo, 10-04-2008, inauguração da exposição «Portas Abertas» pintura de António Sobral, 04-06-2008; presidente da Câmara Municipal da Amadora, inauguração da exposição «Um sabor de desenho» homenagem a João Abel Manta, 10-04-2008, inauguração da exposição «Como se desenham os sonhos», homenagem a José Ruy, 08-05-2008; Galeria de Arte Galveias, exposição de pintura de Alfredo Luz, 08-03-2008; Os Poetas Almadaenses e a Câmara Municipal de Almada, lançamento do livro «Saci das Aves», de Fernando Fitas, 04-04-2008; presidente da Câmara Municipal de Gaia, estreia do espectáculo do TEP «Eclipse Totais», 08-03-2008; Director-geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular, lançamento do livro «Guião de Educação para a Cidadania em contexto escolar... boas práticas» de Rosa Afonso, 23-04-2008; Liga de Combatentes, inauguração de exposição colectiva de pintura, 19-05-2008, Homenagem Nacional aos Cidadãos condecorados com a ordem da Torre e Espada, 13-05-2008, lançamento do livro «Memórias de um Ferreiro» de Lourenço Chaves de Almeida, 18-03-2008; Edições Afrontamento, sessão de apresentação do livro «Memórias do cidadão José Dias» 19-05-2008; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, inauguração da exposição bibliográfica Baptista-Bastos - prosador do Mundo, 10-05-2008; Administração do Estoril Sol e galeria de Arte do Casino Estoril, inauguração da exposição «30+6 premiados do Salão Primavera», 10-05-2008; presidente da Assembleia da República, a Fundação Humberto Delgado e a Esfera dos Livros, lançamento do livro «Humberto Delgado - biografia do general sem medo» de Frederico Delgado Rosa, 07-

(continua na página 62)

Debate sobre o Tratado de Lisboa

A ASSOCIAÇÃO 25 de Abril, em parceria com a Representação da Comissão Europeia em Portugal e com o Grupo de Estudos Europeus do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, organizou no dia 8 de Maio de 2008, um debate sobre o Tratado da União Europeia assinado em Lisboa.

O secretário de Estado Dr. Manuel Lobo Antunes, o Prof. Doutor José Manuel Parez e o Prof. Doutor João Ferreira do Amaral apresentaram de forma muito clara os seus pontos de vista de crítica e defesa do Tratado.

O Tratado de Lisboa que introduz profundas alterações na estrutura e funcionamento das actuais Instituições Europeias atribui personalidade jurídica à União Europeia, extingue a actual Comunidade Europeia, cujas funções e competências se integram na União.

Entre outras alterações salienta-se a criação dos cargos de Presidente do Conselho Europeu, eleito pelo Conselho para um mandato de 2 anos e meio renovável e de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros que será por inerência Vice-Presidente da Comissão e que presidirá ao Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros.

Objecto de discussão foram entre outros aspectos, a redução do número de Comissários, a alteração do método de decisão no Conselho, o fim das presidências rotativas, a redução da influência dos pequenos e médios Estados.

Foi criticada por alguns a não realização de referendo para aprovação do Tratado e o modelo neo liberal que entendem estar implícito no mesmo. Por outro lado, foi salientada a maior possibilidade de intervenção da União Europeia na política externa a nível mundial, a simplificação e a maior operacionalidade das instituições e o reconhecimento de força jurídica à Carta dos Direitos Fundamentais.

O Tratado atribui competência exclusiva em vários domínios à União Europeia por exemplo quanto ao estabelecimento das regras de concorrência necessárias ao funcionamento do mercado interno e à conservação dos recursos biológicos do mar no âmbito da política comum de pescas, à União Aduaneira, à política monetária para os Estados-Membros cuja moeda seja o Euro.

Prevê, também, competências partilhadas em áreas, tais como, política social, coesão, agricultura e pescas, ambiente, defesa dos consumidores, transportes, energia, espaço de justiça e liberdade e confere aos Parlamntos nacionais a possibilidade de intervenção em defesa do princípio da subsidiariedade. Ao organizar este debate que foi muito vivo e participativo e no qual não foram tiradas conclusões, a Associação 25 de Abril pretendeu, embora modestamente, contribuir para que um acto político tão relevante e de tão profundas consequências para Portugal não passe despercebido na sociedade portuguesa. A sessão foi moderada por Manuel Malheiros. ■

Assembleia no Norte

COM UM NÚMERO de presenças muito reduzido, o que se lamenta, teve lugar nas instalações da sede da Delegação do Norte, em 15 de Março, a Assembleia Regional Ordinária.

Após a aprovação por unanimidade do Relatório, seguida da apresentação das Contas, passou-se para um período de reflexão bem vivo sobre a conjuntura actual do país e seus reflexos na vida da nossa Associação. Sobre este ponto, bem como das conclusões tiradas, concluiu-se que a Direcção da Delegação deveria fazer chegar ao conhecimento da Direcção Nacional, uma informação sobre as preocupações dos presentes, que deveriam servir de base às intervenções para o exterior nos próximos tempos. Tal diligência já foi efectuada. ■

Reunião em Coimbra

EM CONFORMIDADE COM o Regulamento das Delegações, a Assembleia da Delegação do Centro da Associação 25 de Abril reuniu em Coimbra, na Casa Municipal de Cultura, no passado dia 28 de Janeiro de 2008. Foram aprovados o Relatório de Actividades de 2007, bem como o Plano de Actividades para o ano de 2008, o qual pode ser consultado no "site" da A25A. ■

Na morte de Gusmão Nogueira

O DOUTOR GUSMÃO NOGUEIRA faleceu em Fevereiro, no Hospital Militar de Belém.

Gusmão Nogueira foi um distinto militar de Abril e dedicado consultor jurídico e advogado da Associação 25 de Abril.

A Direcção da Associação 25 de Abril lamenta não lhe ter sido possível evocar nesta edição de *O Referencial* o falecimento de Gusmão Nogueira, que foi também sócio-fundador da A25A.

A Direcção da A25A apresenta condolências à família enlutada, especialmente à viúva, e curva-se respeitosamente perante a memória de Gusmão Nogueira, que deverá evocar condignamente na próxima edição de *O Referencial*. ■

Evocação do movimento de 28 de Janeiro de 1908

A DELEGAÇÃO DO CENTRO promoveu, na Casa Municipal de Cultura de Coimbra, uma evocação do movimento revolucionário de 28 de Janeiro de 1908.

Como se recorda tal movimento representaria a última tentativa fracassada de implantar a República antes do 5 de Outubro de 1910.

A sessão evocativa da efeméride decorreu no passado dia 28 de Janeiro e teve como conferencista convidada a Dra. Noémia Novais, licenciada em História e mestre em História Contemporânea que actualmente está a preparar a sua tese de doutoramento em Ciências da Comunicação.

Na ocasião, a Dra. Noémia Novais dissertou com grande rigor e fundamentação histórica, sobre os antecedentes do movimento e as suas consequências.

A oradora teve oportunidade para explicar detalhadamente como a repressão violenta que o ditador João Franco, com o apoio do rei D. Carlos, pretendia exercer sobre os revoltosos.

E explicou que, entre os objectivos de João Franco estava prevista, nomeadamente, a deportação dos revoltosos para umas das províncias ultramarinas.

Tal decisão, como referiu, caberia então, a exclusiva decisão do órgão executivo - o Governo - sem que previamente os actos dos acusados fosse averiguados por competente órgão judicial e objecto de aquada decisão de um tribunal.

A repressão de Franco, recordou ainda a oradora conduziria ao desfecho trágico do regicídio, a 1 de Fevereiro de 1908. ■

Convites feitos à A25A

(continuado da página 60)

-05-2008; Círculo de Leitores e a Temas e Debates, lançamento do livro «Fidel» de José Fernandes Fafe, 20-05-2008; Câmara Municipal de Odivelas, conferência «Geminções e Cooperação Mundial – das experiências actuais ao debate sobre o futuro» 21-05-2008; Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa e Fundação Humberto Delgado, colóquio Humberto Delgado, 50 anos depois: História e Memória, 20-05-2008; Sociedade Costalpis e Câmara Municipal de Almada, inauguração do jardim Urbano, 01-06-2008; Galeria de Arte do Casino Estoril; inauguração da exposição «Cursos e percursos II», 08-03-2008; Temas e Debates, lançamento do livro «Mario Soares e a democracia Portuguesa – Vistos da Rússia» de Sergei Yastrzhembskiy, 11-03-2008, presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e o presidente da Liga dos Combatentes, abertura da 21.ª reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, 07-04-2008; Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, jornadas da Defesa Nacional 2008, 26-03-2008, conferência «Cultura e

Economia», 22-04-2008; presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes, comemoração «Dia do Combatente – 90.º Aniversário da Batalha de La Lys», 05-04-2008, Fundação Mário Soares e a Gradiva, apresentação da obra «A Cultura Integral do indivíduo – Conferência e outros Escritos de Bento de Jesus Caraça», 14-04-2008; Guerra e Paz editores e Guarda Nacional Republicana, apresentação do livro «Para além do portão» de Nuno Andrade, 22-04-2008; Fundação Mário Soares, exposição «Cartazes Maio 68», 22-04-2008; Comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, inauguração da exposição «O Carmo, a GNR e o 25 de Abril» 24-04-2008; Grémio Lusitano, lançamento da obra «A Maçonaria Portuguesa e os Aço- res 1972-1935», 13-03-2008; Gabinete para os Meios de Comunicação Social e Livros Horizonte, lançamento do livro «Aos Olhos do Mundo» de Ana Luísa Rodrigues, 13-03-2008, presidente da Assembleia da República, Sessão Solene Comemorativa do 34.º Aniversário do 25 de Abril, 25-04-2008, Edições Afrontamento, apresentação do livro «Lendo Angola», 20-05-2008; presidente da Câmara Municipal

de Almada e o director do Teatro Municipal de Almada, estreia da peça «Que farei com este livro?», em homenagem ao escritor José Saramago; 02-06-2008; Instituto Português da Juventude, concerto dedicado à Fundação Amadeu Dias, 25-05-2008; Associação Nacional de Sargentos, «Comemoração do 31 de Janeiro de 1891 – Dia Nacional do Sargento», 26-01-2008; Fundação Mário Soares, Seminário «Os desafios do desenvolvimento – as dinâmicas sociais e o sindicalismo», 11-01-2008; reitor da Universidade Autónoma de Lisboa e presidente da Cooperativa de Ensino Universitário, «JANUS 2008» Portugal no Mundo, 09-01-2008; Clube do Sargento da Armada, Sessão Comemorativa do 33.º Aniversário do CSA», 22-02-2008; Círculo das Letras, Apresentação do livro «Sol Nascente – da cultura republicana e anarquista ao neo-realismo», 28-02-2008; Fórum Educação para a Cidadania, Sessão plenária de apresentação do documento «Objectivos Estratégicos e Recomendações para um plano de acção de educação e de formação para a cidadania», 03-06-2008; Fundação Frederich Ebert, Conferência Internacional «Os desafios da Engenharia Genéti-

ca», 11-06-2008; Associação Académica da Amadora, convite para 58.º Sarau de Encerramento, 30-05-2008, Fundação Mário Soares e o Centro de Investigação Media Jornalismo, seminário Luso-brasileiro «Censura, Ditadura e democracia», 8-05-2008; Gabinete de Imprensa e de Comunicação da Embaixada da Grécia e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, visionamento do filme «O Rei» de Nikos Grammatikós, 7-05-2008; CIVIS, Conferência/debate – União europeia que caminhos, 9-05-2008; Movimento Democrático das Mulheres, inauguração de exposição «40 anos-MDM», 07-05-2008; Editora Sete Caminhos e a Livraria Bertrand, apresentação do livro «Três informadores da PIDE» de António Brotas, 16-04-2008; Henrique Tigo, inauguração da exposição de pintura, «500 anos do Funchal» 13-03-2008, Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra, IX Aniversário, 30-03-2008; União de Resistentes Antifascistas Portuguesas e o Grupo Parlamentar de Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu, Encontro Internacional «A Democracia ante o branqueamento e a reabilitação do fascismo», 21-06-2008. ■

Ofertas feitas à A25A

Livros: «Talhais – Memórias duma aldeia medieval transmontana», «O Clamor dos campos» e «Histórias Maravilhosas da Terra Quente» de João de deus Rodrigues, oferta do autor; «Três informadores da PIDE» de António Brotas, oferta do autor; «O paraíso no fim do mundo?», de Luís Marques, oferta do Município de Odivelas; «Para além do portão – A GNR e o Carmo na Revolução de Abril» de Nuno Andrade, oferta do autor; «Canto de Intervenção 1960 – 1974» de Eduardo Raposo, oferta do autor; «Marechal Costa Gomes no centro da tempestade»

de Luis Nuno Rodrigues, oferta da Editora Esfera dos Livros; «Edificações militares – um percurso», «O escudo do reino – A fortaleza de São Julião da Barra», oferta do Secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional; «Guide du Paris Rebelle» oferta de Association de la Memoire Sociale; «25 olhares de Abril» de Carlos Garrido (coordenação) e prefácio de Maria Barroso, «As paredes tem ouvidos – Sonno elefante» de Giorgio Fratini; «A coragem do General sem medo – Humberto Delgado» de José Jorge Letria, oferta da

Editora Campo das Letras; «Batalha pelo conteúdo – exposição documental», oferta do Museu Neo-Realista Português; «Se bem me lembro» de Némésio – Bodes de Prata do 25 de Abril no Concelho, oferta da Câmara Municipal de Penacova.

Medalhas: General Ramalho Eanes – 1976, oferta de Joaquim Rui Lourenço Farinha; Escola Secundária Manuel Fernandes – Abrantes Diversos: Memorial ao Poder Local Democrático, oferta da Câmara Municipal de Almada; 5 CDs de poesia oferta de Alfredo Dias. ■

Associados falecidos

No período a que se refere a publicação da edição número 90 de *O Referencial*, a direcção da Associação 25 de Abril regista com pesar o falecimento dos seguintes associados:

António Mário Leitão Pinheiro Gusmão Nogueira (sócio fundador); e Francisco Gomes Patrício (apoiante).

Às famílias enlutadas, apresentamos sentidas condolências. ■

Vamos aprender Bridge! (77)

LUÍS GALVÃO

ATÉ AGORA apresentamos tipos de squeezes ditos DIRECTOS (SIMPLES, DUPLOS e EM TRUNFO) caracterizados, todos eles, por obedecerem a regras rígidas quer no TIMING quer na necessidade de considerar o AJUSTE que preparasse a situação em que o carteador dispusesse de "todas as vassas menos uma", quer de "apertar" o flanco ao bater a SQUEEZANTE o que iria permitir, ao carteador, a obtenção de todas as vassas em presença. Todas estas premissas eram obrigatórias na execução desses golpes.

Vamos agora debruçarmo-nos sobre um tipo de SQUEEZE que foge à tipologia sistémica das posições já referidas e que, como veremos, se refere ao TIMING e à necessidade de AJUSTE.

Trata-se do STRIP SQUEEZE o qual apresenta como curiosidade o facto de, após batido a SQUEEZANTE, o ADV ainda ter oportunidade de fazer uma vassa, ao contrário do que acontece nos DIRECTOS e que, por tal facto, em português poderia ser denominado como SQUEEZE DE PÔR EM MÃO.

1 - O CARTEIO

1.4 - O SQUEEZE

1.4.4 - O STRIP SQUEEZE

No inítrito deste artigo foi feita a apresentação comparativa deste SQUEEZE e referida a sua característica personalzada que se identifica com o facto de o ADV, após ser squeezeado, ter direito a fazer uma vassa, o que foge ao modelo que vinha sendo defendido até ser conhecido o STRIP.

A mecânica funcional deste golpe é facilmente compreendida pela análise do diagrama:



Olhando para este exemplo facilmente se conclui que, das 4 cartas finais, o carteador dispõe de 2 vassas ganhantes (o A♦ e a D♥) e de 2 perdedores (um ♦ e uma ♠).

Se em vez de chegar à posição final (entenda-se à posição de bater a squeezeante) com 4 cartas e pudesse ter anteriormente deixado os ADV fazerem o R♠ (nada mais do que ter feito o indispensável AJUSTE nos SQUEEZES DIRECTOS), o carteador teria montado um SQUEEZE SIMPLES POSICIONAL, sobre o flanco esquerdo o que podemos apresentar com o diagrama:



É óbvio que ao ser batida a D♥ (squeezeante) W ficava tão "apertado" que teria que baldar ou a D♠, promovendo o V♠, ou a D♦ o que tornava ganhantes as duas vassas de ♦ do N (AMEAÇA COMUNICANTE).

Por uma outra razão o carteador não pôde fazer o AJUSTE, pelo que chegou à posição final de 4 cartas que consideramos anteriormente.

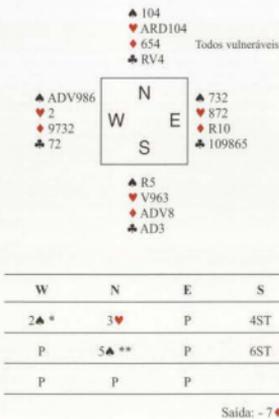
Mas, mesmo com essa condicionante, vejamos o que acontece quando for batida a D♥. Com essa jogada W opta por baldar a D♦ ou a D♠.

Como se baldar a D♦ apura, automaticamente, as 2 cartas de ♦ de N (A e 7♦) opta por baldar a D♠, apesar de nada ganhar com a alternativa. Ao fazê-lo basta que o carteador balde o, agora desnecessário, 7♦ de N e jogue o 8♠ que, obrigatoriamente, será coberto pelo R♦ de W, resultando, desta jogada, o aprumado do V♠ do morto e a obtenção de 3 vassas ganhantes em vez das 2 que inicialmente identificáramos.

Perante a situação temos que concluir que, nesta posição, apesar de o carteador poder ganhar todas as vassas presentes, o squeeze funciona.

É pois neste campo que o STRIP SQUEEZE exerce a sua acção, apesar do ADV ter direito a uma vassa após ser batida a squeezeante.

Discutido esquematicamente o funcionamento do STRIP vejamos como, numa mão completa, pode ser identificado e executado.



* 6 cartas e 6/10PDH

** 2 controles (A e R♥) + D♥

S, apesar do magnífico apoio a ♥, decidiu marcar o pequeno chelem em ST na tentativa de proteger o R♠ o qual, se o contrato fosse marcado em ♥, ficaria em evidente "corrente de ar" perante a, mais que provável, saída de E a ♠.

A saída de W a 7♦ obedeceu aos cânones mais eficazes sobre saídas por procurar fazê-lo da forma mais neutra possível e por optar por uma 2.ª carta do naipe o que transmitia ao parceiro que saíra a um naipe sem interesse.

Analisada a carta de saída o carteador contabilizou, de imediato, 11 vassas por colocar o R♦ à sua direita.

5 a ♥
3 a ♦
3 a ♣
11 vassas

Não tendo W colaborado com uma saída a ♠, o que lhe teria dado a 12.ª vassa, o carteador considerou que o chelem iria depender da distribuição 3/3 dos ♦ não vislumbrando, a priori, qualquer outra forma de cumprir o contrato.

Feito este raciocínio mandou jogar o 4♦ do morto, tendo E apresentado o R♦ que foi, naturalmente, coberto pelo A♦ de S. Continuou, na 2.ª vassa, com a D♦ sobre a qual W jogou o 2♦ e E o 10.

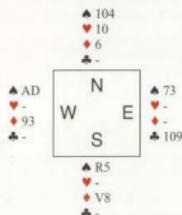
A "leitura" destas cartas levou o carteador a concluir (desconfiar?) que o naipe de ♥ deveria encontrar-se distribuído 4/2, o que era indicado pelo clássico utilizado por W, quer na carta de saída quer na sinalização posterior mostrada com a apresentação do 2♥ na segunda vassa e, ainda, pela aparição de 10♦ de E nessa vassa.

Feita esta correcta leitura o carteador abandonou a eventual probabilidade da distribuição 3/3 dos ♦ e encorrou a hipótese da 12.ª vassa poder ser conseguida por outra forma.

A análise das cartas existentes na sua linha conjugada com a informação que obtivera sobre a desfavorável distribuição dos ♥ levou-o a concluir que só um eventual squeeze poderia produzir o "milagre da multiplicação" para a obtenção da vassa que lhe faltava.

Chegado a esta evidência a única questão que agora restava prendia-se com a escolha do tipo de squeeze. Uma certeza tinha desde já como adquirida: o AJUSTE não podia ser feito, pois se desse a mão ao ADV o cabide era uma consequência imediata com a jogada evidente do A♣ e, mesmo assim, teria que dar a mão a W, pois se a desse ao jogador em E os cabides podiam ser muitos!...

Não sendo possível fazer o AJUSTE concluiu que apenas um STRIP SQUEEZE poderia vir em seu socorro. Perante esta conclusão lógica bateu as 3 cartas de ♣ e jogou 4 trunfos tendo chegado a esta posição final:



Já todos os leitores viram o que aconteceu ao ser batido o 10♥ (SQUEEZANTE) de N. W não pôde baldar uma carta de ♦ sob pena de apurar, de imediato, as 2 cartas de ♦ de S. Assim nada mais lhe resta do que abandonar a D♠, secando o respectivo A. Colocado em mão no A♠ é obrigado a voltar-se para a fourchette de V e 8♦ de S, em consequência dos "malefícios" causados pelo impiedoso STRIP SQUEEZE que lhe fora aplicado pelo engenhoso carteador.

Concluo dizendo que a execução do STRIP não é evidente e que, antes, requer uma atenta leitura das mãos adversárias mas que o seu conhecimento constitui mais uma ferramenta ao dispor dos cartadores interessados.

Até ao próximo número. ■